

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	9
DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	10
Demonstração de Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	30
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	120

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	122
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	123
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	124

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.067.937
Preferenciais	29.787.362
Total	77.855.299
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	15.178.531	14.406.941
1.01	Ativo Circulante	3.042.076	3.081.678
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	184.548	214.124
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	184.548	214.124
1.01.02	Aplicações Financeiras	496	475
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	496	475
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	496	475
1.01.03	Contas a Receber	1.969.607	2.003.626
1.01.03.01	Clientes	1.969.607	2.003.626
1.01.03.01.01	Consumidores e outras contas a receber	2.896.926	2.894.994
1.01.03.01.02	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-927.319	-891.368
1.01.06	Tributos a Recuperar	375.268	408.329
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	375.268	408.329
1.01.06.01.01	Impostos de renda e contribuição social compensáveis	246.654	156.818
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	128.614	251.511
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	512.157	455.124
1.01.08.03	Outros	512.157	455.124
1.01.08.03.01	Serviço em Curso	61.248	61.549
1.01.08.03.03	Outros créditos	155.028	62.419
1.01.08.03.04	Subvenção CDE - desconto tarifário	293.212	245.151
1.01.08.03.06	Instrumentos financeiros derivativos - swap	2.669	86.005
1.02	Ativo Não Circulante	12.136.455	11.325.263
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	9.879.412	9.050.967
1.02.01.04	Contas a Receber	51.318	45.102
1.02.01.04.01	Consumidores e outras contas a receber	51.318	45.102
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	9.828.094	9.005.865
1.02.01.10.03	Depósitos vinculados a litígios	65.741	59.806
1.02.01.10.04	Cauções e depósitos	23.183	21.813
1.02.01.10.05	Benefício fiscal	7.472	9.130
1.02.01.10.06	Ativo indenizável (concessão)	8.037.082	7.228.279
1.02.01.10.08	Outros tributos compensáveis	112.377	108.870
1.02.01.10.09	Instrumentos financeiros derivativos - swap	86.656	63.578
1.02.01.10.11	Ativos contratuais	1.495.583	1.514.389
1.02.03	Imobilizado	285.751	179.864
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	217.298	105.164
1.02.03.01.01	Imobilizado em Operação	47.588	32.411
1.02.03.01.02	Ativo de direito de uso	169.710	72.753
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	68.453	74.700
1.02.04	Intangível	1.971.292	2.094.432
1.02.04.01	Intangíveis	1.971.292	2.094.432
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.671.598	1.789.877
1.02.04.01.02	Software	299.689	304.456
1.02.04.01.03	Ativos contratuais	5	99

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	15.178.531	14.406.941
2.01	Passivo Circulante	5.319.948	5.673.718
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	67.984	65.667
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	67.984	65.667
2.01.01.02.01	Salários, provisões e encargos sociais	67.984	65.667
2.01.02	Fornecedores	1.360.186	1.267.060
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.360.186	1.267.060
2.01.02.01.01	Fornecedores nacionais	1.238.617	1.149.926
2.01.02.01.02	Fornecedores Estrangeiros	0	27.864
2.01.02.01.03	Partes relacionadas	121.569	89.270
2.01.03	Obrigações Fiscais	187.306	179.246
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	34.468	38.075
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	34.468	38.075
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	147.338	134.533
2.01.03.02.01	Obrigações Fiscais Estaduais	147.338	134.533
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	5.500	6.638
2.01.03.03.01	Obrigações Fiscais Municipais	5.500	6.638
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.040.417	2.822.213
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.011.178	2.570.938
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	875.330	2.069.319
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	135.848	501.619
2.01.04.02	Debêntures	1.029.239	251.275
2.01.04.02.01	Debêntures	1.029.239	251.275
2.01.05	Outras Obrigações	1.664.055	1.339.532
2.01.05.02	Outros	1.664.055	1.339.532
2.01.05.02.04	Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	265.916	245.326
2.01.05.02.06	Dividendos a pagar	178.123	178.123
2.01.05.02.08	Instrumentos financeiros derivativos - swap	15.682	10.409
2.01.05.02.11	Encargos setoriais	75.143	45.461
2.01.05.02.12	Obrigações por arrendamentos	43.810	17.995
2.01.05.02.13	Passivo financeiro setorial	411.956	202.641
2.01.05.02.14	Geração distribuída	138.312	109.749
2.01.05.02.15	Obrigações de compartilhamento de infraestrutura	261.424	227.445
2.01.05.02.17	Outras obrigações	273.689	302.383
2.02	Passivo Não Circulante	4.613.029	3.593.601
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.560.213	2.625.279
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.876.651	1.042.901
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.633.201	769.621
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	243.450	273.280
2.02.01.02	Debêntures	1.683.562	1.582.378
2.02.01.02.01	Debêntures	1.683.562	1.582.378
2.02.02	Outras Obrigações	584.822	594.377
2.02.02.02	Outros	584.822	594.377
2.02.02.02.04	Outras obrigações fiscais	176	1.324
2.02.02.02.05	Benefícios pós-emprego	131.062	109.767

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2.02.02.02.06	Encargos setoriais	75.687	86.196
2.02.02.02.07	Passivos financeiros setoriais	214.702	220.404
2.02.02.02.08	Outras obrigações	218	262
2.02.02.02.10	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	27.887	117.494
2.02.02.02.11	Obrigações por arrendamentos	135.090	58.930
2.02.03	Tributos Diferidos	136.997	83.708
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	136.997	83.708
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e contribuição Social Diferidos	136.997	83.708
2.02.04	Provisões	330.997	290.237
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	329.881	289.121
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	57.513	55.699
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	235.995	197.536
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	36.373	35.872
2.02.04.01.06	Provisões regulatórias	0	14
2.02.04.02	Outras Provisões	1.116	1.116
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias	1.116	1.116
2.03	Patrimônio Líquido	5.245.554	5.139.622
2.03.01	Capital Social Realizado	1.552.900	1.388.347
2.03.01.01	Capital Social Realizado	1.552.900	1.388.347
2.03.02	Reservas de Capital	939.251	939.251
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	221.188	221.188
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	580.580	580.580
2.03.02.07	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital	31.160	31.160
2.03.02.08	Incentivo fiscal - Adene	106.323	106.323
2.03.04	Reservas de Lucros	2.648.248	2.812.801
2.03.04.01	Reserva Legal	57.834	57.833
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.095.346	1.095.347
2.03.04.10	Reserva de reforço de capital de giro	1.495.068	1.659.621
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	117.476	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-12.321	-777
2.03.08.01	Outros Resultados Abrangentes	-12.321	-777

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.270.995	4.207.945	1.861.920	3.796.200
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.825.953	-3.410.301	-1.460.988	-2.947.125
3.03	Resultado Bruto	445.042	797.644	400.932	849.075
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-55.398	-170.381	-103.189	-175.844
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-43.081	-125.207	-72.427	-105.626
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-29.683	-80.290	-53.076	-110.808
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	17.366	35.116	22.314	40.590
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	389.644	627.263	297.743	673.231
3.06	Resultado Financeiro	-263.079	-448.892	-195.292	-394.692
3.06.01	Receitas Financeiras	45.577	179.737	58.049	138.152
3.06.02	Despesas Financeiras	-308.656	-628.629	-253.341	-532.844
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	126.565	178.371	102.451	278.539
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-43.129	-60.895	-35.109	-84.118
3.08.01	Corrente	10.460	0	-18.621	-39.073
3.08.02	Diferido	-53.589	-60.895	-16.488	-45.045
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	83.436	117.476	67.342	194.421
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	83.436	117.476	67.342	194.421
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,6616	0,9316	0,865	2,4972
3.99.01.02	PNA	0,3889	0,5476	0,9169	2,647
3.99.01.03	PNB	0,0211	0,0297	0,9515	2,7469
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0	0	0,865	2,4972
3.99.02.02	PNA	0	0	0,9169	2,647
3.99.02.03	PNB	0	0	0,9515	2,7469

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	83.436	117.476	67.342	194.421
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-12.321	-10.744	8.152	10.758
4.02.01	Ganho atuarial em benefícios pós-emprego	-18.668	-18.668	5.828	5.828
4.02.02	Tributos diferidos sobre ganho atuarial em benefícios pós-emprego	6.347	6.347	-1.982	-1.982
4.02.03	Ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	0	1.177	6.524	10.472
4.02.04	Tributos diferidos sobre ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	0	400	-2.218	-3.560
4.03	Resultado Abrangente do Período	71.115	106.732	75.494	205.179

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	738.854	710.311
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	858.547	922.382
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	117.476	194.421
6.01.01.02	Marcação a mercado de dívida	38.802	-57.318
6.01.01.03	Provisão para créditos de liquidação duvidosa - outros créditos	35.951	65.209
6.01.01.04	Amortização e Depreciação	375.841	308.505
6.01.01.05	Variações monetárias e juros líquidos	371.906	465.888
6.01.01.06	Valor Residual de Intangível e Imobilizado	-264	3.283
6.01.01.07	Tributos e contribuições social diferidos	60.895	46.858
6.01.01.08	Provisões para processos judiciais e outros	34.815	46.511
6.01.01.09	Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	5.883	-42.480
6.01.01.10	Benefícios pós-emprego	7.060	5.843
6.01.01.11	Perda de recebíveis de clientes	56.401	45.599
6.01.01.13	Marcação a mercado ativo indenizável	-217.687	-162.631
6.01.01.17	Ativos e passivos financeiros setoriais	-28.532	2.694
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	154.692	177.228
6.01.02.01	Consumidores, concessionários e permissionários	-64.549	-60.132
6.01.02.03	Subvenção CDE - Desconto tarifário	-48.061	-97.637
6.01.02.04	Outros tributos compensáveis	119.391	159.813
6.01.02.06	Outros passivos	33.802	11.372
6.01.02.07	Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	-69.017	-104.748
6.01.02.08	Depósitos vinculados a litígios	-5.935	-3.245
6.01.02.09	Outros Ativos	-94.365	-13.013
6.01.02.10	Fornecedores	93.126	-154.359
6.01.02.11	Salários, provisões e encargos sociais	2.317	8.060
6.01.02.12	Outras obrigações Fiscais	6.912	-13.319
6.01.02.13	Taxas regulamentares	19.173	9.859
6.01.02.16	Ativos Financeiros Setoriais	28.532	26.290
6.01.02.18	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	-89.836	-7.452
6.01.02.19	Imposto de renda e contribuição social a pagar	19.589	38.144
6.01.02.20	Passivos financeiros setoriais	203.613	377.595
6.01.03	Outros	-274.385	-389.299
6.01.03.01	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-19.589	-39.956
6.01.03.02	Pagamento de juros de empréstimos	-153.303	-252.343
6.01.03.03	Pagamento de processos judiciais e outros riscos	-26.894	-33.558
6.01.03.04	Pagamentos de juros de instrumento derivativo	-58.192	-56.630
6.01.03.05	Pagamento de juros de arrendamento	-11.974	-3.088
6.01.03.06	Pagamento com benefícios pós-emprego	-4.433	-3.724
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-807.720	-593.516
6.02.01	Aplicações no imobilizado e intangível	-806.329	-589.780
6.02.02	Cauções de depósitos	-1.370	-1.008
6.02.03	Títulos e Valores Mobiliários	-21	-2.728
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	39.290	-34.127

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
6.03.01	Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	-2.088.930	-1.613.756
6.03.02	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	580.580
6.03.06	Captação de empréstimos e Financiamentos	2.070.487	1.025.692
6.03.07	Recebimentos de instrumento derivativo (principal)	79.368	-17.947
6.03.09	Pagamento de arrendamento financeiro (principal)	-21.635	-8.696
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-29.576	82.668
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	214.124	96.665
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	184.548	179.333

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.388.347	939.251	2.812.801	0	-777	5.139.622
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.388.347	939.251	2.812.801	0	-777	5.139.622
5.04	Transações de Capital com os Sócios	164.553	0	-164.553	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	164.553	0	-164.553	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	117.476	-11.544	105.932
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	117.476	0	117.476
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-11.544	-11.544
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	1.177	1.177
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-400	-400
5.05.02.06	Ganho (perda) atuarial em benefícios pós-emprego	0	0	0	0	-18.668	-18.668
5.05.02.07	Tributos diferidos s/ benefícios pós-emprego	0	0	0	0	6.347	6.347
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.552.900	939.251	2.648.248	117.476	-12.321	5.245.554

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.282.347	358.671	2.556.409	0	-6.280	4.191.147
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.282.347	358.671	2.556.409	0	-6.280	4.191.147
5.04	Transações de Capital com os Sócios	106.000	580.580	-106.000	0	0	580.580
5.04.01	Aumentos de Capital	106.000	0	-106.000	0	0	0
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	580.580	0	0	0	580.580
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	194.421	10.758	205.179
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	194.421	0	194.421
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	10.758	10.758
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	10.472	10.472
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-3.560	-3.560
5.05.02.06	Ganho (perda) atuarial em benefícios pós-emprego	0	0	0	0	5.828	5.828
5.05.02.07	Tributos diferidos s/ benefícios pós-emprego	0	0	0	0	-1.982	-1.982
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.388.347	939.251	2.450.409	194.421	4.478	4.976.906

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 30/06/2025	01/01/2024 à 30/06/2024
7.01	Receitas	5.860.071	5.406.757
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.052.886	4.859.353
7.01.02	Outras Receitas	35.116	41.012
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	795.997	571.601
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-23.928	-65.209
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.133.999	-2.840.648
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.990.968	-2.699.840
7.02.04	Outros	-143.031	-140.808
7.02.04.02	Outras despesas operacionais	-143.031	-140.808
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.726.072	2.566.109
7.04	Retenções	-375.841	-308.504
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-375.841	-308.504
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.350.231	2.257.605
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	387.891	138.152
7.06.02	Receitas Financeiras	387.891	138.152
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.738.122	2.395.757
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.738.122	2.395.757
7.08.01	Pessoal	167.542	133.985
7.08.01.01	Remuneração Direta	102.106	86.670
7.08.01.02	Benefícios	35.143	25.626
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.727	5.205
7.08.01.04	Outros	23.566	16.484
7.08.01.04.01	Outros Encargos Sociais	7.306	6.430
7.08.01.04.02	Previdência Complementar	4.581	4.308
7.08.01.04.03	Participação nos Resultados	11.679	5.746
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.633.392	1.525.107
7.08.02.01	Federais	769.829	671.141
7.08.02.02	Estaduais	859.527	848.109
7.08.02.03	Municipais	4.036	5.857
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	819.712	542.244
7.08.03.01	Juros	836.783	114.306
7.08.03.02	Aluguéis	-17.071	9.770
7.08.03.03	Outras	0	418.168
7.08.03.03.01	Outras despesas financeiras	0	418.168
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	117.476	194.421
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	117.476	194.421

Divulgação de Resultados

Comentário do Desempenho



Fortaleza, 29 de julho de 2025 – A Companhia Energética do Ceará (“Enel Distribuição Ceará” ou “Companhia”) anuncia os seus resultados do segundo trimestre de 2025 (“2T25”) e do primeiro semestre (“1S25”, “6M25”).

1

DESTAQUES



Crescimento de 29,5% do EBITDA no 2T25 vs. 2T24, suportado pela melhora da margem e dos custos operacionais (Opex);



Lucro Líquido atingiu crescimento de 23,9% no trimestre;



R\$ 779,9 milhões de investimentos acumulados no ano, 10,1% acima do mesmo período de 2024;



Melhora significativamente do TMA (Tempo Médio de Atendimento), com redução de 264 minutos (-31,8%);



DEC de 9,20 horas, representando uma melhora de 8,9% ou redução de 0,9 horas quando comparado ao mesmo período de 2024;



Perdas de energia em trajetória de queda, com redução 0,92 p.p nos últimos 12 meses comparado com o mesmo período no ano anterior;



Total de colaboradores 11.682, crescimento de 4,6% sobre o mesmo período de 2024. Crescimento de 18,5% dos colaboradores próprios (+ 327 vs.Jun/2024), ratificando o compromisso assumido pela empresa de melhoria contínua da qualidade do serviço e resiliência da rede;



Emissão de debêntures no valor de R\$ 1 bilhão.

DESTAQUES DO PERÍODO

	2T25	2T24	Var. %	1T25	Var. % (1)	6M25	6M24	Var. % (2)
Receita Bruta (R\$ mil)	3.122.794	2.664.979	17,2%	2.726.090	14,6%	5.848.884	5.430.954	7,7%
Receita Líquida (R\$ mil)	2.270.995	1.861.920	22,0%	1.936.951	17,2%	4.207.946	3.796.200	10,8%
EBITDA (3) (R\$ mil)	573.727	443.121	29,5%	411.473	39,4%	985.200	965.250	2,1%
Margem EBITDA (%)	25,26%	23,80%	1,46 p.p	21,24%	4,02 p.p	23,41%	25,43%	-2,02 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção	31,43%	28,30%	3,13 p.p	25,94%	5,49 p.p	28,87%	29,93%	-1,06 p.p
EBIT (4) (R\$ mil)	389.644	297.740	30,9%	237.619	64,0%	627.263	673.227	-6,8%
Margem EBIT (%)	17,16%	15,99%	1,17 p.p	12,27%	4,89 p.p	14,91%	17,73%	-2,82 p.p
Lucro Líquido (R\$ mil)	83.435	67.340	23,9%	34.040	>100,0%	117.475	194.418	-39,6%
Margem Líquida	3,67%	3,62%	0,05 p.p	1,76%	1,91 p.p	2,79%	5,12%	-2,33 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	4,57%	4,30%	0,27 p.p	2,15%	2,42 p.p	3,44%	6,03%	-2,59 p.p
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	3.435	3.383	1,5%	3.434	0,0%	6.869	6.775	1,4%
CAPEX (R\$ mil)*	404.383	373.613	8,2%	375.534	7,7%	779.918	708.150	10,1%
DEC (12 meses)*	9,20	10,10	-8,9%	9,00	2,2%	9,20	10,10	-8,9%
FEC (12 meses)*	4,59	3,82	20,2%	4,10	12,0%	4,59	3,82	20,2%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	97,46%	98,40%	-0,94 p.p	97,58%	-0,12 p.p	97,46%	98,40%	-0,94 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	16,97%	17,89%	-0,92 p.p	17,02%	-0,05 p.p	16,97%	17,89%	-0,92 p.p
PMSO (5) / Consumidor*	72,07	80,22	-10,2%	81,79	-11,9%	153,46	153,55	-0,1%

(1) Variação entre 2T25 e 1T25; (2) Variação entre 6M25 e 6M24

(3) EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização, (4) EBIT: resultado do serviço e (5) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Divulgação de Resultados

Comentário do Desempenho



Área de Concessão

A Companhia é responsável pela distribuição de energia elétrica em todo o Estado do Ceará, em uma área de 149 mil quilômetros quadrados, que compreende um total de 184 municípios. A base comercial da Companhia abrange aproximadamente 4,3 milhões de consumidores, e envolve uma população de cerca de 8,8 milhões de habitantes*.

DADOS GERAIS**

	2T25	2T24	Var. %
Linhas de Distribuição (Km)	159.958	158.134	1,2%
Linhas de Transmissão (Km)	5.740	5.607	2,4%
Subestações (Unid.)	128	127	0,8%
Volume de Energia 12 meses (GWh)	13.782	13.489	2,2%
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (1)	4,71%	4,73%	-0,02 p.p
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (2)	2,45%	2,46%	-0,01 p.p

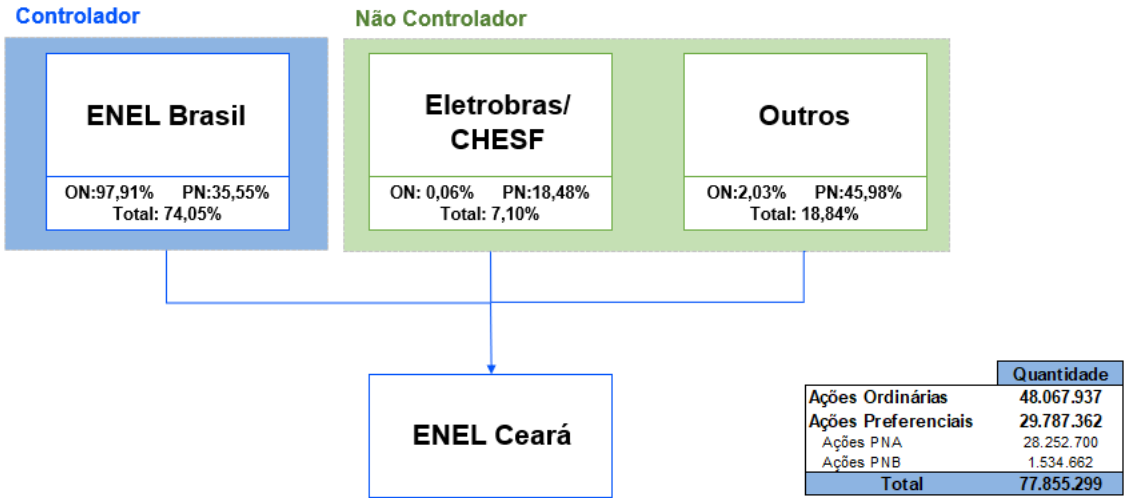
(1) Estimativa do número de consumidores Brasil de acordo com a ABRADEE
(2) Estimativa do volume de energia Brasil de acordo com a EPE



2 PERFIL CORPORATIVO

Organograma Societário Simplificado

Posição em 30 de junho de 2025



* Número de Habitantes de acordo com o último censo realizado em 2022 pelo IBGE.

** Dados prévios referente ao 2T25.

Divulgação de Resultados
Trimestres Encerrados em 30/06/2025 e 6M25
Comentário de Desempenho



3 DESEMPENHO OPERACIONAL

Mercado de Energia

NUMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)*								
	2T25	2T24	Var. %	1T25	Var. % (1)	6M25	6M24	Var. % (2)
Mercado Cativo	4.322.832	4.268.400	1,3%	4.302.045	0,5%	4.322.832	4.268.400	1,3%
Residencial - Convencional	2.158.651	2.202.639	-2,0%	2.145.283	0,6%	2.158.651	2.202.639	-2,0%
Residencial - Baixa Renda	1.538.156	1.419.411	8,4%	1.527.155	0,7%	1.538.156	1.419.411	8,4%
Industrial	5.125	5.690	-9,9%	5.668	-9,6%	5.125	5.690	-9,9%
Comercial	183.270	183.355	-0,0%	182.937	0,2%	183.270	183.355	-0,0%
Rural	383.096	403.829	-5,1%	386.414	-0,9%	383.096	403.829	-5,1%
Setor Público	54.534	53.476	2,0%	54.588	-0,1%	54.534	53.476	2,0%
Clientes Livres	2.187	1.154	89,5%	1.947	12,3%	2.187	1.154	89,5%
Residencial	1	-	-	-	-	1	-	-
Industrial	542	318	70,4%	495	9,5%	542	318	70,4%
Comercial	1.489	800	86,1%	1.360	9,5%	1.489	800	86,1%
Rural	57	25	>100,0%	54	5,6%	57	25	>100,0%
Setor Público	98	11	>100,0%	38	>100,0%	98	11	>100,0%
Subtotal - Consumidores Efetivos Faturados	4.325.019	4.269.554	1,3%	4.303.992	0,5%	4.325.019	4.269.554	1,3%

(1) Variação entre 2T25 e 1T25; (2) Variação entre 6M25 e 6M24

A Companhia encerrou o mês de junho de 2025 com um aumento de 1,3% em relação à quantidade de consumidores efetivos faturados registrados no mesmo período em 2024.

No mercado cativo, o crescimento é atribuído às classes residencial Baixa Renda e Setor Público. A queda observada nas classes Industrial e Comercial é atribuída principalmente ao efeito da migração de tais clientes para o mercado livre.

Já o mercado livre continuou em trajetória de crescimento com forte alta no período, ou seja, 89,5% acima do total de consumidores livres efetivos faturados no 2T24, reflexo da migração de clientes do mercado cativo e melhora do cenário econômico.

Venda e Transporte de Energia na Área de Concessão

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*								
	2T25	2T24	Var. %	1T25	Var. % (1)	6M25	6M24	Var. % (2)
Mercado Cativo	2.452	2.539	-3,4%	2.523	-2,8%	4.975	5.164	-3,7%
Clientes Livres	974	833	16,9%	903	7,9%	1.876	1.592	17,8%
Revenda	4	3	33,3%	4	0%	7	7	0%
Consumo Próprio	5	7	-28,6%	5	0%	11	13	-15,4%
Total - Venda e Transporte de Energia	3.435	3.383	1,5%	3.434	0,0%	6.869	6.775	1,4%

(1) Variação entre 2T25 e 1T25; (2) Variação entre 6M25 e 6M24

Mercado Cativo

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*								
	2T25	2T24	Var. %	1T25	Var. % (1)	6M25	6M24	Var. % (2)
Residencial - Convencional	865	921	-6,1%	882	-1,9%	1.747	1.845	-5,3%
Residencial - Baixa Renda	614	548	12,0%	645	-4,8%	1.259	1.109	13,5%
Industrial	60	88	-31,8%	66	-9,1%	126	183	-31,1%
Comercial	280	357	-21,6%	299	-6,4%	578	719	-19,6%
Rural	223	230	-3,0%	248	-10,1%	471	511	-7,8%
Setor Público	410	395	3,8%	383	7,0%	793	796	-0,4%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	2.452	2.539	-3,4%	2.523	-2,8%	4.975	5.164	-3,6%

(1) Variação entre 2T25 e 1T25; (2) Variação entre 6M25 e 6M24

O mercado cativo totalizou 2.452 GWh no 2T25, redução de 3,4% frente ao volume registrado no 2T24 (2.539 GWh), reflexo principalmente da migração de clientes convencionais para Geração Distribuída e migração das classes Industrial e Comercial para o Mercado Livre. Na análise do acumulado do ano, a redução foi de 3,6% em comparação ao 6M24, também justificado pelos efeitos abordados acima.

A classe Residencial Baixa Renda apresentou uma alta de 12,0% e 13,5% no 2T25 e 6M25 respectivamente quando comparado aos mesmos períodos de 2024 explicados pelo efeito da redução no nível de chuvas no período, impactando na percepção do aumento da temperatura, além do crescimento orgânico de consumidores e da intensificação do cadastramento dos consumidores baixa renda.

Divulgação de Resultados

Comentário do Desempenho



Em contrapartida, a classe Residencial Convencional apresentou uma redução de 6,1% e 5,3% versus o 2T24 e 6M24, atribuído principalmente à migração de clientes convencionais para Geração Distribuída.

As classes industrial e comercial apresentaram redução de 31,8% e 21,6% respectivamente no 2T25 em comparação ao 2T24, explicado pela migração destes clientes para o mercado livre. A mesma tendência também foi observada no acumulado do ano.

Já a classe Rural registrou uma queda de 3,0% e 7,8% no 2T25 e 6M25 respectivamente versus o ano anterior.

O Setor Público registrou aumento de 3,8% no 2T25 frente ao mesmo período do ano anterior, reflexo do aumento do consumo em na categoria Poder Público, que inclui universidades, hospitais, secretarias e prefeituras. No acumulado do ano, o consumo no Setor Público permaneceu praticamente estável em relação ao 6M24.

Clientes Livres

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWH)*

	2T25	2T24	Var. %	1T25	Var. % (1)	6M25	6M24	Var. % (2)
Residencial	0,1	-	-	-	-	0,1	-	-
Industrial	550	527	4,4%	502	9,6%	1.052	987	6,6%
Comercial	349	270	29,3%	327	6,7%	676	531	27,3%
Rural	16	8	100,0%	16	-	32	16	100,0%
Setor Público	59	29	>100,0%	58	1,7%	117	58	>100,0%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres*	974	833	16,9%	903	7,9%	1.876	1.592	17,8%

(1) Variação entre 2T25 e 1T25; (2) Variação entre 6M25 e 6M24

O consumo de energia para o mercado livre apresentou um aumento de 16,9% e 17,8% no 2T25 e 6M25 comparado ao mesmo período do ano passado em razão do crescimento do número de clientes em todas as classes, contribuindo para o aumento do consumo. No segmento comercial, além do efeito da migração, o crescimento econômico do varejo também contribuiu para o aumento do consumo.

Compra de Energia¹

COMPRA DE ENERGIA (GWH)*

	2T25	2T24	Var. %	1T25	Var. % (1)	6M25	6M24	Var. % (2)
Angra 1 e 2	103	104	-1,0%	102	1,0%	205	207	-1,0%
PROINFA	55	57	-3,5%	48	14,6%	104	111	-6,3%
Leilões e Quotas	3.047	2.390	27,5%	3.041	0,2%	6.088	4.791	27,1%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	3.312	3.038	9,0%	3.299	0,4%	6.611	6.086	8,6%
Liquidação na CCEE	(38)	270	<-100,0%	(109)	-65,1%	(147)	637	<-100,0%
Total - Compra de Energia	3.274	3.308	-1,0%	3.190	2,6%	6.464	6.723	-3,9%

(1) Variação entre 2T25 e 1T25; (2) Variação entre 6M25 e 6M24

Balanco de Energia²

BALANÇO DE ENERGIA*

	2T25	2T24	Var. %	1T25	Var. % (1)	6M25	6M24	Var. % (2)
Energia requerida (GWh)	4.645	4.355	6,7%	4.467	4,0%	9.112	8.770	3,9%
Energia distribuída (GWh)	3.847	3.597	7,0%	3.807	1,1%	7.653	7.223	6,0%
Mercado Cativo	2.869	2.760	3,9%	2.900	-1,1%	5.770	5.624	2,6%
Mercado Livre	977	837	16,7%	906	7,8%	1.884	1.599	17,8%
Perdas na Distribuição - Sistema Coelce (GWh)	798	759	5,1%	660	20,9%	1.458	1.547	-5,8%
Perdas na Distribuição - Sistema Coelce (%)	17,18%	17,42%	-0,24 p.p	14,78%	2,40 p.p	16,00%	17,64%	-1,64 p.p

(1) Variação entre 2T25 e 1T25; (2) Variação entre 6M25 e 6M24

¹ Dados prévios referente ao 2T25

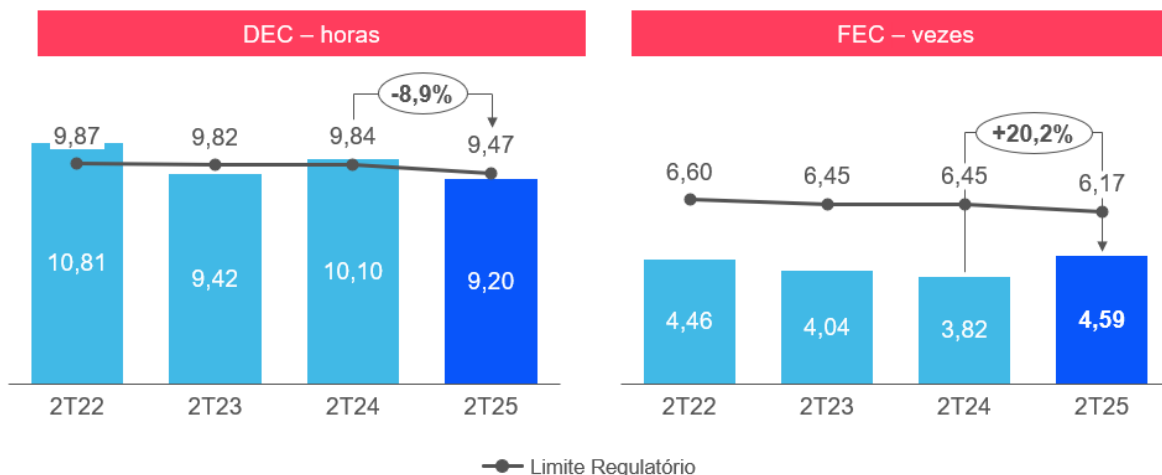
Divulgação de Resultados

Comentário do Desempenho



Indicadores Operacionais

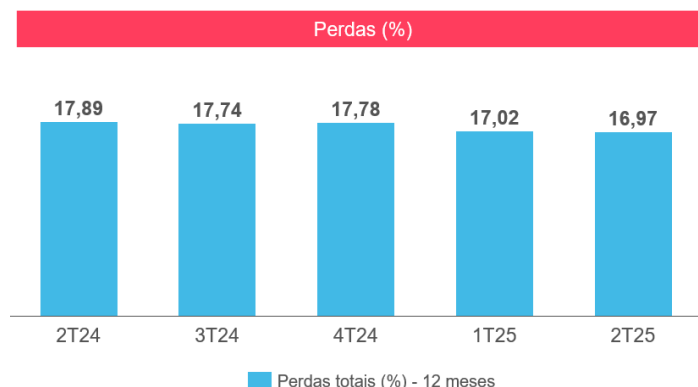
Qualidade do Fornecimento²



Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia. No 2T25, considerando os últimos 12 meses, o DEC apresentou uma redução de 8,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, ficando abaixo do limite regulatório que é de 9,47 para o ano de 2025. Já o FEC apresentou uma alta de 20,2% no 2T25 quando comparado com o mesmo período no ano anterior, relacionado a elevação no número de incidências decorrentes de desgastes da rede.

A melhoria observada no indicador de qualidade DEC, reflete, principalmente, as iniciativas da Companhia voltadas para melhoria da qualidade dos serviços, que englobam melhorias na infraestrutura da rede, com o aumento de investimentos focados em resiliência e no tempo médio de atendimento, com a redução do tempo de resposta às ocorrências e *Insourcing* das equipes emergenciais com redução do tempo médio de atendimento das ocorrências emergenciais.

Disciplina de Mercado – Perdas^{(3) (4)}



As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (acumulada em 12 meses) alcançaram 16,97% no 2T25, uma redução de 0,92 p.p. em relação às perdas registradas em 2T24, de 17,89%.

O plano de combate às perdas de energia da Enel mantém suas ações nos pilares de prevenção e recuperação da receita. Dentre as principais ações promovidas, incluindo os esforços com a população de baixa renda, destacam-se: (i) Inspeções de fraude: tem por objetivo identificar instalações com erros de medição, seja por defeitos nos equipamentos ou

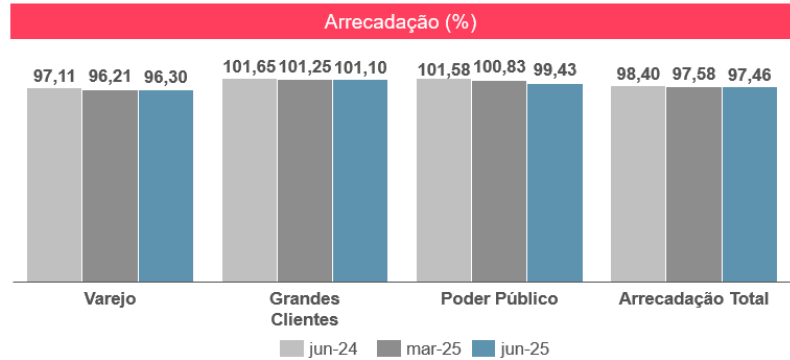
por ações de terceiros forjando a medição. (ii) Programa de recuperação de instalações cortadas/autoreligadas ou sem contrato ativo (operações do ciclo comercial): tem por objetivo recuperar as instalações de clientes cortados por inadimplência ou contrato inativo e que, ao não efetuarem a quitação dos débitos pendentes ou sem contrato, passam a consumir energia de forma irregular. (iii) Regularização de ligações informais (clandestinas): Tem por objetivo transformar consumidores clandestinos em clientes regulares. Com essas ações de recuperação de energia obteve-se um incremento no mercado faturado de 71 GWh de energia no 2T25.

² Dados prévios referente ao 2T25

Divulgação de Resultados
Trimestres Encerrados em 30/06/2025 e 6M25
Comentário do Desempenho



Arrecadação³



O índice de arrecadação da companhia atingiu 97,46% no 2T25 contra 98,40% no mesmo período do ano anterior, representando uma redução de 0,94 p.p.. Tal variação reflete menor arrecadação em todas as classes, em particular no setor público devido a alteração no perfil de pagamento deste segmento.

A Companhia vem conduzindo com êxito ações de comunicação com os clientes, aliadas à ampliação dos canais digitais

de pagamento, como PIX, parcelamento de faturas e um canal online de negociação para regularização de débitos em aberto. Além disso, a Distribuidora tem intensificado de forma eficiente as ações administrativas de cobrança, por meio do envio de SMS, URA, atendimento humano e aplicação de restrições de crédito. Já se percebe uma recuperação no índice de arrecadação do segmento de varejo frente o 1T25.

Cabe destacar que o Estado do Ceará possui um dos maiores índices de inadimplência por habitante do Brasil, sendo as contas básicas de consumo um dos principais itens da lista de inadimplemento.

³ Dados prévios referente ao 2T25

⁴ O cálculo de perdas reflete as perdas regulatórias calculadas pela Aneel. Os dados utilizados para o cálculo são extraídos diretamente do relatório SAMP (Sistema de Acompanhamento de Informações de Mercado para Regulação Econômica /SIASE (Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico) e estão passíveis de ajustes posteriores por parte da Aneel através de Ofícios e/ou PRORET 10.2.

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

Receita Operacional Líquida

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (R\$ MIL.)

	2T25	2T24	Var. %	1T25	Var. % (1)	6M25	6M24	Var. % (2)
Fornecimento de Energia Elétrica	2.003.418	2.063.722	-2,9%	1.892.446	5,9%	3.895.864	4.186.327	-6,9%
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	(2.664)	(20.544)	-87,0%	(12.819)	-79,2%	(15.483)	(37.287)	-58,5%
Subvenção baixa renda	136.143	127.144	7,1%	141.762	-4,0%	277.905	254.852	9,0%
Subvenção de recursos da CDE	123.807	67.554	83,3%	119.507	3,6%	243.314	160.499	51,6%
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	2.260.704	2.237.876	1,0%	2.140.896	5,6%	4.401.600	4.564.391	-3,6%
Ativos e passivos financeiros setoriais	96.093	(122.602)	<-100,0%	(119.421)	<-100,0%	(23.328)	(233.366)	-90,0%
Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres - revenda	178.580	153.025	16,7%	171.181	4,3%	349.761	290.570	20,4%
Receita de construção	445.443	296.112	50,4%	350.554	27,1%	795.997	571.601	39,3%
Marcação a mercado de ativo indenizável	72.036	69.370	3,8%	145.651	-50,5%	217.687	162.631	33,9%
Outras receitas	69.938	31.198	>100,0%	37.229	87,9%	107.167	75.127	42,6%
Total - Receita Operacional Bruta	3.122.794	2.664.979	17,2%	2.726.090	14,6%	5.848.884	5.430.954	7,7%
ICMS	(422.471)	(421.633)	0,2%	(437.056)	-3,3%	(859.527)	(847.275)	1,4%
COFINS - corrente	(168.973)	(147.008)	14,9%	(140.642)	20,1%	(309.615)	(300.363)	3,1%
PIS - corrente	(36.685)	(31.916)	14,9%	(30.534)	20,1%	(67.219)	(65.210)	3,1%
ISS	(1.341)	(1.657)	-19,1%	(1.373)	-2,3%	(2.714)	(3.427)	-20,8%
Total - Tributos	(629.470)	(602.214)	4,5%	(609.605)	3,3%	(1.239.075)	(1.216.275)	1,9%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(17.137)	(14.960)	14,6%	(14.261)	20,2%	(31.398)	(30.386)	3,3%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(146.479)	(183.783)	-20,3%	(154.897)	-5,4%	(301.376)	(383.476)	-21,4%
Encargos do consumidor - CCRBT	(55.762)	573	<-100,0%	(7.714)	>100,0%	(63.476)	682	<-100,0%
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(2.951)	(2.675)	10,3%	(2.662)	10,9%	(5.613)	(5.299)	5,9%
Total - Encargos Setoriais	(222.329)	(200.845)	10,7%	(179.534)	23,8%	(401.863)	(418.479)	-4,0%
Total - Deduções da Receita	(851.799)	(803.059)	6,1%	(789.139)	7,9%	(1.640.938)	(1.634.754)	0,4%
Total - Receita Operacional Líquida	2.270.995	1.861.920	22,0%	1.936.951	17,2%	4.207.946	3.796.200	10,8%
Total - Receita Operacional Líquida desc. Receita de Construção	1.825.552	1.565.808	16,6%	1.586.397	15,1%	3.411.949	3.224.599	5,8%

(1) Variação entre 2T25 e 1T25; (2) Variação entre 6M25 e 6M24

A receita operacional líquida da Enel Distribuição Ceará registrou um aumento de 22,0% no 2T25 em relação ao mesmo trimestre no ano passado. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional líquida da Companhia, no 2T25, atingiu o montante de R\$ 1,8 bilhão, o que apresenta um aumento de R\$ 259,7 milhões em relação ao 2T24, cujo montante foi de R\$ 1,6 bilhão. O aumento da receita operacional líquida é resultado dos seguintes efeitos:

Divulgação de Resultados

Comentário do Desempenho



- Aumento de R\$ 218,7 milhões na rubrica de ativos e passivos financeiros setoriais relacionado principalmente ao aumento do custo de energia no período, reflexo da deterioração das condições hidrológicas no período;
- Aumento de R\$ 25,6 milhões na receita de uso da rede elétrica (consumidores livres-revenda), explicado pelo aumento de clientes e do consumo nesta classe;
- Aumento de R\$ 22,8 milhões na rubrica de Fornecimento de Energia Elétrica – Mercado Cativo em relação ao 2T24, parcialmente relacionada à: (i) queda das penalidades regulatórias (DIC/FIC/DMIC/DICRI) relacionado à melhor performance dos indicadores de qualidade associado a um menor efeito de mix de clientes e (ii) aumento da subvenção de recursos da CDE, em decorrência do incremento das cotas homologadas na última revisão tarifária.

Tais efeitos foram compensados parcialmente pelo aumento nas deduções da receita no 2T25, na ordem de 6,1% ou R\$ 48,7 milhões versus o 2T24, sendo o principal efeito relacionado ao aumento de 56,3 milhões na rubrica referente a Encargos do consumidor - CCRBT em função da vigência das bandeiras amarela e vermelha em maio e junho de 2025 respectivamente versus a vigência da bandeira verde durante todo o 2T24.

No acumulado dos seis primeiros meses do ano, a receita operacional líquida da Enel Distribuição Ceará apresentou um aumento de 10,8% em relação ao 6M24. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional líquida da Companhia, no 6M25, atingiu o montante de R\$ 3,4 bilhões, aumento de R\$ 187,4 milhões em relação ao 6M24, cujo montante foi de R\$ 3,2 bilhões. O aumento da receita operacional líquida é resultado dos seguintes efeitos:

- Aumento de R\$ 210,0 milhões na rubrica de ativo e passivo financeiro setorial relacionado principalmente ao aumento do custo de energia no período, reflexo da deterioração das condições hidrológicas no 2T25;
- Aumento de R\$ 59,2 milhões na receita de uso da rede elétrica (consumidores livres-revenda), explicado pelo aumento de clientes e do consumo nesta classe;
- Aumento na rubrica de marcação a mercado de ativo indenizável no total de R\$ 55,1 milhões em função da maior inflação registrada no período;

Compensado parcialmente pela redução de R\$ 162,8 milhões na rubrica de Fornecimento de Energia Elétrica – Mercado Cativo em relação ao 6M24, relacionada à queda no consumo do mercado cativo, devido ao efeito da migração para o mercado livre, além do efeito da tarifa negativa em vigor durante o 6M25.

Custos e Despesas Operacionais

CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	2T25	2T24	Var. %	1T25	Var. % (1)	6M25	6M24	Var. % (2)
Custos e despesas não gerenciáveis								
Energia elétrica comprada para revenda	(789.420)	(580.317)	36,0%	(624.080)	26,5%	(1.413.500)	(1.197.071)	18,1%
Encargos do uso do sistema de transmissão	(168.125)	(219.032)	-23,2%	(216.553)	-22,4%	(384.678)	(443.927)	-13,3%
Total - Não gerenciáveis	(957.545)	(799.349)	19,8%	(840.633)	13,9%	(1.798.178)	(1.640.998)	9,6%
Custos e despesas gerenciáveis								
Pessoal	(57.657)	(50.114)	15,1%	(66.607)	-13,4%	(124.264)	(79.889)	55,5%
Material e Serviços de Terceiros	(190.569)	(174.990)	8,9%	(197.643)	-3,6%	(388.212)	(359.967)	7,8%
Depreciação e Amortização (D&A)	(184.083)	(145.381)	26,6%	(173.854)	5,9%	(357.937)	(292.023)	22,6%
Custo na desativação de bens	-	1.233	-100,0%	-	-	-	-	-
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.468)	(29.479)	-71,3%	(15.459)	-45,2%	(23.927)	(65.207)	-63,3%
Custo de Construção	(445.443)	(296.112)	50,4%	(350.554)	27,1%	(795.997)	(571.601)	39,3%
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(15.247)	(33.475)	-54,5%	(16.803)	-9,3%	(32.050)	(46.511)	-31,1%
Perda de recebíveis de clientes	(21.254)	(23.596)	-9,9%	(35.148)	-39,5%	(56.402)	(45.600)	23,7%
Receita de multas por impuntualidade de clientes	17.406	17.917	-2,9%	17.749	-1,9%	35.155	37.238	-5,6%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(18.491)	(30.834)	-40,0%	(20.380)	-9,3%	(38.871)	(58.414)	-33,5%
Total - Gerenciáveis	(923.806)	(764.831)	20,8%	(858.699)	7,6%	(1.782.505)	(1.481.974)	20,3%
Total - Gerenciáveis desc. custo de construção e D&A (Opex)	(294.280)	(323.338)	-9,0%	(334.291)	-12,0%	(628.571)	(618.350)	1,7%
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	(1.881.351)	(1.564.180)	20,3%	(1.699.332)	10,7%	(3.580.683)	(3.122.972)	14,7%

(1) Variação entre 2T25 e 1T25; (2) Variação entre 6M25 e 6M24

Os custos e despesas operacionais no 2T25 em relação ao 2T24 apresentaram uma alta de 20,3% ou R\$ 317,2 milhões. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas operacionais da Companhia no trimestre alcançaram o montante de R\$ 1,4 bilhão, representando um aumento de 13,2% ou R\$ 167,8 milhões em relação ao valor registrado no mesmo período no ano anterior (R\$ 1,3 bilhões).

Os Custos e Despesas Não Gerenciáveis, registraram aumento de 19,8% ou R\$ 158,2 milhões durante os períodos analisados, com um aumento da energia comprada de 36,0% para revenda em razão do aumento no custo de energia no 2T25 versus 2T24, compensada por uma redução na ordem 23,2% nos custos relacionados aos encargos do uso do sistema de transmissão devido a contabilização de alívio retroativo.

Divulgação de Resultados

Comentário do Desempenho



Os Custos e Despesas Gerenciáveis no 2T25, excluindo o efeito de custo de construção, apresentaram aumento de R\$ 9,6 milhões, sendo a maior variação na rubrica de depreciação e amortização (aumento de R\$ 38,7 milhões) relacionado ao incremento na base de ativos da Companhia, além do efeito relacionado à proximidade do final da concessão, quando os montantes amortizados tendem a aumentar. Desconsiderando tal efeito, os custos gerenciáveis no período teriam registrado uma redução de 9,0% ou R\$ 29,1 milhões.

Além do efeito mencionado acima, os custos e despesas gerenciáveis no trimestre também foram impactados pelas seguintes variações:

- Redução de R\$ 23,4 milhões nas linhas de Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa e Perdas de recebíveis, explicada por negociação de dívidas, incluindo ações de parcelamento, em particular com o Poder Público (B2G);
- Redução de R\$ 18,2 milhões na rubrica de Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas em decorrência principalmente da redução de provisões relacionadas à processos regulatórios no 2T25 vs 2T24.

Tais efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento de R\$ 15,6 milhões na rubrica de Material e Serviços de Terceiros explicado pelo aumento no número de podas (215 mil podas realizadas até junho de 2025) e ações de manutenção corretiva.

Os custos e despesas operacionais no 6M25 em relação ao 6M24 apresentaram uma alta de 14,7% ou R\$ 457,7 milhões. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas operacionais da Companhia no trimestre alcançaram o montante de R\$ 2,8 bilhões, representando um aumento de 9,1% ou R\$ 233,3 milhões em relação ao valor registrado no mesmo período no ano anterior (R\$ 2,6 bilhões).

No acumulado do ano, os Custos e Despesas Não Gerenciáveis totalizaram R\$ 1,8 bilhões, resultado 9,6% ou R\$ 157,2 milhões superior em relação ao mesmo período em 2024 em razão do aumento de R\$ 216,4 milhões na rubrica relacionada a compra de energia elétrica para revenda.

Os Custos e Despesas Gerenciáveis no 6M25, excluindo o efeito de custo de construção, apresentaram aumento de R\$ 76,1 milhões, sendo a maior variação na rubrica de depreciação e amortização (aumento de R\$ 65,9 milhões) relacionado ao incremento na base de ativos da Companhia, além do efeito relacionado à proximidade do final da concessão, quando os montantes amortizados tendem a aumentar. Desconsiderando tal efeito, os custos gerenciáveis no período teriam registrado um aumento de 1,7% ou R\$ 10,2 milhões.

Além do efeito mencionado acima, os custos e despesas gerenciáveis no semestre também foram impactados pelas seguintes variações:

- Aumento de R\$ 44,4 milhões na rubrica de despesa de pessoal em função do projeto *insourcing* que visa o aumento da contratação de colaboradores próprios, além do pagamento do bônus anual;
- Aumento de R\$ 28,2 milhões na linha de Materiais e Serviços de Terceiros explicado pelo aumento no número de podas (215 mil podas realizadas até junho de 2025) e ações de manutenção corretiva.

Tais efeitos foram parcialmente compensados pela:

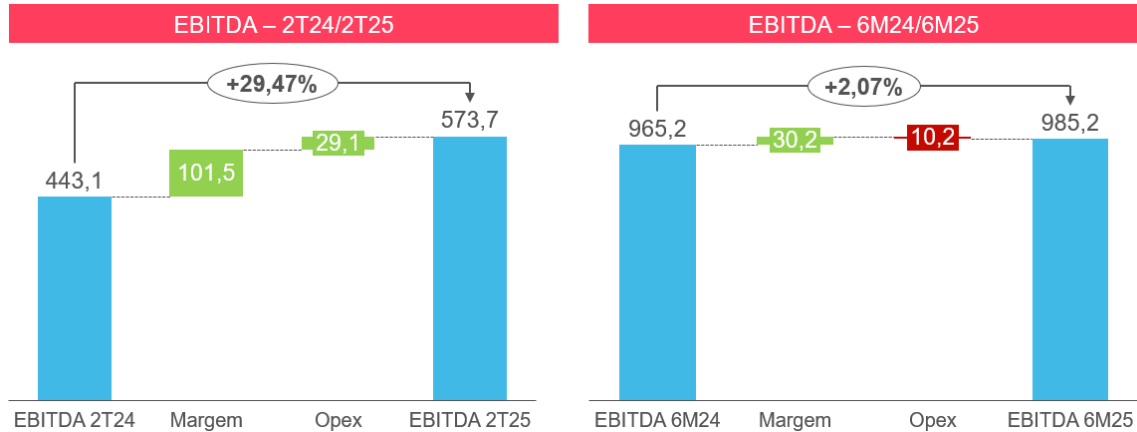
- Redução de R\$ 30,5 milhões nas rubricas de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Perda de recebíveis explicada por negociação de dívidas, incluindo ações de parcelamento, em particular com o Poder Público (B2G) no 2T25;
- Redução de R\$ 19,5 milhões em Outras Receitas/Despesas Operacionais;
- Redução de R\$ 14,5 milhões na linha de Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas em decorrência principalmente da redução de provisões relacionadas à processos regulatórios no 6M25 vs. 6M24.

Divulgação de Resultados

Comentário de Desempenho



EBITDA



O EBITDA da Enel Ceará no 2T25 atingiu o montante de R\$ 573,7 milhões, o que representa um aumento de R\$ 130,6 milhões em relação ao 2T24, devido a: (i) melhora da margem, atribuído principalmente ao aumento da subvenção de recursos da CDE e o aumento da TUSD para o mercado livre e (ii) em menores proporções, a redução dos custos operacionais (opex), devido principalmente à melhora da Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

No acumulado do ano, a Companhia atingiu o montante de R\$ 985,2 milhões, o que representa um aumento de R\$ 20,0 milhões em relação ao mesmo período em 2024. O aumento do EBITDA é explicado principalmente pela melhora da margem, pelos mesmos efeitos observados no trimestre, além de uma melhora na linha de marcação a mercado de ativo indenizável.

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	2T25	2T24	Var. %	1T25	Var. % (1)	6M25	6M24	Var. % (2)
Receitas Financeiras								
Renda de aplicação financeira	10.477	4.686	>100,0%	4.067	>100,0%	14.544	7.306	99,1%
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	14.436	14.962	-3,5%	13.693	5,4%	28.129	29.333	-4,1%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	43.482	12.449	>100,0%	14.947	>100,0%	58.429	38.603	51,4%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	(17.791)	(27.470)	-35,2%	52.724	<-100,0%	34.933	4.195	>100,0%
Dívida - Marcação a mercado	(2.050)	54.168	<-100,0%	3.134	<-100,0%	1.084	57.318	-98,1%
Outras receitas financeiras	338	966	-65,0%	49.530	-99,3%	49.868	5.677	>100,0%
(-) Crédito de PIS/COFINS sobre receita financeira	(3.315)	(1.712)	93,6%	(3.935)	-15,8%	(7.250)	(4.280)	69,4%
Total - Receitas Financeiras	45.577	58.049	-21,5%	134.160	-66,0%	179.736	138.152	30,1%
Despesas financeiras								
Variações monetárias debêntures	(7.730)	(9.011)	-14,2%	(20.830)	-62,9%	(28.560)	(38.387)	-25,6%
Encargos de dívida, debentures e custos de transação	(162.167)	(141.213)	14,8%	(135.388)	19,8%	(297.555)	(280.118)	6,2%
Marcação a mercado de Dívida	6.682	-	-	(46.568)	<-100,0%	(39.886)	-	-
Encargos fundo de pensão	(3.303)	(2.614)	26,4%	(3.308)	-0,2%	(6.611)	(5.229)	26,4%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	(67.955)	(8.410)	>100,0%	(19.006)	>100,0%	(86.961)	(35.909)	>100,0%
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(18.006)	(11.134)	61,7%	(14.833)	21,4%	(32.839)	(21.313)	54,1%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	(12.427)	(39.276)	-68,4%	(27.999)	-55,6%	(40.426)	(84.665)	-52,3%
Atualizações de impostos, P&D/PEE	(3.228)	(3.377)	-4,4%	(5.453)	-40,8%	(8.681)	(6.023)	44,1%
Outras despesas financeiras	(37.294)	(37.939)	-1,7%	(45.164)	-17,4%	(82.458)	(60.830)	35,6%
Total - Despesas Financeiras	(305.428)	(252.974)	20,7%	(318.549)	-4,1%	(623.977)	(532.475)	17,2%
Variações Cambiais	(3.228)	(366)	>100,0%	(1.424)	>100,0%	(4.652)	(369)	>100,0%
Variações cambiais - Empréstimos	5.885	(94.108)	<-100,0%	34.145	-82,8%	40.030	(122.973)	<-100,0%
Variações cambiais - Instrumentos Financeiros de Hedge	(5.892)	94.106	<-100,0%	(34.148)	-82,7%	(40.040)	122.951	<-100,0%
Outras Variações Cambiais	(3.221)	(364)	>100,0%	(1.421)	>100,0%	(4.642)	(347)	>100,0%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(263.079)	(195.291)	34,7%	(185.813)	41,6%	(448.893)	(394.692)	13,7%

(1) Variação entre 2T25 e 1T25; (2) Variação entre 6M25 e 6M24

O Resultado Financeiro Líquido da Companhia encerrou o 2T25 com uma despesa líquida de R\$ 263,1 milhões, representando um aumento de R\$ 67,8 milhões em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Essa variação é explicada, principalmente, pela:

- Aumento líquido de despesa no montante de R\$ 32,7 milhões nas rubricas de dívida (Dívida Marcação a mercado, Instrumento financeiro derivativo, encargos de dívidas, debentures e custo de transação, variações monetárias debentures, variações cambiais – empréstimos e instrumentos financeiros de hedge) devido ao aumento do CDI no 2T25 comparado ao 2T24 em conjunto com um aumento no volume de dívida contratada entre os períodos analisados;

Divulgação de Resultados

Comentário do Desempenho Trimestres 2T25 e 6M25



- Aumento líquido de despesa no valor de R\$ 28,5 milhões nas rubricas de variação monetária de ativos financeiros setoriais.

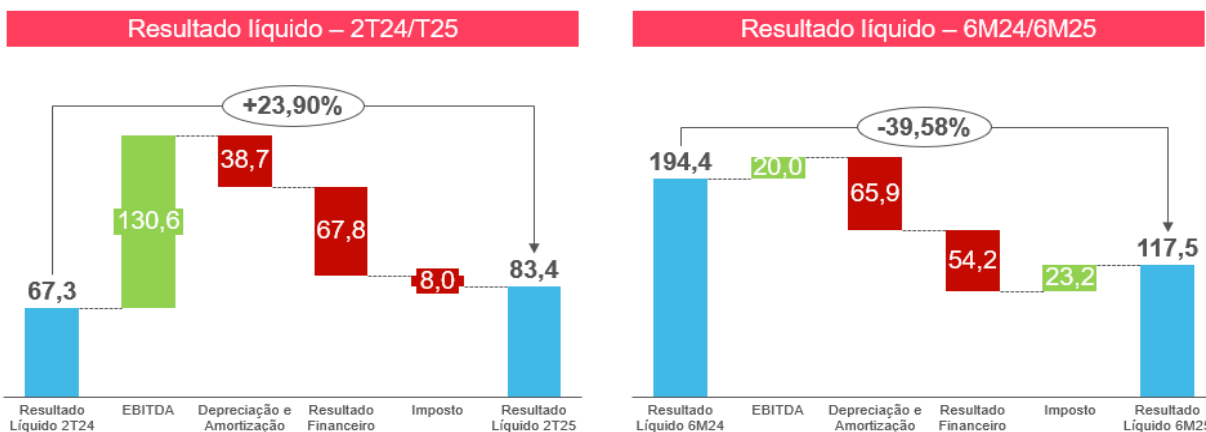
No acumulado do ano, o resultado financeiro apresentou uma despesa líquida de R\$ 448,9 milhões, montante R\$ 54,2 milhões superior ao valor registrado no 6M24. Esta variação é em decorrência, principalmente, de:

- Aumento líquido de despesa no montante de R\$ 28,7 milhões nas rubricas de dívida (Dívida Marcação a mercado, Instrumento financeiro derivativo, encargos de dívidas, debentures e custo de transação, variações monetárias debentures, variações cambiais – empréstimos e instrumentos financeiros de hedge) devido ao aumento do CDI em conjunto com um aumento no volume de dívida contratada entre os períodos analisados;
- Aumento líquido de despesa no valor de R\$ 31,2 milhões nas rubricas de variação monetária de ativos financeiros setoriais;
- Aumento de R\$ 21,6 milhões na rubrica de outras despesas financeiras decorrente de: (i) juros e atualização monetária de provisão relacionada ao artigo 323 REN 1000 da Aneel (R\$ 28,8 milhões); (ii) aumento com custos de garantias renovadas seguindo condições de mercado (R\$ 3,6 milhões); e (iii) aumento dos juros sobre obrigações de arrendamento (R\$ 10,3 milhões). Estes efeitos foram parcialmente compensados, principalmente, pela (i) redução na despesa referente aos descontos relacionados à medida de apoio implementada pela Companhia nos 6M24 (R\$ 14,9 milhões), com a isenção do pagamento da conta de energia durante 3 meses para clientes elegíveis, desde dezembro de 2023, a qual não ocorreu nos 6M25; e pela (ii) redução das despesas com IOF (R\$ 4,9 milhões).
- Aumento de R\$ 11,5 milhões na rubrica de atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas;

Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo:

- Aumento na rubrica de outras receitas financeiras no valor de R\$ 44,2 milhões em função, principalmente, do aumento na atualização de créditos tributários.

Resultado Líquido



O resultado líquido da Enel Ceará registrou lucro líquido de R\$ 83,4 milhões no 2T25, representando um aumento de R\$ 16,1 milhões em relação ao 2T24, explicado em grande parte pelo aumento do EBITDA em decorrência da melhora da margem e dos custos operacionais opex) conforme explicado anteriormente, compensado parcialmente pelo aumento da depreciação e amortização, da despesa financeira e impostos.

Nos primeiros seis meses de 2025, a Enel Ceará registrou lucro líquido de R\$ 117,5 milhões, representando uma redução de R\$ 76,9 milhões em relação ao 6M24, explicado principalmente pelo aumento da depreciação e amortização e da despesa financeira líquida.

Divulgação de Resultados
Trimestres Encerrados em 30/06/2025 e 6M25
Comentário do Desempenho



Endividamento

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO								
	2T25	2T24	Var. %	1T25	Var. % (1)	6M25	6M24	Var. % (2)
Dívida bruta (R\$ mil)	5.526.987	5.317.043	3,9%	5.640.150	-2,0%	5.526.987	5.317.043	3,9%
Dívida com Terceiros	3.150.110	3.321.132	-5,1%	3.343.898	-5,8%	3.150.110	3.321.132	-5,1%
Dívida Intercompany	2.376.877	1.995.911	19,1%	2.296.252	3,5%	2.376.877	1.995.911	19,1%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	185.044	279.986	-33,9%	299.534	-38,2%	185.044	279.986	-33,9%
Dívida líquida (R\$ mil)	5.341.943	5.037.057	6,1%	5.340.616	0,0%	5.341.943	5.037.057	6,1%
Dívida Bruta / EBITDA (3)*	2,65	2,51	5,6%	2,82	-6,2%	2,65	2,51	5,6%
Dívida Líquida / EBITDA (3)*	2,56	2,38	7,7%	2,67	-4,2%	2,56	2,38	7,7%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,51	0,52	-0,7%	0,52	-1,6%	0,51	0,52	-0,7%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,50	0,50	0,3%	0,51	-0,7%	0,50	0,50	0,3%

(1) Variação entre 2T25 e 1T25; (2) Variação entre 6M25 e 6M24
(3) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações + Provisão para crédito de liquidação duvidosa + Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas + Provisão para redução ao valor recuperável (acumulado nos últimos 12 meses)

A dívida bruta da Companhia encerrou 2T25 em R\$ 5.527 milhões, um aumento de R\$ 210 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação da dívida bruta deve-se, basicamente, às novas captações de dívidas para refinanciamento, investimentos e capital de giro no montante de R\$ 2.655 milhões, em conjunto com apropriação de juros e correção monetária no montante de R\$ 667 milhões, parcialmente compensados por amortizações e pagamento de encargos ocorridos entre os períodos comparados, que alcançaram respectivamente R\$ 2.691 milhões e R\$ 412 milhões. Adicionalmente, a Companhia reconheceu no período ajuste positivo relacionado aos SWAPs de dívidas vigentes no valor de R\$ 9 milhões.

A Companhia encerrou 2T25 com o custo médio da dívida de 14,66% a.a.

Colchão de Liquidez

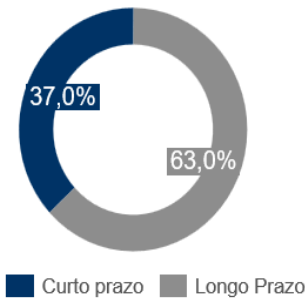
Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia mantém limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo, cujo montante em 30 de junho de 2025 é de R\$ 500 milhões. Adicionalmente, a Companhia possui autorização da Aneel para a realização de mútuo com partes relacionadas, conforme Despacho Nº 1.951/24, no valor de até R\$ 3.000 milhões. Esse montante foi ampliado em 20 de maio de 2025 para até R\$ 4.500 milhões, através do Despacho de Nº 1.517/25.

Do total de dívida no passivo circulante, parte significativa refere-se a créditos com a controladora Enel Brasil, no montante de R\$ 837 milhões que possuem exigibilidade flexível e com vencimentos podendo ser renegociados caso seja necessário. A Companhia conta também com o apoio financeiro da Holding do grupo (Enel Spa) que, por meio da *Enel Finance International* (EFI), disponibiliza recursos para financiar investimentos e capital de giro.

Classificação de Riscos (Rating)

Em 27 de agosto de 2024, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

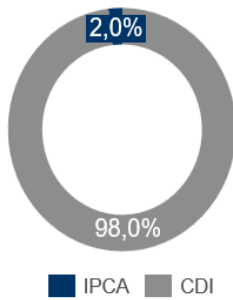
Abertura da Dívida Bruta - CP e LP
Posição Final em Jun/25



Abertura da Dívida Bruta - Moedas
Posição Final em Jun/25



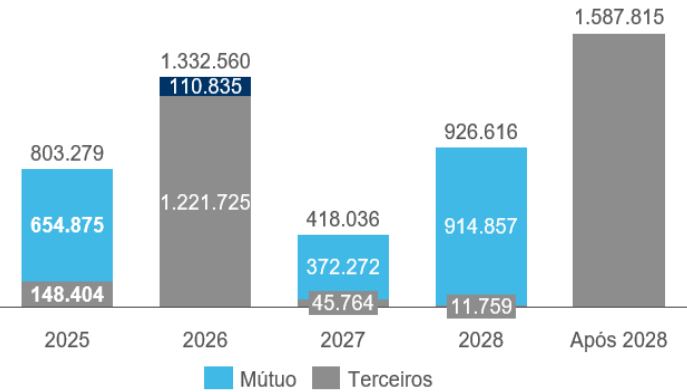
Abertura da Dívida Bruta - Indexadores
Posição Final em Jun/25



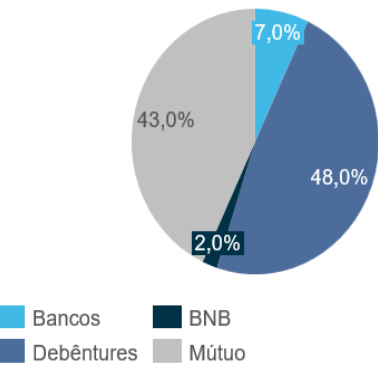
Divulgação de Resultados

Comentário do Desempenho

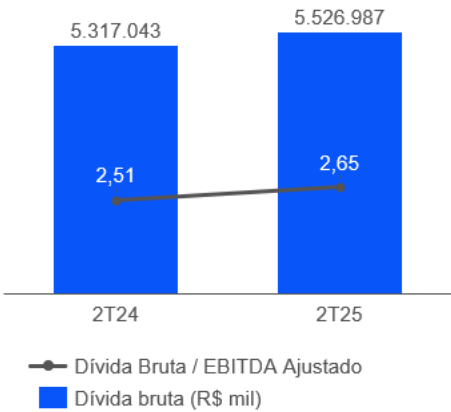
Curva de Amortização de saldo de dívida com SWAP (R\$ Mil) Posição Final em Jun/25



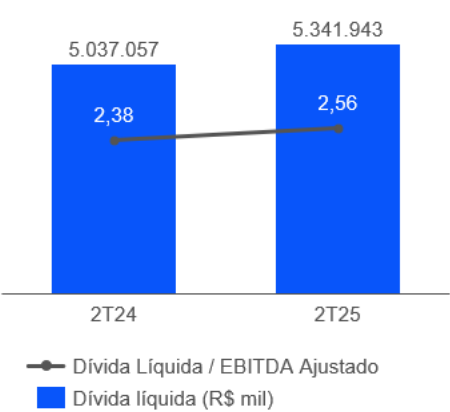
Abertura da Dívida Bruta - Credor Posição Final em Jun/25



Dívida Bruta (R\$ Mil) e Dívida Bruta / EBITDA (Vezes) Evolução 2T24 – 2T25



Dívida Líquida (R\$ Mil) e Alavancagem (Vezes) Evolução 2T24 – 2T25



Divulgação de Resultados
Trimestres Encerrados em 30/06/2025 e 6M25
Comentário de Desempenho

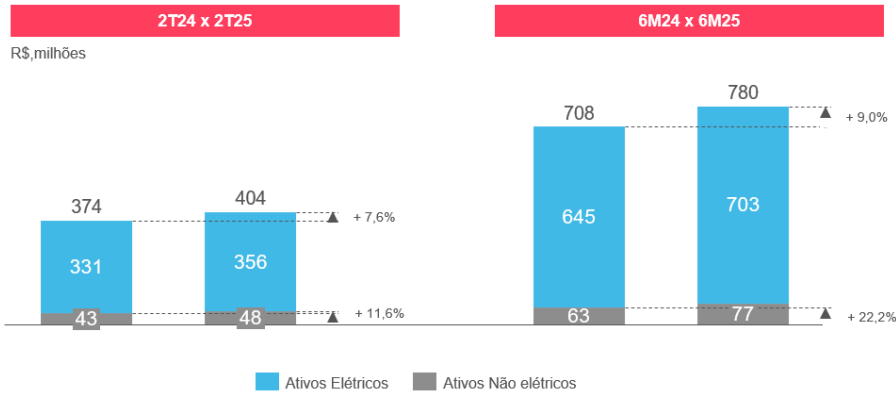


Investimentos³

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*								
	2T25	2T24	Var. %	1T25	Var. % (1)	6M25	6M24	Var. % (2)
Manutenção	144.768	123.742	17,0%	116.835	23,9%	261.602	181.220	44,4%
Crescimento	52.048	47.259	10,1%	66.235	-21,4%	118.283	79.252	49,2%
Novas Conexões	202.813	200.312	1,2%	178.628	13,5%	381.441	438.948	-13,1%
Financiado pela Companhia	399.629	371.313	7,6%	361.698	10,5%	761.327	699.420	8,9%
Financiado pelo Cliente	4.754	2.300	>100,0%	13.836	-65,6%	18.590	8.730	>100,0%
Total	404.383	373.613	8,2%	375.534	7,7%	779.918	708.150	10,1%

(1) Variação entre 2T25 e 1T25; (2) Variação entre 6M25 e 6M24

Ativos Elétricos e Não Elétricos



Durante o 1T25, o Grupo implementou mudanças relacionadas à mudança de taxonomia de algumas rubricas de investimentos. Desta forma, os números de 2024, bem como os demais trimestres de 2024, foram reclassificados para fins de comparação. Cabe destacar, que o montante total permanece o mesmo alterando apenas os valores entre classes.

A Companhia investiu R\$ 404,4 milhões no 2T25, representando um crescimento de 8,2% em relação ao montante investido no mesmo período do ano passado. Do volume investido no 2T25, este foi alocado, principalmente em atividades de novas conexões, no valor de R\$ 207,5 milhões (R\$ 202,8 milhões de recursos próprios e R\$ 4,7 milhões financiados pelos clientes).

Para manutenção foram investidos R\$ 144,8 milhões, sendo R\$ 84,5 milhões para as atividades relacionadas a manutenção corretiva. Na parte de crescimento foram investidos R\$ 52,0 milhões, com destaque para atividades voltadas para a confiabilidade no desenvolvimento (R\$15,4 milhões) e ao programa de redução de perdas (R\$8,9 milhões).

No acumulado do ano o montante total investido atingiu R\$ 779,9 milhões, o que representa um aumento de 10,1% ou R\$ 71,8 milhões frente o mesmo período de 2024.

Aspectos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) na Enel

A Enel Brasil se consolida como uma empresa que busca o desenvolvimento sustentável, direcionando suas ações e investimentos sociais de acordo com fundamentos e políticas como **confiança, inovação, proatividade, flexibilidade e respeito**.

Os pilares ESG (*Environment, Social and Governance*) fazem parte da nossa estratégia de sustentabilidade, assim como a Agenda 2030 da ONU, ambos direcionadores considerados tendências no setor elétrico. Além disso, consideramos em nossa estratégia os grandes desafios da atualidade, como a transição energética acessível e justa, baseada nas fontes renováveis de geração. Dessa maneira buscamos contribuir para o

³ Dados prévios referente ao 2T25

Divulgação de Resultados

Trimestres 2T25 e 6M25

Comentário do Desempenho



alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Desse total, quatro orientam a nossa criação de valor: Energia Limpa e Acessível (ODS 7), Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9), Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11), Combate às Mudanças Climáticas (ODS 13).

A nossa estratégia de sustentabilidade considera os resultados de escutas de diversas partes interessadas, além dos direcionares de negócio. A partir disso, os objetivos são desdobrados em metas e iniciativas de curto, médio e longo prazo, que farão parte do Plano de Sustentabilidade, revisto anualmente e reportado periodicamente ao Conselho de Administração, de forma a garantir a transparência e o monitoramento da nossa jornada rumo ao progresso sustentável.

O atual Plano de Sustentabilidade da Enel, abrange o ciclo 2025-2027 e estabelece objetivos ASG específicos em 5 grandes temas: Ambição Zero Emissões, Grupos de Interesse, Natureza, Direitos Humanos e Aceleradores de Crescimento.

Especificamente para as metas ambientais, destacam-se o programa de verificações ambientais em contratadas – Assessment Ambiental, que atesta o cumprimento legal e ambiental das empresas parceiras a ENEL e o programa ECoS- Extra-checking on site que verifica a performance ambiental dos processos ENEL. Importante destacar que estes programas compõem do Sistema de Gestão ambiental certificado, ISO 14001.

Com o objetivo de gerar valor para a sociedade e comunidades locais, em especial nas regiões de maior vulnerabilidade social onde a Enel está inserida, a companhia mantém o programa Enel Compartilha, que inclui projetos socioambientais voltados aos temas da eficiência energética, economia circular, educação para o consumo consciente e seguro de energia, cidadania, além de geração de renda e empregabilidade, ambos alinhados aos compromissos de sustentabilidade e à estratégia de negócio do Grupo Enel no Brasil.

Dessa forma, ao final do segundo trimestre de 2025, a Enel Distribuição Ceará acumulou o investimento de R\$ 7,5 milhões e beneficiou 127.884 pessoas, por meio de 160 iniciativas. Como destaque do período, relacionamos algumas ações realizadas pelo programa social Enel Compartilha:

Ecoenel – ODS 07

No segundo semestre de 2025, o programa Ecoenel já arrecadou, em 8 municípios, mais de 738 toneladas de recicláveis, beneficiando 646 novos clientes com bônus de R\$ 328.316,91 em descontos na conta de energia. Esses resultados equivalem à captura de 2.275 mil toneladas de CO₂. Como destaque do segundo trimestre, o projeto marcou presença no Festival Dragão Fashion Brasil (DFB) – maior evento de moda autoral da América Latina. Durante o evento, foram recolhidos 247 kg de resíduos, que geraram bônus destinado para a ONG São Lázaro.

Editais Chamada Pública de Projetos – ODS 7

A Enel Distribuição Ceará lançou em junho 2025 a Chamada Pública de Projetos (CPP 001/2025) para financiamento de projetos de eficiência energética. Até o dia 22 de agosto de 2025, clientes da concessionária que atendam aos requisitos descritos no edital, poderão inscrever seus projetos de eficiência energética. Ao todo, serão disponibilizados R\$ 6 milhões, sendo R\$ 1 milhão para cada uma das iniciativas de Iluminação Pública e Residencial, R\$ 2 milhões para cada uma das iniciativas de comércio e serviço e demais tipologias.

Enel Compartilha Energia na Escola – Nave Enel – ODS 04

O programa Enel Compartilha Energia na Escola tem como objetivo capacitar educadores, professores, alunos e comunidades para o uso seguro e o combate ao desperdício de energia elétrica e recursos naturais. Além das formações, as escolas e as comunidades participam de atividades lúdicas como o Óculos de Realidade Virtual, que aborda a temática da segurança da população, e a Nave Enel, um ônibus adaptado com recursos audiovisuais, jogos lúdicos e educacionais, que utiliza tecnologia de realidade virtual 3D. No segundo trimestre de 2025, as atividades aconteceram em dois municípios: Fortaleza e Maracanaú beneficiando 1.940 alunos e comunidade escolar.

Divulgação de Resultados

Comentário do Desempenho



Indicadores ASG - Enel Ceará

Indicadores

	2T25	2T24
Colaboradores próprios (unit)	2.098	1.771
Colaboradores terceirizados (unit)	9.584	9.401
% de mulheres na Empresa	14,9%	16,2%
% de mulheres em cargos de liderança (1)	19,8%	20,7%
Taxa de Rotatividade (2)	6,6%	11,4%
Número de membros no conselho (unit)	8	9
Número de membros independentes no conselho (unit)	2	2
% de mulheres no conselho	12,5%	22,2%
Beneficiados pelos projetos sociais (3)	127.884	95.350
Resíduos perigosos enviados para recuperação	99%	94%
Resíduos não perigosos enviados para recuperação	95%	82%
Avaliação de fornecedores ambientais (4)	3	3
Realização de ECoS Ambiental (5)	-	1

(1) Líderes: Considera os Heads e Diretores; (2) Considera os desligamentos voluntários e involuntários

(3) O número do 2T24 foi adaptado a fim de refletir uma mudança nos critérios de contabilização de alguns projetos realizada no final de 2024; (4) Meta 2025: 8; (5) Meta 2025: 1

6 ASPECTOS REGULATÓRIOS

Reajuste Tarifário Anual 2025

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 15 de abril, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2025 a ser aplicado a partir de 22 de abril de 2025, Resolução Homologatória nº 3.445/2025.

Em abril de 2025, a ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia com um índice de reajuste de +0,06% composto por (i) reajuste econômico de +3,84%, sendo +1,31% de Parcela A, +2,53% de Parcela B e (ii) componente financeiro de -3,78%. Considerando a retirada do componente financeiro do último processo tarifário de -2,16%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de -2,10%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário	
Encargos Setoriais	0,99%
Energia Comprada	1,33%
Encargos de Transmissão	-1,01%
Parcela A	1,31%
Parcela B	2,53%
Reajuste Econômico	3,84%
CVA Total	-2,61%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	-1,16%

Divulgação de Resultados

Comentário do Desempenho



Reajuste Financeiro	-3,78%
Índice de reajuste Total	0,06%
Componentes Financeiros do Processo Anterior	-2,16%
Efeito Para o Consumidor	-2,10%

Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi reajustada em +2,2%, representando +1,31% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

- Encargos Setoriais: R\$ 1.228 milhões. Um acréscimo de +6,5%, representando +0,99% no reajuste econômico;
- Energia Comprada: R\$ 2.911 milhões. Um acréscimo de +3,6%, contemplando o custo de compra de energia que representa +1,33% no reajuste econômico decorrente principalmente dos contratos de leilão de energia nova; e
- Encargos de Transmissão: R\$ 520 milhões. Os custos de transmissão tiveram redução de -12,8%, correspondendo a um efeito de -1,01% no reajuste econômico.

Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em +6,4%, representando uma participação de +2,53% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de +8,58% no período de 12 meses findos em março de 2025; e
- Fator X de +2,157%, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +0,739%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Enel CE;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,021%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de +1,439%.

Componentes Financeiros

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante negativo de R\$ 298 milhões, dentre os quais destacam-se: R\$ 125 milhões negativos, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"), CVA da quitação da COVID de R\$ 81 milhões negativo, quitação da Escassez Hídrica de R\$ 74 milhões negativos, crédito de PIS/COFINS negativo de R\$ 392 milhões e reversão de risco hidrológico negativo de R\$ 175 milhões; sendo estes valores parcialmente compensados pela previsão do risco hidrológico positivo em R\$ 173 milhões e diferimento tarifário de R\$ 533 milhões positivo.

O reajuste tarifário médio de -2,10% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	-2,84%
Baixa Tensão	-1,89%
Efeito Médio	-2,10%

Bandeira Tarifária

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. As bandeiras tarifárias tiveram os seguintes acréscimos:

Divulgação de Resultados
Trimestres Encerrados em 31/03/25 e 6M25
Comentário do Desempenho



- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/04/24 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,885 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A partir de 01/04/24 - As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 4,463 (patamar 1) e R\$ 7,877 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

Desde dezembro de 2024 até abril de 2025 as condições hidrológicas brasileiras estavam favoráveis, consequentemente sem necessidade de acionamento das bandeiras tarifárias, estando o patamar em verde. Em maio de 2025 o acionamento da bandeira foi amarela devido a redução das chuvas em razão da transição do período chuvoso para o período seco do ano, tornando as previsões de chuvas e vazões nas regiões dos reservatórios, para os próximos meses, abaixo da média. Já em junho de 2025 o acionamento da bandeira tarifário foi vermelha patamar 1, pois o cenário de afluências estava abaixo da média em todo o Brasil, reduzindo a projeção de geração hidráulica e aumentando a geração térmica.

As bandeiras tarifárias que vigoraram nos anos de 2024 e 2025, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

2024	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	61,07	61,07	61,07	61,07	61,07	61,07	110,77	75,80	254,18	599,72	286,80	61,07
PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o patamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE												
2025	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	58,60	58,60	264,69	208,03	241,89	310,35						
PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o patamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE												

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 17 de dezembro de 2024, o Despacho n.º 3.625 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2025. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.542,23/MWh e o valor mínimo em R\$ 58,60/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2025.

Divulgação de Resultados

Comentário do Desempenho



ANEXO 1

	2T25	2T24	Var. %	6M25	6M24	Var. %
Receita Operacional Bruta	3.122.794	2.664.979	17,2%	5.848.884	5.430.954	7,7%
Fornecimento de Energia - Mercado Cativo	2.260.704	2.237.876	1,0%	4.401.600	4.564.391	-3,6%
CVA	96.093	(122.602)	<-100,0%	-23.328	(233.366)	-90,0%
Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres	178.580	153.025	16,7%	349.761	290.570	20,4%
Receita de Construção	445.443	296.112	50,4%	795.997	571.601	39,3%
Outras Receitas	141.974	100.568	41,2%	324.854	237.758	36,6%
Deduções da Receita Operacional	(851.799)	(803.059)	6,1%	(1.640.938)	(1.634.754)	0,4%
Receita Operacional Líquida	2.270.995	1.861.920	22,0%	4.207.946	3.796.200	10,8%
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(957.545)	(799.349)	19,8%	(1.798.178)	(1.640.998)	9,6%
Energia elétrica comprada para revenda e despesas da CCEE	(789.420)	(580.317)	36,0%	(1.413.500)	(1.197.071)	18,1%
Encargos de conexão e uso da rede	(168.125)	(219.032)	-23,2%	(384.678)	(443.927)	-13,3%
Custo/Despesa Operacional	(923.806)	(764.831)	20,8%	(1.782.505)	(1.481.974)	20,3%
Pessoal	(57.657)	(50.114)	15,1%	(124.264)	(79.889)	55,5%
Material e Serviços de terceiros	(190.569)	(174.990)	8,9%	(388.212)	(359.967)	7,8%
Depreciação e amortização	(184.083)	(145.381)	26,6%	(357.937)	(292.023)	22,6%
Provisões	(23.715)	(62.954)	-62,3%	(55.977)	(111.718)	-49,9%
Custo de construção	(445.443)	(296.112)	50,4%	(795.997)	(571.601)	39,3%
Outros	(3.848)	(4.446)	-13,5%	(21.247)	(8.362)	>100,0%
Outras receitas/despesas operacionais	(18.491)	(30.834)	-40,0%	(38.871)	(58.414)	-33,5%
EBITDA	573.727	443.121	29,5%	985.200	965.250	2,1%
EBIT	389.644	297.740	30,9%	627.263	673.227	-6,8%
Resultado Financeiro	(263.079)	(195.291)	34,7%	(448.892)	(394.691)	13,7%
Receita Financeira	45.577	58.049	-21,5%	179.737	138.152	30,1%
Despesa Financeira	(305.428)	(252.974)	20,7%	(623.977)	(532.474)	17,2%
Variações Cambiais	(3.228)	(366)	>100,0%	(4.652)	(369)	>100,0%
Resultado antes dos impostos	126.565	102.449	23,5%	178.371	278.536	-36,0%
IR/CS	(43.130)	(35.109)	22,8%	(60.896)	(84.118)	-27,6%
Lucro/Prejuízo Líquido	83.435	67.340	23,9%	117.475	194.418	-39,6%

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	30.06.2025	31.12.2024
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	184.548	214.124
Títulos e valores mobiliários	6	496	475
Contas a receber de clientes	7	1.969.607	2.003.626
Créditos a receber - subvenção e outros	8	293.212	245.151
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	10	246.654	156.818
Outros tributos compensáveis	10	128.614	251.511
Serviços em curso		61.248	61.549
Instrumentos financeiros derivativos	30.1	2.669	86.005
Outros créditos		155.028	62.419
Total do ativo circulante		3.042.076	3.081.678
<u>Ativo não circulante</u>			
Contas a receber de clientes	7	51.318	45.102
Outros tributos compensáveis	10	112.377	108.870
Cauções e depósitos	12	23.183	21.813
Depósitos vinculados	22.1	65.741	59.806
Benefício fiscal	11	7.472	9.130
Instrumentos financeiros derivativos	30.1	86.656	63.578
Ativo contratual da concessão	13.1	1.495.583	1.514.389
Ativo financeiro indenizável (concessão)	13.2	8.037.082	7.228.279
Imobilizado	14	285.751	179.864
Intangível	13.3	1.971.292	2.094.432
Total do ativo não circulante		12.136.455	11.325.263
Total do ativo		15.178.531	14.406.941

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	30.06.2025	31.12.2024
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	15	1.360.186	1.267.060
Empréstimos e financiamentos	16	1.011.178	2.570.938
Debêntures	17	1.029.239	251.275
Obrigações por arrendamentos		43.810	17.995
Outras obrigações fiscais	18	187.306	179.246
Dividendos a pagar		178.123	178.123
Salários, provisões e encargos sociais		67.984	65.667
Geração distribuída	26.1.1	138.312	109.749
Encargos setoriais	19	75.143	45.461
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	265.916	245.326
Passivo financeiro setorial	9	411.956	202.641
Obrigações de compartilhamento de infraestrutura	29	261.424	227.445
Instrumentos financeiros derivativos	30.1	15.682	10.409
Outras obrigações		273.689	302.383
Total do passivo circulante		5.319.948	5.673.718
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	16	1.876.651	1.042.901
Debêntures	17	1.683.562	1.582.378
Obrigações por arrendamentos		135.090	58.930
Outras obrigações fiscais	18	176	1.324
Encargos setoriais	19	75.687	86.196
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	27.887	117.494
Passivo financeiro setorial	9	214.702	220.404
Obrigações com benefícios pós-emprego	21	131.062	109.767
Tributos diferidos	28	136.997	83.708
Provisões para processos judiciais e outros riscos	22	330.997	290.237
Outras obrigações		218	262
Total do passivo não circulante		4.613.029	3.593.601
<u>Patrimônio líquido</u>	23		
Capital social		1.552.900	1.388.347
Adiantamento para futuro aumento de capital		580.580	580.580
Reserva de capital		358.671	358.671
Reserva de lucros		2.648.248	2.812.801
Outros resultados abrangentes		(12.321)	(777)
Lucros acumulados		117.476	-
Total do patrimônio líquido		5.245.554	5.139.622
Total do passivo		15.178.531	14.406.941

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	01.04.2025 a 30.06.2025	01.01.2025 a 30.06.2025	01.04.2024 a 30.06.2024	01.01.2024 a 30.06.2024
Receita Líquida	25	2.270.995	4.207.945	1.861.920	3.796.200
Custo	26	(1.825.953)	(3.410.301)	(1.460.988)	(2.947.125)
Lucro bruto		445.042	797.644	400.932	849.075
<u>Receitas (despesas) operacionais</u>	26				
Despesas gerais e administrativas		(43.081)	(125.207)	(72.427)	(105.626)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(29.683)	(80.290)	(53.076)	(110.808)
Outras receitas operacionais		17.366	35.116	22.314	40.590
Total despesas operacionais		(55.398)	(170.381)	(103.189)	(175.844)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		389.644	627.263	297.743	673.231
<u>Resultado financeiro</u>	27				
Receitas financeiras		45.577	179.737	58.049	138.152
Despesas financeiras		(305.428)	(623.977)	(252.974)	(532.474)
Variações cambiais líquidas		(3.228)	(4.652)	(367)	(370)
Total do resultado financeiro		(263.079)	(448.892)	(195.292)	(394.692)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		126.565	178.371	102.451	278.539
<u>Imposto de renda e contribuição social</u>	28				
Imposto de renda e contribuição social correntes		10.460	-	(27.855)	(59.557)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(53.589)	(60.895)	(16.488)	(45.045)
Incentivo fiscal		-	-	9.234	20.484
Total dos tributos sobre o lucro		(43.129)	(60.895)	(35.109)	(84.118)
Lucro líquido do período		83.436	117.476	67.342	194.421
Lucro líquido por ação em R\$ - básico e diluído	24				
Ação ordinária		0,9687	1,4991	0,8650	2,4972
Ação preferencial - Classe A		1,1968	1,4991	0,9169	2,6470
Ação preferencial - Classe B		1,9946	1,9946	0,9515	2,7469

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	01.04.2025 a 30.06.2025	01.01.2025 a 30.06.2025	01.04.2024 a 30.06.2024	01.01.2024 a 30.06.2024
Lucro líquido do período		83.436	117.476	67.342	194.421
Outros resultados abrangentes					
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado					
Ganho (perda) atuarial em obrigações com benefícios pós emprego		(18.668)	(18.668)	5.828	5.828
Tributos diferidos sobre ganho (perda) atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	28	6.347	6.347	(1.982)	(1.982)
Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado					
Ganho em instrumentos financeiros derivativos		-	1.177	6.524	10.472
Tributos diferidos sobre ganho em instrumentos financeiros derivativos	28	-	(400)	(2.218)	(3.560)
Total dos resultados abrangentes do período, líquido de impostos		71.115	105.932	75.494	205.179

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de capital				Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes	Total
	Capital subscrito	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de ágio	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Incentivo fiscal - ADENE	Reserva legal	Incentivo fiscal - SUDENE	Reserva para reforço de capital de giro	Lucros acumulados			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.282.347	-	221.188	31.160	106.323	48.845	1.062.774	1.444.790	-	(6.280)	4.191.147	
Resultado abrangente total:												
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	194.421	-	194.421	
Ganho atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.828	5.828	
Tributos diferidos sobre ganho atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	(1.982)	-	-	(1.982)	(1.982)	
Ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.472	10.472	
Tributos diferidos sobre ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.560)	(3.560)	
Transações com os acionistas												
Aumento de capital	106.000	-	-	-	-	-	-	(106.000)	-	-	-	
Saldo em 30 de junho de 2024	1.388.347	-	221.188	31.160	106.323	48.845	1.062.774	1.338.790	194.421	4.478	4.396.326	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.388.347	580.580	221.188	31.160	106.323	57.834	1.095.346	1.659.621	-	(777)	5.139.622	
Resultado abrangente total:												
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	117.476	-	117.476	
Perda atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.668)	(18.668)	
Tributos diferidos sobre perda atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	6.347	-	-	6.347	6.347	
Ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.177	1.177	
Tributos diferidos sobre ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(400)	(400)	
Transações com os acionistas												
Aumento de capital	164.553	-	-	-	-	-	-	(164.553)	-	-	-	
Saldo em 30 de junho de 2025	1.552.900	580.580	221.188	31.160	106.323	57.834	1.095.346	1.495.068	117.476	(12.321)	5.245.554	

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024

(valores expressos em milhares de reais)

	30.06.2025	30.06.2024
Atividades operacionais		
Lucro líquido do período	117.476	194.421
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	375.841	308.505
Variações cambiais da dívida	(11.609)	165.497
Marcação a mercado da dívida	38.802	(57.318)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - variação cambial	40.039	(92.785)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - marcação a mercado	(34.156)	50.305
Atualização do ativo financeiro da concessão	(217.687)	(162.631)
Atualização dos ativos e passivos financeiros setoriais	(28.532)	2.694
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	35.951	65.209
Perda de recebíveis de clientes	56.401	45.599
Atualização monetária de processos judiciais	32.839	21.313
Provisões para processos judiciais e outros riscos	34.815	46.511
Juros sobre obrigações de arrendamento	13.336	3.097
Juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	295.205	267.388
Juros sobre operações com instrumento derivativo	39.649	-
Benefício pós-emprego	7.060	5.843
Baixa de ativo intangível	370	2.299
Baixa de ativo imobilizado	(634)	984
Custo de transação	2.486	8.593
Tributos e contribuições sociais diferidos	60.895	46.858
Redução (aumento) dos ativos		
Contas a receber de clientes	(64.549)	(60.132)
Ativo financeiro setorial	28.532	26.290
Créditos a receber - subvenção e outros	(48.061)	(97.637)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(89.836)	(7.452)
Outros tributos compensáveis	119.391	159.813
Depósitos vinculados	(5.935)	(3.245)
Serviços em curso	301	-
Outros créditos	(94.666)	(13.013)
Redução (aumento) dos passivos		
Fornecedores	93.126	(154.359)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	19.589	38.144
Outras obrigações fiscais	6.912	(13.319)
Salários, provisões e encargos sociais	2.317	8.060
Encargos setoriais	19.173	9.859
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	(69.017)	(104.748)
Passivo financeiro setorial	203.613	377.595
Outras obrigações	33.802	11.372
Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	(153.303)	(252.343)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(11.974)	(3.088)
Pagamento de juros de obrigações com derivativo	(58.192)	(56.630)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(19.589)	(39.956)
Pagamento de outras obrigações com benefício pós-emprego	(4.433)	(3.724)
Pagamento de processos judiciais e outros riscos	(26.894)	(33.558)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	738.854	710.311
Atividades de investimentos		
Adições para ativo imobilizado	(10.322)	(18.169)
Adições para ativo contratual	(796.007)	(571.611)
Títulos e valores mobiliários	(21)	(2.728)
Cauções e depósitos	(1.370)	(1.008)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(807.720)	(593.516)
Atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	580.580
Captação de empréstimos e financiamentos	1.070.487	1.025.692
Captação de debêntures	1.000.000	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	(1.879.416)	(155.675)
Pagamento de debêntures (principal)	(209.514)	(1.458.081)
Pagamento de obrigações por arrendamento (principal)	(21.635)	(8.696)
Pagamento (recebimento) de instrumento financeiro derivativo (principal)	79.368	(17.947)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamentos	39.290	(34.127)
Variação no caixa líquido	(29.576)	82.668
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	214.124	96.665
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	184.548	179.333

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais)

	30.06.2025	30.06.2024
1. Receitas	5.860.071	5.406.757
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	5.883.999	5.471.966
Fornecimento de energia elétrica	5.052.886	4.859.353
Outras receitas	35.116	41.012
Receita relativa à construção de ativos próprios	795.997	571.601
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(23.928)	(65.209)
2. Insumos adquiridos de terceiros	(3.133.999)	(2.840.648)
Materiais	(301.307)	(278.917)
Outros custos operacionais	(143.031)	(140.808)
Custo de energia comprada e transmissão	(1.849.118)	(1.796.077)
Serviço de terceiros	(840.543)	(624.846)
3. Valor adicionado bruto	2.726.072	2.566.109
4. Retenções	(375.841)	(308.504)
Depreciação e amortização	(375.841)	(308.504)
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade	2.350.231	2.257.605
6. Valor adicionado recebido em transferência	387.891	138.152
Receitas financeiras	387.891	138.152
7. Valor adicionado total a distribuir	2.738.122	2.395.757
8. Distribuição do valor adicionado	2.738.122	2.395.757
Pessoal	167.542	133.985
Remunerações	102.106	86.670
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	11.679	5.746
Previdência privada	4.581	4.308
Auxílio alimentação	15.004	10.433
Convênio assistencial e outros benefícios	20.139	15.193
FGTS	6.727	5.205
Outros encargos sociais	7.306	6.430
Tributos (Governo)	1.633.392	1.525.107
Federais	367.966	252.662
Imposto de renda e contribuição social	60.895	104.602
COFINS	236.799	142.904
PIS	51.410	31.025
INSS	18.862	(5.385)
(-) Incentivos fiscais	-	(20.484)
Estaduais	859.527	848.109
ICMS	859.527	847.275
Outros estaduais	-	834
Municipais	4.036	5.857
ISS	2.714	3.427
IPTU	852	924
Outros municipais	470	1.506
Encargos setoriais	401.863	418.479
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	301.376	383.476
Eficiência energética - P&D, FNDCT e EPE	31.398	30.386
Encargos do consumidor - CCRBT	63.476	(682)
Taxa de fiscalização - ANEEL	5.613	5.299
Remuneração de capitais de terceiros	819.712	542.244
Juros	836.783	114.306
Aluguéis	(17.071)	9.770
Outras despesas financeiras	-	418.168
Remuneração de capitais próprios	117.476	194.421
Lucros retidos	117.476	194.421

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional**

A Companhia Energética do Ceará - Coelce ("Companhia" ou "Enel Distribuição Ceará"), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com registro de Companhia aberta categoria "A", controlada pela Enel Brasil S.A. ("Enel Brasil" ou Enel), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália).

A sede da Companhia está localizada na Rua Padre Valdevino, nº 150, Centro, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, Brasil.

A Companhia está autorizada a operar como concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A Companhia tem como área de concessão 184 municípios cearenses.

O contrato de Concessão de Distribuição de energia elétrica nº 01/1998, assinado em maio de 1998, tem prazo de duração de 30 anos, com vencimento em 13 de maio de 2028 (Nota explicativa nº. 1.2). Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 2003, e de Reajuste Tarifário anualmente, e entram em vigor a partir do dia 22 de abril de cada ano. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 22 de abril de 2023, e o reajuste tarifário anual vigente em 30 de junho de 2025, ocorreu em 22 de abril de 2024 (Nota explicativa nº. 3.1). Em abril de 2025, a ANEEL aprovou o reajuste vigente a partir de 22 de abril de 2025 – vide nota explicativa nº 4.1

1.1 Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020 e o Decreto nº 10.350/2020, reconheceu que os fatos causados pela pandemia se incluíram no âmbito das áreas administrativa e econômica, assim estabeleceu, por meio da Resolução Normativa nº 885/2020, critérios e procedimentos complementares para a gestão da CONTA-COVID, incluindo diretrizes para a contratação da operação financeira pela CCEE, e dentre outras medidas a obrigação de recolhimento de quotas mensais, com efeitos a partir dos processos tarifários de 2021, definidos de forma proporcional ao repasse de recursos observado para cada distribuidora.

Posteriormente, a ANEEL, observando a Medida Provisória nº 1.078/2021 e o Decreto nº 10.939/2022, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez hídrica, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo, estabeleceu, por meio da Resolução Normativa nº 1.008/2022, critérios e procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, sendo estabelecidos os limites de empréstimo para cada concessionária. O pagamento do empréstimo aos bancos será feito através de cobrança tarifária no prazo de 54 meses, a partir dos processos tarifários de 2023.

Já em 2024, a Medida Provisória nº 1.212 definiu em seu Art. 4º a possibilidade de a CCEE negociar a antecipação dos recebíveis da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE relacionados as obrigações futuras da Eletrobras quanto aos aportes definidos na Lei nº 14.182/2021. Diante deste fato, em 4 de julho de 2024, o Governo Federal, por meio da Portaria Interministerial MME/MF nº 1, estabeleceu as diretrizes da operação, caracterizando a operação financeira como securitização de direitos creditórios, além disso definiu diretrizes complementares e aspectos tarifários relacionados às Contas Covid e Escassez Hídrica.

Em 8 de agosto de 2024, por meio da correspondência CT-CCEE 18834/2024, a CCEE informou à ANEEL sobre a assinatura dos Documentos da Operação de antecipação dos recebíveis da CDE Eletrobras para fins de quitação da Conta COVID e Conta Escassez Hídrica. Diante deste fato, as distribuidoras a partir de outubro de 2024 deixarão de pagar os empréstimos relativo a estas contas.

Em 24 de setembro de 2024, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL a Resolução Normativa nº 1.102, estabelecendo diretrizes para a fixação de quotas extraordinárias a serem arcadas pelas distribuidoras, em

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



caso de eventual inadimplência pela Eletrobras dos recebíveis da CDE cedidos. Caso ocorra inadimplência, a ANEEL terá o prazo de 30 dias para fixar as quotas extraordinárias após o aviso, por parte da CCEE, do inadimplemento da Eletrobras.

1.2 Panorama das renovações de concessões no Brasil

Decreto 12.068/2024 e o novo Contrato de Concessão

Em 21 de junho de 2024, foi publicado o Decreto 12.068/2024, que apresenta as diretrizes para prorrogação das concessões de distribuição que se encerram entre 2025 e 2031. O referido decreto definiu os critérios de enquadramento para prorrogação do contrato, além de trazer diretrizes do novo contrato de concessão. Em 25 de fevereiro de 2025, a ANEEL aprovou a minuta do contrato de concessão, formalizada por meio do Despacho nº 517/2025. Em 26 de março de 2025, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o envio do requerimento de prorrogação à agência reguladora. Dessa forma, a Companhia protocolou na ANEEL em 28 de março de 2025, o pedido formal de antecipação da prorrogação da sua concessão pelo prazo de 30 anos, em conformidade com o disposto no Decreto 12.068/2024. O processo de prorrogação da concessão da Companhia encontra-se em trâmite na Aneel, conforme previsto na regulamentação vigente. A assinatura no novo contrato de concessão está prevista para ocorrer a partir de 25 de agosto de 2025.

2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras intermediárias

Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram elaboradas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as informações financeiras intermediárias da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, emitidas em 27 de fevereiro de 2025 (última demonstração financeira anual). As informações financeiras intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Contudo, as informações financeiras intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Companhia desde a sua última demonstração financeira anual.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das informações financeiras intermediárias. Dessa forma, as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Companhia, sempre que aplicável, se utiliza das orientações e requerimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas regidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Diretoria em 29 de julho de 2025.

Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As informações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do período. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.2 Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.1.3 Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado do Ceará), e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (distribuição de energia elétrica), a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

3. Principais políticas e estimativas

As normas, políticas contábeis, e estimativas relevantes aplicadas à estas informações financeiras intermediárias são as mesmas aplicadas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e, portanto, devem ser lidas em conjunto (com exceção das normas divulgadas na nota 3.1).

As normas contábeis listadas abaixo emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia, não produziram efeitos relevantes sobre as informações financeiras intermediárias no semestre findo em 30 de junho de 2025, bem como sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo 31 de dezembro de 2024, aprovadas pela Administração em 27 de fevereiro de 2025.

3.1 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2025

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis materiais atualmente utilizadas pela Companhia:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 02/IAS 21 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Ausência de conversibilidade	A falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.	1º de janeiro de 2025
Projeto de Definição de Padrões Comentário da Administração	Para ajudar a administração a identificar informações que são relevantes no contexto dos comentários da administração e evitar as deficiências na qualitativas, o IASB decidiu: (a) fornecer uma definição de informação relevante no contexto de comentários da administração; (b) enfatizar que o objetivo do comentário da administração está focado em um conjunto claramente definido de usuários primários de relatórios contábeis de propósito geral, sem considerar as necessidades de informação que são exclusivas de usuários específicos ; (c) introduzir uma ligação explícita entre o objetivo dos comentários da administração e as avaliações feitas pelos usuários ; (d) introduzir requisitos para que os comentários da administração se concentrem em questões-chave e forneçam orientação sobre a identificação dessas questões-chave, incluindo exemplos de questões-chave para cada área de conteúdo ;	31 de dezembro de 2025

3.2 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas informações financeiras intermediárias da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 18, por uma nova norma ou alteração do CPC 26)	Demonstração do resultado: Classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. As medidas de desempenho definidas pela administração (são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. Orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.	1º de janeiro de 2027
CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) / IAS 28 – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas	A data efetiva dessas alterações foi diferida por tempo indeterminado. A adoção antecipada continua sendo permitida somente para IFRS.
CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros e CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Evidenciação - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	De acordo com as alterações, a empresa geralmente desreconhece suas contas a pagar na data de liquidação quando ela usa um sistema de pagamento eletrônico que atende a todos os seguintes critérios: (i) nenhuma capacidade prática de retirar, interromper ou cancelar a instrução de pagamento; (ii) nenhuma capacidade prática de acessar o dinheiro a ser usado para liquidação como resultado da instrução de pagamento; e (iii) o risco de liquidação associado ao sistema de pagamento eletrônico é insignificante. Requisitos de classificação e mensuração no IFRS 9 Instrumentos Financeiros – incluindo a classificação de ativos financeiros com um recurso vinculado a ESG. As novas alterações ajudarão as empresas a avaliar se os ativos financeiros com características ESG atendem ao critério de pagamentos somente de principal e juros.	1º de janeiro de 2026 1º de janeiro de 2026

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Emenda sobre contas a receber pode levar a mudança na política contábil. As alterações do IASB eliminam o conflito entre o IFRS 9 e o IFRS 15 sobre o valor pelo qual um recebível comercial é inicialmente mensurado.	
<i>Annual Improvements to IFRS Accounting Standards – Volume 11</i>	Outras alterações incluem o desreconhecimento de passivos de arrendamento. Se um passivo de arrendamento for desreconhecido, então o desreconhecimento é contabilizado de acordo com o IFRS 9. Entretanto, quando um passivo de arrendamento é modificado, a modificação é contabilizada de acordo com o IFRS 16 Arrendamentos.	1º de janeiro de 2026
IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgação	As subsidiárias que atualmente aplicam o IFRS para PMEs® Accounting Standard ou o GAAP local em suas demonstrações financeiras estatutárias não precisarão mais preparar dois conjuntos de contas para fins de relatórios de grupo se o IFRS 19 for aplicado. O IFRS 19 oferece às subsidiárias elegíveis uma maneira prática de abordar os problemas de divulgação excessiva, ao mesmo tempo em que reduz seus custos de relatórios – eliminando a necessidade de fornecer divulgações além das necessidades dos usuários ou de manter dois conjuntos separados de registros contábeis. Uma subsidiária que não tem responsabilidade pública e tem uma controladora que produz contas consolidadas de acordo com as Normas Contábeis IFRS, está autorizada a aplicar a IFRS 19.	1º de janeiro de 2027
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas e na IAS 28 - Investimentos em coligadas e em empreendimentos em conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e a sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.	Data efetiva diferida por tempo indeterminado. Disponível para adoção opcional (somente IFRS)



IFRS 7 - Contratos de compra de energia	As alterações visam ajudar as empresas a reportar melhor os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade dependentes da natureza, que frequentemente são estruturados como contratos de compra de energia (PPAs). Esses contratos ajudam as empresas a garantir seu fornecimento de eletricidade a partir de fontes como energia eólica e solar. A quantidade de eletricidade gerada sob esses contratos pode variar com base em fatores incontrolláveis, como condições climáticas. Para permitir que as empresas reflitam melhor esses contratos nas demonstrações financeiras, foram realizadas alterações específicas à IFRS 9 Instrumentos Financeiros e à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações. As alterações incluem: esclarecimento da aplicação dos requisitos de "uso próprio"; permissão da contabilidade de hedge caso esses contratos sejam utilizados como instrumentos de hedge; e o incremento de novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores entendam o efeito desses contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa de uma empresa.	1º de janeiro de 2027
---	--	-----------------------

4. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios

4.1 Reajuste tarifário anual 2025

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 15 de abril de 2025, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2025 a ser aplicado a partir de 22 de abril de 2025, Resolução Homologatória nº 3.445/2025.

A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia, com um índice de reajuste de +0,06% composto por (i) reajuste econômico de +3,84%, sendo +1,31% de Parcela A, +2,53% de Parcela B e (ii) componente financeiro de -3,78%. Considerando a retirada do componente financeiro do último processo tarifário de -2,16%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de -2,10%, sendo -2,84% para alta tensão e -1,89% para baixa tensão.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Reajuste tarifário**

Encargos setoriais	0,99%
Energia comprada	1,33%
Encargos de transmissão	-1,01%
Parcela A	1,31%
Parcela B	2,53%
Reajuste econômico	3,84%
CVA total	-2,61%
Outros itens financeiros	-1,17%
Reajuste financeiro	-3,78%
Índice de reajuste total	0,06%
Componentes financeiros do processo anterior	-2,16%
Efeito para o consumidor	-2,10%

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o reajuste tarifário, tiveram os seguintes impactos:

Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi reajustada em +2,2%, representando +1,31% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

- Encargos Setoriais: Um acréscimo de +6,5%, representando +0,99% no reajuste econômico;
- Energia Comprada: Uma acréscimo de +3,6%, contemplando o custo de compra de energia que representa +1,33% no reajuste econômico decorrente principalmente dos contratos de leilão de energia nova; e

Encargos de Transmissão: Os custos de transmissão tiveram redução de -12,8%, correspondendo a um efeito de -1,01% no reajuste econômico.

Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em +6,4%, representando uma participação de +2,53% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de +8,58% no período de 12 meses findos em março de 2025; e
- Fator X de +2,157%, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +0,739%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,021%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de +1,439%.

Componentes Financeiros

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante negativo de R\$ 298.209, dentre os quais destacam-se: R\$ 125.278 negativos, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"), CVA da quitação da COVID de R\$ 81.064 negativo, quitação da Escassez Hídrica de R\$ 74.946 negativos, crédito de PIS/COFINS negativo de R\$ 392.090 e reversão de risco hidrológico negativo de R\$ 175.211; sendo estes valores parcialmente compensados pela previsão do risco hidrológico positivo em R\$ 173.122 e diferimento tarifário de R\$ 533.851 positivo.

4.2 Bandeira tarifária

Por meio da Resolução Homologatória nº 3.306/2024 a ANEEL estabeleceu novos valores para os patamares

de acionamento das bandeiras tarifárias, vigentes a partir de 1º de abril de 2024, sendo:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo.
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,885 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 4,463 (patamar 1) e R\$ 7,877 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

Desde dezembro de 2024 até abril de 2025 as condições hidrológicas brasileiras estavam favoráveis, consequentemente sem necessidade de acionamento das bandeiras tarifárias, estando o patamar em verde. Em maio de 2025 o acionamento da bandeira foi amarela devido a redução das chuvas em razão da transição do período chuvoso para o período seco do ano, tornando as previsões de chuvas e vazões nas regiões dos reservatórios, para os próximos meses, abaixo da média.

Em junho de 2025 o acionamento da bandeira tarifário foi vermelha patamar 1, pois o cenário de aflúências estava abaixo da média em todo o Brasil, reduzindo a projeção de geração hidráulica e aumentado a geração térmica.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	30.06.2025	31.12.2024
Caixa e contas correntes bancárias	18.102	29.257
<u>Aplicações financeiras</u>		
CDB (Aplicações diretas)	26.214	37.028
Operações compromissadas	140.232	147.839
Total	184.548	214.124

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras, representadas principalmente por compromissadas e CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. Em 30 de junho de 2025, os certificados de depósitos bancários e operações compromissadas foram remunerados em média a 98,25% e 95,50% do CDI, respectivamente (99,25% e 92,33% do CDI, para os certificados de depósitos bancários e operações compromissadas em 31 de dezembro de 2024).

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

6. Títulos e valores mobiliários

Os títulos classificados como valor justo por meio do resultado referem-se principalmente a investimento em Fundos de Investimento e Títulos Públicos. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são representados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	30.06.2025	31.12.2024
Fundos de investimentos exclusivos	6.1		
Operações compromissadas		257	47
Títulos públicos		153	143
CDB-DI		42	-
LF - Letra Financeira		44	285
Total		496	475

6.1 Fundos de investimentos exclusivos: O saldo refere-se a fundo exclusivo das empresas do Grupo Enel, no qual a Companhia é uma das cotistas e apresenta 0,09% de representatividade sobre o total do fundo em 30 de junho de 2025 (0,06% em 31 de dezembro de 2024).

Nenhum desses fundos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do período findo em 30 de junho de 2025. As aplicações em fundos de investimento foram remuneradas no período findo em 30 de junho de 2025, em média, a 100,04% do CDI (100,25% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

7. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

Incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica, valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, participação financeira do consumidor e outros serviços cobráveis na fatura de energia elétrica.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A composição do saldo de consumidores e outras contas a receber é como segue:

	A vencer	Vencidos					Total	PECLD	30.06.2025
		até 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
Classe de consumidores									
Residencial	299.199	222.612	26.290	60.005	105.014	600.667	1.313.787	(575.180)	738.607
Industrial	8.379	8.454	403	391	1.930	15.282	34.839	(10.819)	24.020
Comercial	56.651	26.048	2.354	6.185	9.945	65.079	166.262	(46.011)	120.251
Rural	55.654	24.969	3.706	8.774	10.705	101.390	205.198	(63.027)	142.171
Poder público	29.683	17.282	2.373	9.207	18.304	49.677	126.526	(26.869)	99.657
Iluminação pública	18.149	1.534	2.165	4.886	6.116	58.427	91.277	(52.570)	38.707
Serviço público	10.739	2.982	1.087	3.530	6.378	22.777	47.493	(23.899)	23.594
Fornecimento faturado	478.454	303.881	38.378	92.978	158.392	913.299	1.985.382	(798.375)	1.187.007
Receita não faturada	483.429	-	-	-	-	-	483.429	(228)	483.201
Parcelamento de débitos	153.286	21.866	7.304	19.525	32.139	119.396	353.516	(62.669)	290.847
Compartilhamento - uso mútuo	16.120	1.638	1.706	3.488	9.166	87.266	119.384	(66.047)	53.337
Agente de cobrança da iluminação pública	-	-	-	-	-	6.533	6.533	-	6.533
Total	1.131.289	327.385	47.388	115.991	199.697	1.126.494	2.948.244	(927.319)	2.020.925
								Circulante	1.969.607
								Não Circulante	51.318

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	A vencer	Vencidos					Total	PECLD	31.12.2024
		até 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
Classe de consumidores									
Residencial	260.086	209.393	23.161	59.337	114.306	547.646	1.213.929	(542.531)	671.398
Industrial	9.078	8.307	366	1.255	2.111	15.425	36.542	(9.873)	26.669
Comercial	56.365	27.051	2.608	5.342	10.879	64.671	166.916	(44.517)	122.399
Rural	68.028	28.094	3.447	6.033	16.283	98.190	220.075	(61.121)	158.954
Poder público	26.519	27.698	4.621	9.480	14.863	45.799	128.980	(26.520)	102.460
Iluminação pública	29.893	9.642	1.031	18.827	1.717	76.859	137.969	(51.944)	86.025
Serviço público	10.800	6.300	1.071	3.762	3.605	23.207	48.745	(24.737)	24.008
Fornecimento faturado	460.769	316.485	36.305	104.036	163.764	871.797	1.953.156	(761.243)	1.191.913
Receita não faturada	558.507	-	-	-	-	-	558.507	(330)	558.177
Parcelamento de débitos	117.356	7.963	6.813	16.552	125.668	45.102	319.454	(75.708)	243.746
Compartilhamento - uso mútuo	14.976	1.182	1.255	6.196	15.020	65.227	103.856	(54.087)	49.769
Agente de cobrança da iluminação pública	-	-	-	-	-	5.123	5.123	-	5.123
Total	1.151.608	325.630	44.373	126.784	304.452	987.249	2.940.096	(891.368)	2.048.728
Circulante									2.003.626
Não Circulante									45.102

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa – PECLD

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	Contas a receber de clientes	Outros ativos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(826.837)	(7.694)	(834.531)
Provisões	(110.989)	-	(110.989)
Perda	45.601	-	45.601
Saldo em 30 de junho de 2024	(892.225)	(7.694)	(899.919)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(891.368)	(20.367)	(911.735)
Provisões	(92.352)	-	(92.352)
Reversões	-	12.062	12.062
Perda	56.401	-	56.401
Saldo em 30 de junho de 2025	(927.319)	(8.305)	(935.624)

A Companhia monitora diligentemente os eventos decorrentes do cenário econômico e regulatório brasileiro e seus impactos sobre a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

A perda esperada em contas a receber reflete a melhor estimativa da Companhia e é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores. Todos os efeitos são mensurados e aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia tem intensificado ações de conscientização e cobrança para maximizar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, tais como: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia em dia; (ii) planos de parcelamentos e campanhas negociais; (iii) intensificação e constante revisão da política de corte; e, (iv) propor aos consumidores de alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo cartão de crédito, PIX e parcerias com meios de pagamentos digitais, inclusive com opções de parcelamentos para as contas de energia vencidas.

A Companhia apresenta a seguir o efeito no resultado da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa:

	30.06.2025	30.06.2024
Provisões/reversões	(92.352)	(110.989)
Total	(92.352)	(110.989)

8. Créditos a receber – subvenção e outros

Representa o valor a ser repassado para a Companhia, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

As subvenções que visam compensar a Companhia nos subsídios incidentes nas tarifas de energia de classes

Notas Explicativas

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Ceará

específicas de consumidores, incluindo subsídios de baixa renda, são reconhecidas no resultado como “outras receitas” denominadas como Subvenção CDE em uma base sistemática durante os períodos em que o faturamento ocorre, quando se torna recebível, vide quadro abaixo:

	Nota	30.06.2025	31.12.2024
Baixa renda - subsídio CDE		86.322	83.265
Previsão ajuste CDE - ciclo corrente		35.538	21.445
CDE a devolver - diferença ciclo anterior		15.461	10.562
CDE a devolver - diferença ciclo corrente	8.1	152.441	126.429
Bônus - redução voluntária de consumo		3.450	3.450
Total		293.212	245.151

- 8.1** Aumento dos valores de previsão de ajuste CDE ciclo corrente pelo maior descasamento entre os descontos concedidos de subsídio apurado conforme o comportamento de mercado e o valor de repasse recebido mensal.

9. Ativos e passivos financeiros setoriais

Correspondem às diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo essas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita líquida, no resultado do período, representando o diferimento e amortização.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

	Nota	31.12.2024	Adição	Amortização	Recebimento CDE Eletrobrás	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	30.06.2025	Valores em amortização	Valores em constituição	Passivo circulante	Passivo não circulante
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA												
Aquisição de energia - CVA energia	9.1	(88.982)	(16.632)	62.112	-	(95.191)	(9.621)	(148.314)	(158.589)	10.275	(156.646)	8.332
Programa de Incentivo as Fontes Alternativas - PROINFA	9.2	(1.174)	7.199	(827)	-	-	407	5.605	5.605	-	5.605	-
Transporte de energia pela rede básica		56.070	(3.464)	(28.042)	-	-	2.079	26.643	18.312	8.331	19.887	6.756
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/ERR	9.3	56.474	(11.543)	(32.203)	-	(6.244)	1.636	8.120	18.051	(9.931)	16.174	(8.054)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		(61.761)	34.863	5.466	-	-	(1.312)	(22.744)	(32.300)	9.556	(30.494)	7.750
		(39.373)	10.423	6.506	-	(101.435)	(6.811)	(130.690)	(148.921)	18.231	(145.474)	14.784
Demais passivos financeiros setoriais												
Neutralidade da parcela A		(32.519)	(864)	17.605	-	-	(677)	(16.455)	(22.918)	6.463	(21.696)	5.241
Sobrecontratação de energia	9.4	(6.973)	2.304	5.813	-	-	80	1.224	(4.497)	5.721	(3.415)	4.639
Diferimento - devoluções tarifárias		(186.305)	(23.603)	17.087	-	-	(12.460)	(205.281)	(37.023)	(168.258)	(37.024)	(168.257)
Bandeiras tarifárias não homologadas		(58.714)	28.651	-	-	-	-	(30.063)	-	(30.063)	(30.063)	-
Risco hidrológico		(178.245)	(81.094)	92.894	-	-	(4.716)	(171.161)	(131.408)	(39.753)	(138.923)	(32.238)
Outros	9.5	79.085	(37.820)	(104.448)	(7.100)	-	(3.949)	(74.232)	(48.257)	(25.975)	(35.361)	(38.871)
		(383.671)	(112.426)	28.951	(7.100)	-	(21.722)	(495.968)	(244.103)	(251.865)	(266.482)	(229.486)
Total		(423.044)	(102.003)	35.457	(7.100)	(101.435)	(28.533)	(626.658)	(393.024)	(233.634)	(411.956)	(214.702)

- 9.1 Aquisição de Energia – (CVA Energia):** A redução na constituição do passivo de aquisição de energia está relacionada, principalmente, ao acréscimo da carga contratada de energia térmica e ao aumento significativo do risco hidrológico. Este cenário decorre da deterioração das condições hidrológicas no período, refletido na elevação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) médio de R\$ 61,91 no primeiro semestre de 2024 para R\$ 196,55 no mesmo período de 2025. Adicionalmente, houve aumento no preço médio dos contratos de energia térmica, que passou de R\$ 206,17 para R\$ 212,99 no comparativo entre os primeiros semestres de 2024 e 2025 – (valor das tarifas em reais).
- 9.2 PROINFA:** O aumento da CVA ativa de PROINFA está relacionado ao incremento das cotas mensais homologadas pela ANEEL. No primeiro semestre de 2024, o custo total de R\$ 61.366 ficou abaixo da cobertura tarifária de R\$ 65.560. Em contrapartida, no primeiro semestre de 2025, o custo aumentou para R\$ 73.040, ultrapassando a cobertura tarifária de R\$ 65.841 no mesmo período
- 9.3 Encargo de serviço do sistema:** A redução da CVA ativa de ESS está relacionada à variação entre os custos incorridos e a cobertura tarifária homologada nos períodos analisados. No primeiro semestre de 2024, os custos totalizaram R\$ 141.748, superiores à cobertura de R\$ 97.692. Já no primeiro semestre de 2025, observou-se uma redução nos custos para R\$ 102.812, ao passo que a cobertura tarifária aumentou para R\$ 119.961, resultando em uma redução do ativo regulatório. Esse comportamento foi ainda influenciado pela contabilização do alívio retroativo, que corresponde à devolução de valores pagos a maior em períodos anteriores e reconhecidos como ajuste nos custos atuais.
- 9.4 Sobrecontratação:** A redução da CVA passiva de sobrecontratação está relacionada à variação entre os preços do mercado de curto prazo (PLD) e os valores de cobertura tarifária homologada. No primeiro semestre de 2024, o PLD médio foi de R\$ 61,51/MWh, significativamente inferior à cobertura tarifária de R\$ 245,99/MWh. Já no primeiro semestre de 2025, observou-se aumento expressivo do PLD para R\$ 196,55/MWh, aproximando-se da cobertura tarifária, que recuou levemente para R\$ 219,22/MWh. Essa dinâmica contribuiu para a redução da CVA passiva no período – (valor das tarifas em reais).
- 9.5 Outros ativos setoriais:** conforme DESPACHO Nº 1.536, DE 23 DE MAIO DE 2025 a ANEEL homologou os valores de CDE ELETROBRAS a serem repassados as distribuidoras na qual foi recebido o montante de R\$ 7.100 na competência de maio de 2025.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2023	Adição	Amortização	Recebimento CDE Eletrobrás	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	30.06.2024	Valores em amortização	Valores em constituição	Ativo circulante	Passivo não circulante
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA											
Aquisição de energia - CVA energia	31.059	(293.927)	3.097	-	(2.156)	(5.437)	(267.364)	(41.002)	(226.362)	(83.794)	(183.570)
Programa de Incentivo as Fontes Alternativas - PROINFA	(1.547)	(4.195)	2.745	-	-	(229)	(3.226)	(3.226)	-	(3.226)	-
Transporte de energia pela rede básica	93.935	19.850	(42.040)	-	-	4.994	76.739	64.333	12.406	66.678	10.061
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/ERR	48.858	46.156	29.677	-	(14.424)	4.067	114.334	81.768	32.566	87.925	26.409
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	21.122	16.015	(14.702)	-	-	1.437	23.872	13.920	9.952	15.801	8.071
	193.427	(216.101)	(21.223)	-	(16.580)	4.832	(55.645)	115.793	(171.438)	83.384	(139.029)
Demais passivos financeiros setoriais											
Neutralidade da parcela A	(7.439)	(25.050)	4.800	-	-	(2.503)	(30.192)	(29.896)	(296)	(29.952)	(240)
Sobrecontratação de energia	41.028	(120.190)	(15.196)	-	-	(2.913)	(97.271)	(12.940)	(84.331)	(28.882)	(68.389)
Diferimento - devoluções tarifárias	(165.598)	(25.691)	17.087	-	-	(2.358)	(176.560)	(37.022)	(139.538)	(37.022)	(139.538)
Risco hidrológico	(177.981)	(89.624)	83.123	-	-	(4.462)	(188.944)	(147.275)	(41.669)	(155.152)	(33.792)
Bandeira escassez hídrica	42.356	-	(42.356)	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(5.907)	12.134	87.371	(41.777)	-	10.098	61.919	56.808	5.111	53.063	8.856
	(273.541)	(248.421)	134.829	(41.777)	-	(2.138)	(431.048)	(170.325)	(260.723)	(197.945)	(233.103)
Total	(80.114)	(464.522)	113.606	(41.777)	(16.580)	2.694	(486.693)	(54.532)	(432.161)	(114.561)	(372.132)

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**10. Imposto de renda, contribuição social e outros tributos compensáveis**

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar e compensar estão apresentados de forma líquida entre ativo e passivo, portanto, em 30 de junho de 2025, não há saldo de imposto de renda e contribuição social a pagar, já que o saldo líquido é a compensar, conforme quadro a seguir:

	30.06.2025	31.12.2024
<u>Imposto de renda e contribuição social compensáveis</u>		
Imposto de renda	118.941	137.138
Contribuição social	104.624	104.098
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	23.089	8.599
	246.654	249.835
<u>Imposto de renda e contribuição social a pagar</u>		
Imposto de renda	-	(59.154)
Contribuição social	-	(33.863)
	-	(93.017)
Total	246.654	156.818

A composição de outros tributos compensáveis, está demonstrada a seguir:

		30.06.2025		31.12.2024	
	Nota	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS		8.030	-	11.039	-
Lei complementar nº 102/00		101.427	112.377	94.912	108.870
Pis e Cofins		17.414	-	15.865	-
Pis e Cofins (ICMS)	10.1	-	-	127.967	-
Outros tributos		1.743	-	1.728	-
Total		128.614	112.377	251.511	108.870

10.1 Por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a Companhia adotará os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais (nota explicativa nº. 20).

11. Benefício fiscal**Ágio de incorporação da controladora**

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua antiga controladora Distriluz Energia Elétrica S.A. está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação (27 de setembro de 1999) até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais à sua rentabilidade projetada.

Conforme instrução normativa CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999 a Companhia registrou uma provisão sobre o ágio a amortizar considerando o montante que não constitui benefício fiscal. O valor representativo do benefício fiscal ficou registrado em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) e para recompor o resultado de cada período, está sendo feita a reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	30.06.2025	31.12.2024
Ágio da incorporação	775.960	775.960
Amortização acumulada	(753.735)	(748.858)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Reversão da provisão sobre o ágio	414.612	411.393
Total	7.472	9.130

Os ativos fiscais diferidos decorrentes da incorporação são realizados mensalmente. Vale ressaltar que tais realizações não impactam o resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

A seguir é apresentado o cronograma de realização do benefício fiscal:

2025	2026	2027
1.658	3.036	2.778

12. Cauções e depósitos

A Companhia possui saldos de caução e depósitos de garantias de dívidas com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), conforme apresentado a seguir:

Instituição	Tipo de aplicação	30.06.2025	31.12.2024
BNB	CDB	23.183	21.813
Total		23.183	21.813

13. Contrato de concessão público - privados

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo contratual (infraestrutura em construção), ativo financeiro indenizável e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 22 de abril de 2023, e o Reajuste Tarifário ocorreu em 22 de abril de 2025 (vide nota explicativa nº 4.1).

	Nota	30.06.2025	31.12.2024
Ativo contratual da concessão	13.1	1.495.583	1.514.389
Ativo financeiro indenizável (concessão)	13.2	8.037.082	7.228.279
Intangível	13.3	1.971.292	2.094.432
Total		11.503.957	10.837.100

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

13.1 Ativo contratual (infraestrutura em construção)

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados, e subsequentemente pelo custo amortizado, ou seja, o valor inicialmente reconhecido mais os juros cumulativos sobre esse valor, calculados utilizando o método dos juros efetivos menos as amortizações, de acordo com o ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures ao custo de construção da infraestrutura, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 9,28% a.a. no período findo em 30 de junho de 2025 (8,06% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2024), sobre o ativo contratual (infraestrutura em construção) qualificável.

A movimentação do ativo contratual (infraestrutura em construção) é como segue:

	Custo	(-) Obrigações especiais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.368.932	(96.274)	1.272.658
Adições	571.601	-	571.601
Capitalização de juros de empréstimos	10	-	10
Transferências para o ativo intangível	(176.063)	-	(176.063)
Transferências para o ativo financeiro	(350.962)	-	(350.962)
Reclassificações	667	-	667
Saldo em 30 de junho de 2024	1.414.185	(96.274)	1.317.911
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.610.663	(96.274)	1.514.389
Adições	840.265	(44.268)	795.997
Capitalização de juros de empréstimos	10	-	10
Transferências para o ativo intangível	(254.719)	28.965	(225.754)
Transferências para o ativo financeiro	(591.116)	-	(591.116)
Transferências do ativo imobilizado	2.057	-	2.057
Saldo em 30 de junho de 2025	1.607.160	(111.577)	1.495.583

13.2 Ativo financeiro da concessão

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros na

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



categoria de “valor justo por meio de resultado”, pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (VNR), acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da concessão está assim apresentada:

	30.06.2025	30.06.2024
Saldo inicial	7.228.279	6.113.012
Transferências do ativo contratual	591.116	350.962
Atualização financeira	217.687	162.631
Saldo final	8.037.082	6.626.605

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

13.3 Intangível da concessão

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões da infraestrutura, conforme aplicação do ICPC 01 e IFRIC 12 - Contratos de Concessão, corresponde ao direito que os concessionários possuem de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão e são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato da concessão, dos dois, o menor.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão no caso das distribuidoras. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	Em serviço			30.06.2025	31.12.2024
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Total	Total
Direito de uso da concessão	6.311.801	(4.464.224)	(175.979)	1.671.598	1.789.877
Software	791.481	(491.792)	-	299.689	304.456
Bens de renda	370	(365)	-	5	99
Total	7.103.652	(4.956.381)	(175.979)	1.971.292	2.094.432

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A movimentação do ativo intangível é como segue:

Nota	Custo	Amortização acumulada	Em serviço	Total
			Obrigações especiais	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.469.779	(3.977.987)	(214.784)	2.277.008
Baixas	(22.677)	20.378	-	(2.299)
Transferências do ativo contratual	176.062	-	-	176.062
Amortizações	-	(322.165)	22.590	(299.575)
Saldo em 30 de junho de 2024	6.623.164	(4.279.774)	(192.194)	2.151.196
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.858.053	(4.594.017)	(169.604)	2.094.432
Baixas	(8.360)	7.990	-	(370)
Transferências do ativo contratual	253.959	760	(28.965)	225.754
Amortizações	-	(371.114)	22.590	(348.524)
Saldo em 30 de junho de 2025	7.103.652	(4.956.381)	(175.979)	1.971.292

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil são as seguintes:

Distribuição	%
Software	20,00%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%

14. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, A Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

O imobilizado da distribuidora refere-se a bens que não estão vinculados à atividade de distribuição de energia elétrica, bem como aos direitos de uso de ativo arrendado. A seguir é apresentada a movimentação:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Ceará

	31.12.2024	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	30.06.2025
<u>Imobilizado em serviço</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	4.906	-	-	-	16.004	20.910
Máquinas e equipamentos	38.744	3.693	-	(104)	(9.907)	32.426
Veículos	860	-	-	-	-	860
Móveis e utensílios	26.815	-	-	-	1.900	28.715
	71.325	3.693	-	(104)	7.997	82.911
<u>Depreciação acumulada</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(911)	-	(121)	-	-	(1.032)
Máquinas e equipamentos	(24.329)	-	(875)	738	4.879	(19.587)
Veículos	(670)	-	(26)	-	-	(696)
Móveis e utensílios	(13.004)	-	(1.004)	-	-	(14.008)
	(38.914)	-	(2.026)	738	4.879	(35.323)
<u>Imobilizado em curso</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	47.346	1.989	-	-	(10.240)	39.095
Máquinas e equipamentos	15.150	3.568	-	-	(736)	17.982
Veículos	762	-	-	-	-	762
Móveis e utensílios	11.442	1.072	-	-	(1.900)	10.614
	74.700	6.629	-	-	(12.876)	68.453
Total do imobilizado	107.111	10.322	(2.026)	634	-	116.041
<u>Ativo de direito de uso</u>						
Terrenos	633	-	(564)	-	-	69
Imóveis	33.461	145	(3.258)	-	-	30.348
Veículos	38.659	122.103	(21.469)	-	-	139.293
	72.753	122.248	(25.291)	-	-	169.710
Total	179.864	132.570	(27.317)	634	-	285.751

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2023	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	30.06.2024
<u>Imobilizado em serviço</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	4.906	-	-	-	-	4.906
Máquinas e equipamentos	29.199	-	-	(667)	402	28.934
Veículos	860	-	-	-	-	860
Móveis e utensílios	24.913	-	-	(15)	1.779	26.677
	59.878	-	-	(682)	2.181	61.377
<u>Depreciação acumulada</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(754)	-	(78)	-	-	(832)
Máquinas e equipamentos	(23.448)	-	(350)	-	-	(23.798)
Veículos	(611)	-	(33)	-	-	(644)
Móveis e utensílios	(11.210)	-	(884)	15	-	(12.079)
	(36.023)	-	(1.345)	15	-	(37.353)
<u>Imobilizado em curso</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	14.631	12.659	-	-	-	27.290
Máquinas e equipamentos	8.491	780	-	-	(402)	8.869
Veículos	762	-	-	-	-	762
Móveis e utensílios	7.646	4.398	-	-	(1.779)	10.265
	31.530	17.837	-	-	(2.181)	47.186
Total do imobilizado	55.385	17.837	(1.345)	(667)	-	71.210
<u>Ativo de direito de uso</u>						
Terrenos	854	-	(761)	-	-	93
Imóveis	26.586	10.706	(1.624)	(317)	-	35.351
Veículos	5.393	9.278	(5.200)	-	-	9.471
	32.833	19.984	(7.585)	(317)	-	44.915
Total	88.218	37.821	(8.930)	(984)	-	116.125

A Companhia reavalia as vidas úteis anualmente para garantir que refletem a realidade, diante disso, as principais taxas de depreciação que refletem a vida útil regulatória dos ativos imobilizados anteriormente descritos, de acordo com a Resolução Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Distribuição	%
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	3,33%
Veículos	14,29%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente em 30 de junho de 2025:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Imóveis	2,83
Veículos	2,83

15. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores, conforme indicado na nota explicativa nº 29.

	Nota	30.06.2025	31.12.2024
Compra de energia		373.002	357.509
Compra de energia - partes relacionadas	29	8.272	8.008
Encargo de uso da rede		80.102	107.902
		461.376	473.419
Materiais e serviços		785.513	712.379
Materiais e serviços - partes relacionadas	29	113.297	81.262
		898.810	793.641
Total		1.360.186	1.267.060

Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para a Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. Em 30 de junho de 2025, o montante destas operações é de R\$ 132.816 (R\$ 88.378 em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



16. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos e financiamentos são registrados pelo custo amortizado, utilizando a taxa efetiva de cada captação.

Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	Circulante				Não circulante				30.06.2025	Circulante				Não circulante				31.12.2024
	Principal	Encargos	Marcação a Mercado	Total	Principal	Encargos	Marcação a Mercado	Total + não circulante		Principal	Encargos	Marcação a Mercado	Total	Principal	Encargos	Marcação a Mercado	Total + não circulante	
Moeda nacional																		
FINEP	46	1	-	47	165	-	-	165	212	45	1	-	46	185	-	-	185	231
BNB II	37.814	115	-	37.929	93.513	-	-	93.513	131.442	42.392	146	-	42.538	117.402	-	-	117.402	159.940
	37.860	116	-	37.976	93.678	-	-	93.678	131.654	42.437	147	-	42.584	117.587	-	-	117.587	160.171
Moeda nacional - partes relacionadas (nota 28)																		
Enel Finance International N.V.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	500.000	22.242	-	522.242	-	-	-	-	522.242
Mútuos Enel BR	765.710	71.644	-	837.354	1.287.129	252.394	-	1.539.523	2.376.877	1.425.694	78.799	-	1.504.493	556.658	95.376	-	652.034	2.156.527
	765.710	71.644	-	837.354	1.287.129	252.394	-	1.539.523	2.376.877	1.925.694	101.041	-	2.026.735	556.658	95.376	-	652.034	2.678.769
Moeda estrangeira																		
Citibank 4131 - COELCE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	340.576	6.033	-	346.609	-	-	-	-	346.609
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	-	3.620	-	3.620	243.919	-	(469)	243.450	247.070	-	4.134	-	4.134	275.831	-	(2.551)	273.280	277.414
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	133.433	807	(2.012)	132.228	-	-	-	-	132.228	150.890	914	(928)	150.876	-	-	-	-	150.876
	133.433	4.427	(2.012)	135.848	243.919	-	(469)	243.450	379.298	491.466	11.081	(928)	501.619	275.831	-	(2.551)	273.280	774.899
Total	937.003	76.187	(2.012)	1.011.178	1.624.726	252.394	(469)	1.876.651	2.887.829	2.459.597	112.269	(928)	2.570.938	950.076	95.376	(2.551)	1.042.901	3.613.839

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

16.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



(a) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o período findo em 30 de junho de 2025:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
Mútuo Coelce - Enel BR XXXVIII	50.377	20/02/25	21/08/25	CDI + 0,36% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo I Coelce - CDSA	20.109	20/02/25	28/09/25	CDI + 0,36% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
BANK OF AMERICA 4131 - COELCE	600.000	28/02/25	30/05/25	EURO + 3,79% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
CITIBANK 4131 - COELCE II	400.000	20/03/25	30/05/25	USD + 5,47% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A

(b) Empréstimos e financiamentos obtidos em períodos anteriores e liquidados no período findo em 30 de junho de 2025:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
EFI - Credit Agreement	500.000	02/03/21	02/03/25	CDI + 1,18% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
CITIBANK 4131 - COELCE	271.700	24/03/22	21/03/25	USD SOFR + 0,91% a.a.	Bullet	Anual	Capital de giro	N/A

(c) Empréstimos e financiamentos obtidos em períodos anteriores e vigentes no período findo em 30 de junho de 2025:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
BNB II	340.351	11/10/18	15/04/28	IPCA + 2,18% a.a.	Mensal	Mensal	Financiamento de projetos de ampliação e modernização	Fiança bancária, conta reserva e cessão Fiduciária
FINEP	663	17/04/20	15/01/30	TJLP + 1 % a.a.	Mensal	Mensal	Financiamento do CAPEX	Fiança bancária
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	230.000	23/09/22	23/09/26	USD + 5,45% a.a.	Bullet	Anual	Capital de giro	N/A
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	130.000	21/11/22	21/11/25	USD + 5,45% a.a.	Bullet	Anual	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XIV	90.507	15/03/23	14/03/27	CDI + 0,94% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XVI	156.047	20/04/23	19/04/27	CDI + 0,96% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XVII	25.164	25/04/23	24/04/27	CDI + 0,96% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XIX	40.225	17/11/23	16/11/27	CDI + 0,88% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Mútuo Coelce - Enel BR XX	60.328	21/11/23	20/11/27	CDI + 0,88% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXI	40.302	10/01/24	09/01/28	CDI + 0,81% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXII	26.196	18/01/24	17/01/28	CDI + 0,50% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXIII	94.713	22/01/24	21/01/28	CDI + 0,50% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXIV	23.175	25/01/24	24/01/28	CDI + 0,50% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXV	151.132	14/03/24	13/03/28	CDI + 0,50% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXVI	20.151	15/03/24	14/03/28	CDI + 0,50% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXVII	141.057	20/03/24	19/03/28	CDI + 0,50% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXVIII	25.189	22/03/24	21/03/28	CDI + 0,50% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXIX	20.151	28/03/24	27/03/28	CDI + 0,50% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXX*	372.792	14/05/24	06/04/28	CDI + 1,06% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXXI*	110.835	20/05/24	25/06/26	CDI + 0,84% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXXII*	120.911	15/10/24	14/07/25	CDI + 0,71% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXXIII*	30.226	16/10/24	14/07/25	CDI + 0,71% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXXIV*	100.759	21/10/24	20/07/25	CDI + 0,71% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXXV*	282.113	24/10/24	22/07/25	CDI + 0,71% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXXVI*	20.152	21/11/24	21/08/25	CDI + 0,50% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXXVII*	30.228	23/12/24	18/09/25	CDI + 0,54% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A

*As operações de mútuo com Enel Brasil, que tinham vencimento até 30 de junho de 2025 foram prorrogadas de acordo com os termos de aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e do Conselho de Administração da Companhia, e com condições estabelecidas em processo realizado de acordo com as boas práticas de mercado.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**16.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:**

	30.06.2025	%	31.12.2024	%
<u>Moeda nacional</u>				
CDI	2.376.877	82,31%	2.678.769	74,13%
IPCA	131.443	4,55%	159.940	4,43%
TJLP	211	0,01%	231	0,01%
<u>Moeda estrangeira</u>				
Dólar	-	0,00%	346.608	9,59%
Taxa fixa	379.298	13,13%	428.291	11,85%
Total	2.887.829	100,00%	3.613.839	100,00%

Para mitigar o risco da variação cambial da captação realizada em moeda estrangeira, foram contratadas operações de swap, trocando taxas e valores pactuados em dólar por valores em reais. Os custos das operações de swap pactuadas encontram-se descritos a seguir:

Empréstimo**Custo Swap**

SCOTIABANK 4131 - V
SCOTIABANK 4131 - VI

CDI + 1,62% a.a
CDI + 1,39% a.a

16.4 Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram a seguinte variação:**30.06.2025**

Indexador	Nota	%
CDI	(a)	14,15%
TJLP	(a)	7,97%
IPCA	(a)	5,06%
USD	(a)	5,74
USD SOFR	(a)	0,04

(a) índice do último dia do período

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**16.5 Movimentação dos Empréstimos e Financiamentos:**

	Moeda Nacional		Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	477.715	664.928	366.663	603.872	2.113.178
Captações	1.025.692	-	-	-	1.025.692
Encargos provisionados	86.764	-	23.405	-	110.169
Encargos pagos	(40.457)	-	(23.638)	-	(64.095)
Variação cambial e monetária	-	4.137	92.612	30.361	127.110
Transferências	527.749	(527.749)	250.247	(250.247)	-
Amortização custos de transação	(38.622)	-	-	-	(38.622)
Marcação a mercado - dívida	-	-	(585)	(2.886)	(3.471)
Saldo em 30 de junho de 2024	2.038.841	141.316	591.651	381.100	3.152.908
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.069.319	769.621	501.619	273.280	3.613.839
Captações	70.487	-	1.000.000	-	1.070.487
Encargos provisionados	95.049	70.505	25.496	-	191.050
Encargos pagos	(37.964)	-	(30.995)	-	(68.959)
Variação cambial e monetária	-	(137)	(8.121)	(31.912)	(40.170)
Transferências	(793.212)	793.212	-	-	-
Pagamentos / amortizações	(528.349)	-	(1.351.067)	-	(1.879.416)
Marcação a mercado - dívida	-	-	(1.084)	2.082	998
Saldo em 30 de junho de 2025	875.330	1.633.201	135.848	243.450	2.887.829

16.6 Compromissos Financeiros – Cláusulas Restritivas (Covenants)

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas financeiras restritivas (covenants) em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos índices financeiros dos contratos em vigor, a saber:

Contrato	Obrigações especiais financeiras	Limite	Periodicidade de apuração dos índices
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral

- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização (últimos 12 meses).

SCOTIABANK 4131

- Dívida financeira líquida considera empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos do valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários;
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para processos judiciais e outros, perda esperada com créditos de liquidação duvidosa e baixas de títulos incobráveis (Últimos 12 meses).

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos covenants listados acima. O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



17. Debêntures

17.1 Os saldos de debêntures são compostos da seguinte forma:

	Circulante				Não circulante				30.06.2025	Circulante				Não circulante				31.12.2024
	Principal	Encargos	Custos a amortizar	Total	Principal	Marcação a mercado	Custos a amortizar	Total + não circulante		Principal	Encargos	Custos a amortizar	Total	Principal	Marcação a mercado	Custos a amortizar	Total + não circulante	
2ª Série 6ª emissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	191.796	458	(562)	191.692	-	-	-	-	191.692
1ª Série 8ª emissão	-	5.100	-	5.100	685.124	(6.251)	(14.029)	664.844	669.944	-	4.622	-	4.622	663.882	(15.322)	(15.042)	633.518	638.140
1ª Série 9ª emissão	950.000	64.451	(614)	1.013.837	-	-	-	1.013.837	1.013.837	-	54.961	-	54.961	950.000	-	(1.140)	948.860	1.003.821
1ª Série 12ª emissão	-	6.810	-	6.810	500.000	-	(11.429)	488.571	495.381	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2ª Série 12ª emissão	-	3.492	-	3.492	501.413	28.734	-	530.147	533.639	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	950.000	79.853	(614)	1.029.239	1.686.537	22.483	(25.458)	1.683.562	2.712.801	191.796	60.041	(562)	251.275	1.613.882	(15.322)	(16.182)	1.582.378	1.833.653

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

As debêntures são simples e não conversíveis em ações.

17.2 As principais características dos contratos de debêntures estão descritas a seguir:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



(a) Debêntures obtidas durante o período findo em 30 de junho de 2025:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Quantidade de títulos	Finalidade
1ª Série 12ª emissão	500.000	27/05/2025	15/05/2029	CDI + 1,10% a.a.	Bullet	Semestral	500	Reperfilamento de dívidas
2ª Série 12ª emissão	500.000	27/05/2025	15/05/2030	IPCA + 7,90% a.a.	Bullet	Semestral	500	Implementação de programas de investimento

(b) Debêntures obtidas em períodos anteriores e liquidados no período findo em 30 de junho de 2025:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Quantidade de títulos	Finalidade
2ª Série 6ª emissão	270.000	15/06/2018	15/06/2025	IPCA + 6,1965% a.a.	Anual	Semestral	270	Implementação de programas de investimento

(c) Debêntures obtidas em períodos anteriores e vigentes no período findo em 30 de junho de 2025:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Quantidade de títulos	Finalidade
1ª Série 8ª emissão	600.000	30/05/2022	17/05/2032	IPCA + 6,21% a.a.	Bullet	Semestral	600	Reperfilamento de dívidas
1ª Série 9ª emissão	950.000	11/01/2023	10/01/2026	CDI + 1,48% a.a.	Bullet	Semestral	950	Reperfilamento de dívidas

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**17.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:**

	30.06.2025	%	31.12.2024	%
CDI	1.509.218	55,63%	1.003.822	54,74%
IPCA	1.203.583	44,37%	829.831	45,26%
Total	2.712.801	100,00%	1.833.653	100,00%

17.4 Em 30 de junho de 2025, as parcelas relativas ao principal das debêntures e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	2027	2028	2029	2030	Após 2030	Total não circulante
Debêntures	-	-	-	500.000	1.209.020	1.709.020
Custo a amortizar	(2.645)	(5.289)	(5.289)	(5.289)	(6.946)	(25.458)

17.5 Os indexadores utilizados para atualização das debêntures tiveram a seguinte variação:

30.06.2025

Indexador	Nota	%
CDI	(a)	14,15%
IPCA	(a)	5,06%

(a) Índice do último dia do período

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**17.6 A movimentação das debêntures é como segue:**

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.911.623	1.830.680	3.742.303
Encargos provisionados	157.219	-	157.219
Encargos pagos	(188.238)	-	(188.238)
Atualização monetária	19.927	18.460	38.387
Transferências	180.668	(180.668)	-
Pagamentos / amortizações	(1.458.081)	-	(1.458.081)
Marcação a mercado dívida	-	(53.847)	(53.847)
Amortização custo de transação	8.593	-	8.593
Saldo em 30 de junho de 2024	631.711	1.614.625	2.246.336
Saldo em 31 de dezembro de 2024	251.275	1.582.378	1.833.653
Captações	1.000.000	-	1.000.000
Encargos provisionados	104.155	-	104.155
Encargos pagos	(84.344)	-	(84.344)
Atualização monetária	5.906	22.655	28.561
Transferências	(52.538)	52.538	-
Pagamentos / amortizações	(197.701)	-	(197.701)
Marcação a mercado dívida	-	37.804	37.804
Constituição custo de transação	-	(11.813)	(11.813)
Amortização custo de transação	2.486	-	2.486
Saldo em 30 de junho de 2025	1.029.239	1.683.562	2.712.801

17.7 Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (Covenants)

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção dos índices financeiros demonstrados abaixo, calculados trimestralmente, com base em suas informações financeiras intermediárias anuais ou informações trimestrais. No período findo em 30 de junho de 2025 e 2024, a Companhia cumpriu com os referidos índices.

Contrato	Obrigações especiais financeiras	Limite	Periodicidade de apuração dos índices
2ª Série 6ª emissão	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral
1ª Série 9ª emissão	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral
1ª Série 12ª emissão	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral
2ª Série 12ª emissão	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral

- Dívida financeira líquida significa a soma de (a) empréstimos, financiamentos, debêntures, intercompany; (b) obrigações comprovadas com o fundo de pensão dos empregados (não considerando para fins desta definição o passivo atuarial); (c) saldo líquido de operações de derivativos; menos o resultado da soma (a) do numerário disponível em caixa; (b) dos saldos líquidos de contas correntes bancárias credoras e devedoras; e (c) dos saldos de aplicações financeiras.
- LAJIDA AJUSTADO significa o lucro ou prejuízo da Emissora, relativo aos últimos doze meses, antes de contribuição social e imposto de renda, equivalência patrimonial, resultados financeiros, provisões para processos judiciais e outros, perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, baixas de títulos incobráveis, depreciação, baixa de ativos imobilizados, amortização, efeitos de teste de "impairments" e

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



ajustes positivos e negativos da CVA – Conta das Variações da Parcela A, desde que não incluídos no resultado operacional.

18. Outras Obrigações Fiscais

		30.06.2025		31.12.2024	
	Nota	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<u>Obrigações fiscais federais</u>					
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		24.670	-	27.037	-
Programa de Integração Social - PIS		5.327	-	5.838	-
INSS sobre terceiros		1.484	-	2.307	-
Outras obrigações federais		2.987	-	2.893	-
		34.468	-	38.075	-
<u>Obrigações fiscais estaduais</u>					
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	18.1	147.338	176	134.533	1.324
		147.338	176	134.533	1.324
<u>Obrigações fiscais municipais</u>					
Imposto sobre Serviços - ISS		3.769	-	4.436	-
Outras obrigações municipais		1.731	-	2.202	-
		5.500	-	6.638	-
Total		187.306	176	179.246	1.324

18.1 O ICMS da Companhia é apurado e recolhido mensalmente, conforme Decreto nº 24.569/97. A apuração do ICMS é no mês seguinte da competência e o recolhimento é feito no dia 20 do próprio mês da apuração. Os saldos em 30 de junho de 2025 de R\$ 147.338 (R\$ 134.533 em 31 de dezembro de 2024), são principalmente referentes ao ICMS incidente sobre as faturas de energia elétrica.

19. Encargos setoriais

As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº24. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	30.06.2025	31.12.2024
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	2.806
Programa de Eficiência Energética - PEE	66.712	54.745
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	77.458	69.736
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- FNDCT	2.069	2.076
Ministério de Minas e Energia - MME	1.114	1.117
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	983	887
Outros	2.494	290
Total	150.830	131.657
Circulante	75.143	45.461
Não Circulante	75.687	86.196

20. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

O Supremo Tribunal Federal ("STF") decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021. O STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 9 de setembro de 2021.

A Companhia possuía uma ação judicial e foi cientificada em abril de 2019 do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS a partir de maio de 2001.

A partir de maio de 2019, em conformidade com a decisão transitada em julgado, a Companhia passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

Com base na decisão de 13 de maio de 2021 do STF, no tema de repercussão geral e sua melhor estimativa, a Companhia ajustou ativo e passivo considerando o ICMS destacado.

Em 15 de março de 2024, considerando a interpretação dada pelo Parecer Normativo n.º 11/2014 da COSIT/RFB, a Companhia impetrou mandado de segurança a fim de assegurar, após decisão definitiva, o seu direito líquido e certo de compensar todo o crédito de PIS e de COFINS reconhecido pela decisão definitiva no processo sem limitação de tempo. Em maio de 2024, foi proferida sentença julgando integralmente procedente a ação, e a Procuradoria apresentou apelação. Em setembro de 2024 foi dado provimento ao recurso. A Companhia opôs embargos de declaração, o qual foi improvido e, em novembro de 2024, a Companhia apresentou recurso especial e extraordinário ao STJ - Supremo Tribunal de Justiça e STF - Supremo Tribunal Federal.

Em 29 de dezembro foi publicada MP - Medida Provisória 1202/23, regulamentada pela PN -Portaria Normativa do MF n.14 de 5 de janeiro de 2024, alterando a legislação que trata das compensações tributárias, criando limites

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



para utilização de créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado e prevendo que as compensações poderão ser realizadas inclusive após 5 anos. A referida Medida Provisória foi convertida na Lei nº 14.873 de 28 de maio de 2024.

A Companhia seguirá adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais e apresentou os cálculos do crédito tributário em atendimento à intimação fiscal da Receita Federal.

Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar, de acordo com as previsões legais, inclusive as supracitadas (MP 1202/23, PN MF 14/24 e Lei 14.873/24). Até 30 de junho de 2025, o total compensado pela companhia foi de R\$ 1.645.022 (R\$ 1.514.144 em 31 de dezembro de 2024). A utilização total do crédito ocorreu em junho de 2025.

Tratamento do regulador

Em 17 de março de 2020, a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Em 28 de junho de 2022, foi publicada a Lei 14.385/2022, alterando a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar a devolução aos consumidores de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como os decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Em 24 de julho de 2025, foi publicado o Despacho ANEEL 2.203/2025, que estabelece a metodologia para a devolução aos consumidores de energia dos créditos tributários decorrentes de ações judiciais sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O despacho não apresenta inovações em relação ao que já vinha sendo aplicado nos processos tarifários entre 2022 e 2025.

O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia. Os processos tarifários de 2022 a 2025, já contemplam a devolução parcial de tais valores.

Até 30 de junho de 2025 o total devolvido pela Companhia foi de R\$ 1.318.320 (R\$ 1.246.450 em 31 de dezembro de 2024).

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	30.06.2025	31.12.2024
<u>PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar</u>		
Ativo circulante	-	127.967
Ativo não circulante	-	-
Total do ativo	-	127.967
<u>PIS/COFINS - consumidores a restituir</u>		
Passivo circulante	265.916	245.326
Passivo não circulante	27.887	117.494
Total do passivo	293.803	362.820
<u>Receita operacional bruta</u>		
PIS/COFINS - consumidores a restituir	-	-
<u>Receita financeira</u>		
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	2.911	20.146
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir	(2.911)	(20.146)
Impacto líquido	-	-

A seguir é apresentada a movimentação do ativo e passivo de PIS e COFINS - ICMS:

	Nota	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2023		396.206	410.968
Atualização		12.797	12.542
Compensação		(145.669)	-
Devolução aos consumidores		-	(117.290)
Reclassificações		2.954	-
Saldo em 30 de junho de 2024		266.288	306.220
Saldo em 31 de dezembro de 2024		127.967	362.820
Atualização	27.1	2.911	2.853
Compensação		(130.878)	-
Devolução aos consumidores		-	(71.870)
Saldo em 30 de junho de 2025		-	293.803

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**21. Obrigações com benefícios pós-emprego**

A movimentação contábil do passivo registrado aberto por plano (assistência médica, FGTS, benefício definido e contribuição variável), nos semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024, segue representada a seguir:

	Benefício Definido	Contribuição Definida	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	90.080	20.942	111.022
Custo do serviço corrente	44	(60)	92	547	623
Custo dos juros líquidos	(3)	(5)	4.359	869	5.220
Contribuições reais do empregador	(10)	-	(3.657)	(57)	(3.724)
Ganho (perda) atuarial	(31)	65	(4.099)	(1.763)	(5.828)
Saldo em 30 de junho de 2024	-	-	86.775	20.538	107.313
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	90.168	19.599	109.767
Custo do serviço corrente	44	(60)	92	373	449
Custo dos juros líquidos	(1)	(6)	5.605	1.013	6.611
Contribuições reais do empregador	(10)	-	(3.821)	(602)	(4.433)
Ganho (perda) atuarial	(33)	66	17.641	994	18.668
Saldo em 30 de junho de 2025	-	-	109.685	21.377	131.062

Informações relevantes dos benefícios pós-emprego

Conforme previsto no CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), a avaliação atuarial é permitida em períodos intermediários, para refletir a ocorrência de mudanças significativas em condições de mercado. Dessa forma, a Companhia procedeu a atualização dos passivos, com o auxílio de atuário independente para o semestre findo em 30 de junho de 2025, para refletir a mudança significativa das condições de mercado, especificamente da variação da taxa de juros (taxa de desconto) e atualização dos patrimônios dos planos de aposentadoria. Todavia, conforme requerido pelo CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), ao final do exercício a Companhia irá proceder ao cálculo atuarial anual completo, no qual revisará todas as premissas e bases cadastrais para aquela data.

A atualização da taxa de desconto e dos patrimônios, realizada no semestre findo em 30 de junho de 2025, ocasionou um aumento de R\$ 18.668 na obrigação atuarial em contrapartida a outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

a) Ativos e passivos atuariais, reconhecido no balanço patrimonial como passivo atuarial líquido:

	30.06.2025	31.12.2024
<u>Previdência privada</u>		
Valor presente das obrigações atuariais	1.160.568	1.064.931
Valor justo dos ativos do plano	(1.416.037)	(1.360.397)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	386.531	405.233
Total	131.062	109.767
Circulante	-	-
Não circulante	131.062	109.767

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**b) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:**

	30.06.2025	31.12.2024
Valor presente da obrigação atuarial no início do período	1.064.931	1.293.285
Custo dos serviços correntes	449	1.246
Custos dos juros	64.739	124.330
Benefícios pagos pelo plano	(63.615)	(121.306)
Ganhos (perdas) atuariais sobre a obrigação atuarial	94.064	(232.624)
Valor presente da obrigação atuarial ao final do período	1.160.568	1.064.931

c) Movimentação do valor justo dos ativos do plano:

	30.06.2025	31.12.2024
Valor justo dos ativos do plano no início do período	1.360.397	1.369.362
Retorno esperado dos ativos do plano	82.817	132.773
Contribuições recebidas do empregador	4.434	8.146
Benefícios pagos pelo plano	(63.615)	(121.306)
Ganhos (perdas) atuariais sobre os ativos do plano	32.004	(28.578)
Valor justo dos ativos do plano ao final do período	1.416.037	1.360.397

d) Movimentação contábil do passivo registrado é como segue:

	30.06.2025	31.12.2024
Saldo inicial	109.767	111.022
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial	449	1.246
Juros líquidos conforme laudo atuarial	6.611	10.440
Pagamento de contribuições	(4.433)	(8.146)
Ajustes de avaliação atuarial	18.668	(4.795)
Saldo final	131.062	109.767

e) Despesas reconhecidas no resultado do semestre:

	01.01.2025 a 30.06.2025	01.01.2024 a 30.06.2024
Custo do serviço corrente bruto	449	623
Custo do serviço corrente líquido	449	623
Juros sobre a obrigação atuarial	64.739	62.165
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	(82.817)	(66.387)
Rendimento esperado dos ativos no ano	24.689	9.442
Juros líquidos sobre o passivo	6.611	5.220
Total reconhecido no resultado	7.060	5.843

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**f) Movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação atuarial):**

	30.06.2025	31.12.2024
Perda (ganho) atuarial gerada(o) pelo rendimento efeito dos ativos	(94.063)	232.624
Variação na restrição de reconhecimento do ativo	43.391	(199.251)
Valor justo dos ativos do plano no final do período	32.004	(28.578)
Montante reconhecido no período em outros resultados abrangentes	(18.668)	4.795

As taxas de desconto nominal utilizadas para a obrigação atuarial, estão apresentadas a seguir:

	Plano BD		Plano CD		Plano Médico		Plano FGTS	
Obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2025	1.027.394		2.112		109.687		21.375	
Taxa de desconto	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)
Impacto na obrigação do benefício definido	47.197	(44.918)	36	(35)	1.647	(1.615)	(827)	(44.918)
Total da obrigação do benefício definido	1.074.591	982.476	2.148	2.077	111.334	108.072	20.548	(23.543)

g) Estimativa da despesa para o segundo semestre de 2025

	2026
Custo dos serviços correntes	1.440
Custos dos juros das obrigações com benefício pós-emprego	89.328
Rendimento esperado dos ativos do plano	(81.582)
Total	9.186

22. Provisão para processos judiciais e outros riscos

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

22.1 Provisões relacionadas a processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros riscos, e respectivos depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

							Depósitos vinculados	
	31.12.2024	Adição	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	30.06.2025	30.06.2025	31.12.2024
Trabalhistas	55.699	11.532	(6.724)	4.112	(7.106)	57.513	11.596	11.368
Cíveis	197.536	48.425	(18.418)	27.633	(19.181)	235.995	13.220	10.377
Fiscais	14	-	-	-	(14)	-	-	-
Regulatório	35.872	-	-	1.094	(593)	36.373	-	-
Outras provisões	1.116	-	-	-	-	1.116	-	-
Total	290.237	59.957	(25.142)	32.839	(26.894)	330.997	24.816	21.745
Não circulante	290.237					330.997		

							Depósitos vinculados	
	31.12.2023	Adição	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	30.06.2024	30.06.2024	31.12.2023
Trabalhistas	45.095	13.427	(3.203)	3.582	(2.652)	56.249	20.278	19.926
Cíveis	168.732	44.908	(16.629)	16.728	(22.347)	191.392	30.948	28.138
Fiscais	-	-	-	-	-	-	3.239	3.156
Regulatório	35.038	14.984	(3.746)	1.003	(11.789)	35.490	-	-
Outras provisões/riscos	1.116	-	-	-	-	1.116	-	-
Total	249.981	73.319	(23.578)	21.313	(36.788)	284.247	54.465	51.220
Circulante	1.116					-		
Não circulante	248.865					284.247		

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser realizadas nos períodos estimados devido ao andamento futuro dos processos. As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia.

22.1.1 Processos trabalhistas

No âmbito trabalhista, refere-se a ações de empregados próprios e de empresas terceirizadas. Também existem ações cujas teses possuem chances de mudanças em instâncias superiores, além de processos em fase inicial, sem decisão ainda.

22.1.2 Processos cíveis

No âmbito cível, refere-se a processos relacionados a reclamações consumeristas em sua grande maioria sendo ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores. Engloba, ainda, ações referentes a reajustes e revisões tarifárias, indenizações por danos materiais e/ou morais que envolva acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica. No âmbito da contingência ativa, a Companhia possui ações de desapropriação e anulatórias de multas oriundas de órgão de defesa do consumidor ou agência reguladora.

22.1.3 Processos Regulatórios**Processos regulatórios em fase judicial:**

- (a) Auto de Infração SFE-0032-18, relacionado a geração distribuída, no valor original de R\$ 13.035. Após apreciação do recurso apresentado pela Companhia, a Diretoria da ANEEL decidiu pela manutenção do valor total da penalidade de multa de R\$ 13.035. Em outubro de 2020, houve pagamento parcial da multa no montante principal de R\$ 6.435 e juros de R\$ 547. Em outubro de 2020 a Companhia ingressou com um processo judicial contra a manutenção da multa pela ANEEL. Em março de 2025 o processo foi julgado improcedente. Em junho de 2025 a Companhia apresentou recurso contra a decisão que manteve a aplicação da multa no valor integral. O montante provisionado atualizado até 30 de junho de 2025 corresponde a R\$ 6.323, que permanece em discussão judicial. O valor restante de R\$ 5.748 está classificado como possível (R\$ 6.072 em 31 de dezembro de 2024).
- (b) Auto de Infração nº 0025/2013-ARCE-SFE, referente a contratos de seguro firmados por consumidores da COELCE, recorrido pela Companhia em agosto de 2022, e está em discussão no âmbito judicial, sendo o valor atual da multa R\$ 1.691. O montante provisionado atualizado até 30 de junho de 2025 corresponde a R\$ 3.023 (R\$ 2.935 em 31 de dezembro de 2024).
- (c) Auto de Infração SFF-AI-0097-12-C referente à Base de Remuneração, recebido em agosto de 2012, no valor de R\$ 20.637. Após interposição de recurso pela Companhia em agosto de 2015, a ANEEL reduziu o valor da penalidade para o montante de R\$ 11.188. O montante provisionado atualizado até 30 de junho de 2025 corresponde a R\$ 26.470, que permanece em discussão judicial. O valor restante de R\$ 1.185 está classificado como possível (R\$ 25.721 em 31 de dezembro de 2024).

Processos regulatórios em fase administrativa

- (d) Auto de Infração nº 0002/2019-ARCE-SFE – relacionado a teleatendimento. A ANEEL decidiu, em processo da CEB - Companhia Energética de Brasília na 7ª Reunião Pública Ordinária de 10 de março de 2020, que a Não Conformidade NC.1, referente a “Falha no envio de informações solicitadas pela fiscalização” que é similar à Não Conformidade NC.1 do AI da Companhia, deveria ser cancelada visto que “a regulamentação não determina expressamente como deve funcionar o programa que calcula os indicadores de qualidade do serviço de teleatendimento neste nível de detalhamento”. Portanto, houve a reversão do montante equivalente da Não-Conformidade 1 (NC.1) de R\$ 1.388, em abril 2020. Em setembro de 2020, o Conselho Diretor da ARCE decidiu pelo parcial provimento do recurso, reduzindo o valor da multa aplicada pela ARCE para R\$ 3.793. Em 05 de setembro de 2022, a Procuradoria Federal emitiu parecer que opinou por converter a penalidade de multa aplicada à Não

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Conformidade N.5 em advertência, bem como alterar o valor total da penalidade de multa para R\$ 2.905, resultando na reversão de R\$ 887, em setembro de 2022. A Companhia apelou em segunda instância (ANEEL) e aguarda apreciação do recurso pela agência nacional. Em novembro de 2022, houve deliberação final do processo pela ANEEL, onde foi determinado o pagamento de R\$ 2.905. A Companhia decidiu parcelar o pagamento em 36 parcelas, sendo a primeira parcela correspondente a 20% do valor total da multa, principal e juros, atualizada para dezembro de 2022 no valor de R\$711. A Companhia decidiu parcelar o pagamento em 36 parcelas, sendo a primeira parcela correspondente a 20% do valor total da multa, principal e juros, atualizada para dezembro de 2022 no valor de R\$712. A Companhia deverá pagar as demais 35 parcelas em valores atualizados mensalmente pela SELIC, o saldo a pagar em 30 de junho de 2025 é de R\$ 557. Até junho de 2025, a Companhia pagou R\$ 593 referentes às parcelas 26 a 31 do Auto de Infração, sendo R\$ 398 e R\$ 195 referentes ao valor do principal e atualização financeira, respectivamente. Além disso, houve atualização financeira de R\$ 3 sobre o saldo do valor principal.

22.1.4 Outras provisões

A Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados.

Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes.

22.2 Contingência com risco possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Nota	30.06.2025	31.12.2024
Trabalhistas	22.2.1	175.438	166.051
Cíveis	22.2.2	2.949.826	2.914.457
Fiscais	22.2.3	1.738.534	1.510.698
Juizados especiais		28.321	21.879
Regulatórias	22.2.4	106.239	64.922
Total		4.998.358	4.678.007

Os processos não detalhados nas presentes informações financeiras não tiveram alterações relevantes, exceto às regulares atualizações de valores. As descrições e históricos detalhados podem ser verificados na nota explicativa no 21.2 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

22.2.1 Processos trabalhistas

No âmbito trabalhista, refere-se a ações de empregados próprios e de empresas terceirizadas. Também existem ações cujas teses possuem chances de mudanças em instâncias superiores, além de processos em fase inicial, sem decisão ainda. Incluem-se também, 22 ações previdenciárias que totalizam R\$ 37.307 em 30 de junho de 2025 (22 ações - R\$ 35.754 em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**22.2.2 Processos cíveis**

No âmbito cível, refere-se a processos relacionados a reclamações consumeristas em sua grande maioria sendo ações de menor complexidade com trâmite nos juzados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores. Engloba, ainda, ações referentes a reajustes e revisões tarifárias, indenizações por danos materiais e/ou morais que envolva acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica. No âmbito da contingência ativa, a Companhia possui ações de desapropriação e anulatórias de multas oriundas de órgão de defesa do consumidor ou agência reguladora.

- (a) Reajuste tarifário 2022: Foram ajuizadas 06 ações judiciais relacionadas ao reajuste tarifário 2022 (OAB/CE, Deputado Federal Heitor Freire, Senador Eduardo Girão, MPF (MPCE/DECON), PROCON/ALCE e Adriano Alves Pessoa), alegando a nulidade da Resolução Homologatória nº 3.026, de 19 de abril de 2022, que autorizou o reajuste tarifário anual do serviço de distribuição de energia elétrica prestado pela Companhia no percentual médio de 24,85%. Em comum, todas as ações afirmam que o índice é abusivo pelo seu próprio valor e pelo contexto da pandemia e, em uma delas, se discute adicionalmente a qualidade da prestação do serviço desde 2016. A Companhia defende que os reajustes tarifários respeitam a legalidade do sistema regulatório brasileiro e, portanto, são legítimos, defendendo a qualidade na prestação do serviço. A Companhia apresentou manifestação preliminar e contestação em todas as ações e em setembro de 2022 o juízo denegou a medida cautelar de suspensão do reajuste solicitada. Dada a semelhança entre os pedidos das respectivas ações, foi determinado que fossem agrupadas perante o mesmo juízo, para serem julgadas em conjunto. Em novembro de 2022 o Ministério Público Federal opinou pela pertinência da ação. Em janeiro de 2024 as ações movidas por OAB/CE, Deputado Federal Heitor Freire e Adriano Alves Pessoa tiveram desfecho favorável à companhia, sendo extintas sem análise de mérito. Após interposição de recurso de apelação pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Ceará, em 8 de outubro de 2024, foi dado provimento ao recurso da Ordem dos Advogados do Brasil e o processo foi remetido à 1ª instância para novo julgamento. Em 05 de novembro de 2024 a ação do Senador Eduardo Girão teve desfecho favorável à companhia, sendo extinta sem análise de mérito. Na ação proposta pelo Ministério Público Estadual e pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – MPCE/DECON (0812526-31.2023.4.05.8100), em 19 de dezembro de 2024, foi proferida decisão de 1º instância, que deu provimento parcial ao pedido do MPCE/DECON condenando a Companhia ao pagamento de indenização por dano moral coletivo, que atualizado em 30 de junho de 2025, corresponde ao valor de R\$ 9.532, em razão da suposta má qualidade na prestação dos serviços e em fevereiro de 2025 a Companhia recorreu da decisão. Atualmente encontram-se duas ações em curso a da OAB/CE e a do Ministério Público Estadual e pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – MPCE/DECON. Caso sobrevenha decisão final desfavorável na ação da OAB/CE, o índice de reajuste deverá ser deduzido da próxima revisão tarifária oportunamente deferida, não sendo passível de quantificação no momento.
- (b) ENDICON – Indenização por perdas e danos em função de rescisão contratual: a empreiteira, ex-fornecedora da Companhia, demanda indenização pela rescisão contratual. Alega que uma sucessão de eventos ocorridos nos contratos com a Companhia resultou em desequilíbrio econômico-financeiro e prejuízos materiais e morais. A Companhia apresentou sua defesa em dezembro de 2021 o processo encerrou a fase postulatória e deu início a fase probatória. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a condenação pode envolver uma eventual indenização. O valor envolvido neste processo atualizado em 30 de junho de 2025 é de R\$ 240.798 (R\$ 223.211 em 31 de dezembro de 2024).
- (c) Canoa Quebrada/CE - Romério: Ação de Interdito Proibitório ajuizada por Romério Moreira de Deus e outros, alegando serem possuidores de imóveis localizados em Canoa Quebrada, sustentando que a Companhia instalou postes de energia elétrica na área sem autorização, ameaçando sua posse. Após decisões judiciais divergentes, firmou-se o direito dos autores à indenização. Em maio de 2015, as partes acordaram converter a obrigação de reintegração em indenização por perdas e danos, sendo determinado novo laudo de avaliação. Após a apresentação do laudo fixando o valor da indenização, em julho de 2024 foi proferida decisão homologando o respectivo laudo. A Companhia recorreu da decisão e em maio de 2025 foi proferida decisão anulando a sentença que homologou o laudo,

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



determinando novo julgamento. O valor envolvido na ação é inestimável em 30 de junho de 2025.

- (d) Enterramento de Rede – Ação Popular movida em abril de 2025, por um vereador, pleiteando o enterramento das redes de energia elétrica da cidade de Fortaleza/CE, além do pagamento de danos morais coletivos. O pedido liminar foi indeferido, a Companhia e o Município de Fortaleza apresentaram defesa em maio de 2025 e o processo está em fase inicial. Diante do estágio do processo, o valor envolvido é inestimável em 30 de junho de 2025.
- (e) Renovação da Concessão – Ação Popular movida em abril de 2025, por um deputado estadual, pleiteando o impedimento da prorrogação do contrato de concessão da Enel Distribuição Ceará, alegando a existência de atos lesivos ao patrimônio público e à moralidade administrativa, requerendo a concessão de liminar que ainda não foi apreciada. A Companhia apresentou defesa em junho de 2025 e o processo está em fase inicial. O valor envolvido no processo é inestimável em 30 de junho de 2025.

22.2.3 Processos fiscais**22.2.3.1 Temas estaduais**

No âmbito estadual, a Companhia discute substancialmente: (i) base cadastral de consumidores isentos, imunes e não tributáveis; (ii) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e transferência de créditos; (iii) cancelamento de faturas; (iv) estorno de crédito – consumidor baixa renda e outros; (v) valor do imposto em determinadas operações; (vi) energia adquirida para consumo próprio; (vii) diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais, (viii) ICMS sobre Fundo Estadual de Combate à Pobreza de clientes isentos e ICMS de alguns clientes de geração distribuída. Os montantes envolvidos, em todos os casos, totalizam R\$ 1.450.229 em 30 de junho de 2025 (R\$ 1.250.392 em 31 de dezembro de 2024).

22.2.3.2 Temas municipais

No âmbito fiscal municipal, a Companhia possui processos judiciais e administrativos com os municípios de Fortaleza e Iguatu referentes ao ISS no valor atualizado de R\$ 58.370 e R\$ 6.039 em 30 de junho de 2025 (R\$ 56.376 e R\$ 5.842 em 31 de dezembro de 2024).

Há ainda autos de infração lavrados pelos municípios de Sobral, Ipueiras, Parambu, Caucaia, Cascavel, Várzea Alegre e outros que discutem valores de contribuição de iluminação pública - CIP. O valor total atualizado desses autos, em 30 de junho de 2025 é de R\$ 137.710 (R\$ 114.076 em 31 de dezembro de 2024).

22.2.3.3 Temas federais

No âmbito federal, a Companhia possui processos administrativos e judiciais referentes a IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e PASEP. O valor total atualizado desses casos é de R\$ 58.071 em 30 de junho de 2025 (R\$ 57.006 em 31 de dezembro de 2024).

22.2.4 Processos regulatórios

Energia Livre: Durante o período de racionamento de energia em 2001, foi estabelecido um Acordo Geral do Setor Elétrico que permitia a recomposição tarifária das distribuidoras e limitava a responsabilidade dos geradores. A RTE (Recomposição Tarifária Extraordinária) foi criada para cobrir prejuízos das distribuidoras e repassar créditos às geradoras. A Lei 10.438/2002 determinou que a arrecadação da RTE se daria até 2008. No entanto, ao final do prazo, distribuidoras e geradoras ainda possuíam créditos não arrecadados. Após o término do período de arrecadação, a ANEEL emitiu o Despacho 2.517/2010, criando obrigações para as distribuidoras, incluindo a responsabilidade pela inadimplência na arrecadação da RTE e a isonomia nas perdas entre distribuidoras e geradoras. O tema setorial levou ao judiciário algumas ações judiciais envolvendo

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



diversas distribuidoras, dentre elas a Companhia, de forma individual e por meio da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE. Em recente movimentação em relação ao tema foi revogada liminar que garantia a suspensão do referido despacho e a ANEEL emitiu o Despacho 992/2025, publicado em 10 de abril de 2025, que determina o repasse às geradoras dos valores estabelecidos no Despacho ANEEL 2.517/2010, trazendo risco possível para a Companhia no valor atualizado de R\$ 20.606, em 30 de junho de 2025. Novas medidas administrativas e judiciais foram adotadas na tentativa de obtenção de nova decisão sobre o tema. A Aneel concedeu efeito suspensivo em maio de 2025 (Despacho Aneel 1345/2025) à medida cautelar apresentada pela ABRADEE e suspendeu a Resolução nº 992/2025 e outros atos relacionados ao fim da cobrança da RTE até decisão final e determinou que a Superintendência de Fiscalização Econômica, Financeira e de Mercado (SFF) analise o mérito do caso, juntamente com o parecer da Procuradoria Federal.

001/2025- ARCE-SFT: A Companhia recebeu em 25 de Abril de 2025 o Auto de Infração 0001/2025 referente ao processo fiscalizatório sobre o Tema Ligação Nova com aumento de carga ou necessidade de obras (Item I da Fiscalização Técnica e Comercial), em detrimento da Não Conformidade NC.1 - por não observar os artigos 64, inciso II e 88 no que diz respeito ao atendimento as solicitações de ligação nova com aumento de carga ou necessidade de obras. A ARCE decidiu pela aplicação da penalidade de multa no valor total atualizado de R\$ 29.460. A Companhia interpôs recurso administrativo contra o Auto de Infração nº 0001/2025-ARCE/SFT. A avaliação de êxito da Companhia na ação foi classificada como possível.

23. Patrimônio líquido**23.1 Capital social**

Em 30 de junho de 2025 o capital social é de R\$ 1.552.900 (R\$ 1.388.347 em 31 de dezembro de 2024). Em 29 de abril de 2025, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária, foi realizado um aumento de capital no montante de R\$ 164.553 via capitalização de reservas, sem emissão de novas ações. A composição acionária é como segue:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Composição acionária em 30 de junho de 2025:

	Ações ordinárias (em unidade)				Ações preferenciais (em unidade)				Total (em unidades)	
	Total ações ordinárias		Classe A		Classe B		Total ações preferenciais		Ordinárias e preferenciais	
Enel Brasil S.A.	47.061.212	97,91%	10.588.006	37,48%	424	0,03%	10.588.430	35,55%	57.649.642	74,05%
Eletrobrás / CHESF	27.543	0,06%	3.970.308	14,05%	1.533.222	99,91%	5.503.530	18,48%	5.531.073	7,10%
Minoritários	979.182	2,04%	13.694.386	48,47%	1.016	0,07%	13.695.402	45,98%	14.674.584	18,85%
Total	48.067.937	100,00%	28.252.700	100,00%	1.534.662	100,00%	29.787.362	100,00%	77.855.299	100,00%

Composição acionária em 31 de dezembro de 2024

	Ações ordinárias (em unidade)				Ações preferenciais (em unidade)				Total (em unidades)	
	Total ações ordinárias		Classe A		Classe B		Total ações preferenciais		Ordinárias e preferenciais	
Enel Brasil S.A.	47.064.245	97,91%	10.588.006	37,48%	424	0,03%	10.588.430	35,55%	57.652.675	74,05%
Eletrobrás / CHESF	27.543	0,06%	3.970.308	14,05%	1.533.222	99,91%	5.503.530	18,48%	5.531.073	7,10%
Outros	976.149	2,03%	13.694.386	48,47%	1.016	0,07%	13.695.402	45,98%	14.671.551	18,84%
Total	48.067.937	100,00%	28.252.700	100,00%	1.534.662	100,00%	29.787.362	100,00%	77.855.299	100,00%

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC**

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de junho de 2024 foi aprovado o adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), pela acionista Enel Brasil S.A. O AFAC foi recebido integralmente em 20 e 26 de junho de 2024, sendo R\$ 170.000 e R\$ 410.580 respectivamente. O instrumento particular de AFAC, foi firmado entre a Companhia e a Controladora Enel Brasil S.A, de maneira irrevogável e irretroatável, e a capitalização do montante total de R\$ 580.580 foi aprovada em reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 28 de novembro de 2024.

Em fato relevante de 16 de janeiro de 2025, a Companhia comunicou que em razão de decisão de tutela cautelar antecipada concedida nos autos do processo nº 0200893-88.2025.8.06.0001, pelo juízo da 3ª Vara Empresarial, de Recuperação de Empresas e de Falências do Estado do Ceará, ficam suspensos os efeitos do aumento de capital da Companhia no valor de R\$580.580 deliberado em 28 de novembro de 2024 pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, objeto do Aviso aos Acionistas datado de 9 de dezembro de 2024, até ulterior deliberação do juízo. Referida tutela foi solicitada por Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras.

Em 28 de abril de 2025, a Companhia divulgou fato relevante informando que o Conselho de Administração da Companhia aprovou o cancelamento do aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 580.580. Os administradores da Companhia providenciarão junto à B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão, o ressarcimento aos acionistas que já tenham exercido seus direitos de preferência com correção monetária a partir da aplicação da taxa SELIC.

Conforme nota explicativa 34.2, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, em 17 de julho de 2025, o aumento de capital social mediante capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital, no valor de R\$ 580.580.

23.2 Capital autorizado

Na forma do disposto no artigo 168 da Lei nº 6.404/76, o estatuto social, em seu artigo 5º, parágrafo primeiro, prevê que a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social em até 300.000.000.000 de ações sem valor nominal, sendo 100.000.000.000 ações ordinárias, 193.352.996.180 ações preferenciais Classe A e 6.647.003.820 ações preferenciais Classe B. Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em qualquer emissão de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures conversíveis em ações, ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta de aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

23.3 Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social corrigido anualmente. De acordo com a legislação societária, a Companhia não constituiu reserva legal nos períodos apresentados, visto que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital excederam 30% do capital social.

23.4 Reserva de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder 100% do montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 29, § d, do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

23.5 Reserva de incentivo fiscal

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 106.323 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto na Lei no 12.973/2014.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Em 14 de dezembro de 2016, a Companhia renovou o benefício fiscal da Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição de energia.

Em 15 de janeiro de 2025, a Diretoria Colegiada da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE informou sobre a deliberação tomada de não aprovar o enquadramento do Projeto de Incentivo Fiscal de redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, de que trata o artigo 1º da Medida Provisória no. 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, submetido pela Companhia. O benefício fiscal continua vigente até o final do exercício fiscal que se encerrará em 31 de dezembro de 2025.

23.6 Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido. Vale ressaltar que anualmente como parte do processo de destinação do resultado do exercício, a Companhia absorve em prejuízos acumulados todo o impacto das avaliações atuariais registradas em outros resultados abrangentes.

	30.06.2025	30.06.2024
Outros resultados abrangentes - benefício pós emprego	(18.668)	5.828
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.347	(1.982)
Ganhos/perdas atuariais, líquidos	(12.321)	3.846
Outros resultados abrangentes - derivativos	-	957
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(325)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	-	632
Total	(12.321)	4.478

24. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	01.04.2025 a 30.06.2025	01.01.2025 a 30.06.2025	01.04.2024 a 30.06.2024	01.01.2024 a 30.06.2024
Lucro líquido do período	83.436	117.476	67.342	194.421
<u>Unidades de ações</u>				
Número de ações ordinárias	48.067.937	48.067.937	48.067.937	48.067.937
Número de ações preferenciais - Classe A	28.252.700	28.252.700	28.252.700	28.252.700
Número de ações preferenciais - Classe B	1.534.662	1.534.662	1.534.662	1.534.662
<u>Percentual por ação</u>				
Ação ordinária	61,74%	61,74%	61,74%	61,74%
Ação preferencial - Classe A	36,29%	36,29%	36,29%	36,29%
Ação preferencial - Classe B	1,97%	1,97%	1,97%	1,97%
Capital Social	1.552.900	1.552.900	1.388.347	1.388.347
<u>Percentual do capital social</u>				
Ação ordinária	958.762	958.762	857.167	857.167
Ação preferencial - Classe A	563.528	563.528	503.814	503.814
Ação preferencial - Classe B	30.610	30.610	27.367	27.367
<u>Percentual do resultado</u>				
Ação ordinária	51.513	72.530	41.577	120.036
Ação preferencial - Classe A	30.278	42.631	24.438	70.553
Ação preferencial - Classe B	1.645	2.316	1.327	3.832
<u>Resultado básico e diluído por ação (em R\$)</u>				
Ação ordinária	0,9687	1,4991	0,8650	2,4972
Ação preferencial - Classe A	1,1968	1,4991	0,9169	2,6470
Ação preferencial - Classe B	1,9946	1,9946	0,9515	2,7469

25. Receita líquida

A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado.

O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente ("CPC 47") e é composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Nos trimestres

	01.04.2025 a 30.06.2025			01.04.2024 a 30.06.2024		
	Número de unidades consumidoras(*)	MWh(*)	R\$	Número de unidades consumidoras(*)	MWh(*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	3.696.807	1.479.126	991.207	3.622.050	1.469.123	992.687
Industrial	5.125	59.917	174.453	5.690	87.893	212.906
Comercial	183.270	279.620	370.373	183.355	357.328	410.798
Rural	383.096	223.290	162.621	403.829	229.615	177.715
Poder público	36.650	183.136	168.257	35.893	195.301	173.816
Iluminação pública	12.635	169.202	39.078	12.437	136.889	52.420
Serviço público	5.249	58.157	59.381	5.146	62.543	64.388
Suprimento e revenda	2	3.702	218	2	3.436	245
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(1.049.034)	-	-	(1.054.681)
Total faturado	4.322.834	2.456.150	916.554	4.268.402	2.542.128	1.030.294
Outras receitas originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado	-	-	37.830	-	-	(21.253)
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	-	-	1.049.034	-	-	1.054.681
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	2.187	973.640	178.580	1.154	833.248	153.025
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD - consumidores cativos e livres	-	-	(2.664)	-	-	(20.544)
Total de receitas originadas de contratos com clientes	4.325.021	3.429.790	2.179.334	4.269.556	3.375.376	2.196.203
Outras receitas						
Subvenção de recursos da CDE	-	-	123.807	-	-	67.554
Subvenção baixa renda	-	-	136.143	-	-	127.144
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	96.093	-	-	(122.602)
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	72.036	-	-	69.370
Receita de construção	-	-	445.443	-	-	296.112
Outras receitas	-	-	69.938	-	-	31.198
Total de outras receitas	-	-	943.460	-	-	468.776
Receita operacional bruta	4.325.021	3.429.790	3.122.794	4.269.556	3.375.376	2.664.979
Deduções da receita						
Eficiência energética - P&D, FNDCT e EPE	-	-	(17.137)	-	-	(14.960)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(146.479)	-	-	(183.783)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(55.762)	-	-	573
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TSEE	-	-	(2.951)	-	-	(2.675)
ICMS	-	-	(422.471)	-	-	(421.633)
COFINS	-	-	(168.973)	-	-	(147.008)
PIS	-	-	(36.685)	-	-	(31.916)
ISS	-	-	(1.341)	-	-	(1.657)
Total deduções da receita	-	-	(851.799)	-	-	(803.059)
Total	4.325.021	3.429.790	2.270.995	4.269.556	3.375.376	1.861.920

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Nos semestres

	01.01.2025 a 30.06.2025			01.01.2024 a 30.06.2024		
	Número de unidades consumidoras(*)	MWh(*)	R\$	Número de unidades consumidoras(*)	MWh(*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	3.696.807	3.006.517	1.448.209	3.622.050	2.954.496	1.502.428
Industrial	5.125	126.139	357.797	5.690	182.787	417.547
Comercial	183.270	578.372	742.935	183.355	718.567	832.841
Rural	383.096	471.123	332.017	403.829	511.333	377.880
Poder público	36.650	354.294	329.503	35.893	379.788	346.021
Iluminação pública	12.635	320.795	81.310	12.437	289.862	76.528
Serviço público	5.249	118.060	120.187	5.146	126.833	127.359
Suprimento e revenda	2	7.361	477	2	7.108	463
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(2.097.234)	-	-	(2.130.242)
Total faturado	4.322.834	4.982.661	1.315.201	4.268.402	5.170.774	1.550.825
Outras receitas originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado	-	-	483.429	-	-	505.260
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	-	-	2.097.234	-	-	2.130.242
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	2.187	1.876.180	349.761	1.154	1.591.779	290.570
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD - consumidores cativos e livres	-	-	(15.483)	-	-	(37.287)
Total de receitas originadas de contratos com clientes	4.325.021	6.858.841	4.230.142	4.269.556	6.762.553	4.439.610
Outras receitas						
Subvenção de recursos da CDE	-	-	243.314	-	-	160.499
Subvenção baixa renda	-	-	277.905	-	-	254.852
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	(23.328)	-	-	(233.366)
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	217.687	-	-	162.631
Receita de construção	-	-	795.997	-	-	571.601
Outras receitas	-	-	107.166	-	-	75.127
Total de outras receitas	-	-	1.618.741	-	-	991.344
Receita operacional bruta	4.325.021	6.858.841	5.848.883	4.269.556	6.762.553	5.430.954
Deduções da receita						
Eficiência energética - P&D, FNDCT e EPE	-	-	(31.398)	-	-	(30.386)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(301.376)	-	-	(383.476)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(63.476)	-	-	682
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TSEE	-	-	(5.613)	-	-	(5.299)
ICMS	-	-	(859.527)	-	-	(847.275)
COFINS	-	-	(309.615)	-	-	(300.363)
PIS	-	-	(67.219)	-	-	(65.210)
ISS	-	-	(2.714)	-	-	(3.427)
Total deduções da receita	-	-	(1.640.938)	-	-	(1.634.754)
Total	4.325.021	6.858.841	4.207.945	4.269.556	6.762.553	3.796.200

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**26. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)****Nos trimestres**

01.04.2025 a 30.06.2025

			Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras receitas operacionais	Total
	Nota	Custo				
Pessoal		(57.539)	(118)	-	-	(57.657)
Material		(22.162)	(1.459)	-	-	(23.621)
Serviço de terceiros		(143.673)	(13.600)	-	-	(157.273)
Serviço de terceiros - partes relacionadas	29	-	(9.675)	-	-	(9.675)
Energia elétrica comprada para revenda		(767.554)	-	-	-	(767.554)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	29	(21.866)	-	-	-	(21.866)
Encargos do uso do sistema de transmissão		(168.125)	-	-	-	(168.125)
Depreciação e amortização		(171.694)	(12.389)	-	-	(184.083)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	(8.429)	(40)	(8.469)
Perda de recebíveis de clientes		-	-	(21.253)	-	(21.253)
Custo de construção		(445.443)	-	-	-	(445.443)
Provisões para processos judiciais e outros riscos		-	(15.247)	-	-	(15.247)
Receita de multas por impontualidade de clientes		-	-	-	17.406	17.406
Outras receitas (despesas) operacionais		(27.897)	9.407	(1)	-	(18.491)
Total		(1.825.953)	(43.081)	(29.683)	17.366	(1.881.351)

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



01.04.2024 a 30.06.2024

	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras receitas operacionais	Total
Pessoal		(36.299)	(13.815)	-	-	(50.114)
Material		(6.233)	(433)	-	-	(6.666)
Serviço de terceiros		(152.060)	(5.457)	-	-	(157.517)
Serviço de terceiros - partes relacionadas	29	-	(10.807)	-	-	(10.807)
Energia elétrica comprada para revenda		(560.263)	-	-	-	(560.263)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	29	(20.054)	-	-	-	(20.054)
Encargos do uso do sistema de transmissão		(219.032)	-	-	-	(219.032)
Depreciação e amortização		(139.498)	(5.883)	-	-	(145.381)
Custo na desativação de bens		1.233	-	-	-	1.233
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	(29.479)	-	(29.479)
Perda de recebíveis de clientes		-	-	(23.597)	-	(23.597)
Custo de construção		(296.112)	-	-	-	(296.112)
Provisões para processos judiciais e outros riscos		-	(33.475)	-	-	(33.475)
Receita de multas por impontualidade de clientes		-	-	-	17.917	17.917
Outras receitas (despesas) operacionais		(32.670)	(2.557)	-	4.397	(30.830)
Total		(1.460.988)	(72.427)	(53.076)	22.314	(1.564.177)

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Nos semestres****01.01.2025 a 30.06.2025**

	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras receitas operacionais	Total
Pessoal		(106.482)	(17.782)	-	-	(124.264)
Material		(27.954)	(1.927)	-	-	(29.881)
Serviços		(306.881)	(32.039)	-	-	(338.920)
Serviços - partes relacionadas	29	-	(19.411)	-	-	(19.411)
Energia elétrica comprada para revenda		(1.369.564)	-	-	-	(1.369.564)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	29	(43.936)	-	-	-	(43.936)
Encargos do uso do sistema de transmissão		(384.678)	-	-	-	(384.678)
Depreciação e amortização		(332.646)	(25.291)	-	-	(357.937)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	(23.888)	(40)	(23.928)
Perda de recebíveis de clientes		-	-	(56.401)	-	(56.401)
Custo de construção		(795.997)	-	-	-	(795.997)
Provisões para processos judiciais e outros riscos		-	(32.050)	-	-	(32.050)
Receita de multas por impontualidade de clientes		-	-	-	35.156	35.156
Outras receitas (despesas) operacionais		(42.163)	3.293	(1)	-	(38.871)
Total		(3.410.301)	(125.207)	(80.290)	35.116	(3.580.682)

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



01.01.2024 a 30.06.2024						
	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras receitas operacionais	Total
Pessoal		(78.020)	(1.869)	-	-	(79.889)
Material		(18.549)	(1.108)	-	-	(19.657)
Serviços		(307.063)	(11.789)	-	-	(318.852)
Serviços - partes relacionadas	29	-	(21.458)	-	-	(21.458)
Energia elétrica comprada para revenda		(1.156.855)	-	-	-	(1.156.855)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	29	(40.216)	-	-	-	(40.216)
Encargos do uso do sistema de transmissão		(443.927)	-	-	-	(443.927)
Depreciação e amortização		(283.093)	(8.930)	-	-	(292.023)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	(65.209)	-	(65.209)
Perda de recebíveis de clientes		-	-	(45.599)	-	(45.599)
Custo de construção		(571.601)	-	-	-	(571.601)
Provisões para processos judiciais e outros riscos		-	(46.511)	-	-	(46.511)
Receita de multas por impontualidade de clientes		-	-	-	37.238	37.238
Outras receitas (despesas) operacionais		(47.801)	(13.961)	-	3.352	(58.410)
Total		(2.947.125)	(105.626)	(110.808)	40.590	(3.122.969)

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**26.1 Custo do serviço de energia elétrica****26.1.1 Energia elétrica comprada para revenda**

		01.04.2025 a 30.06.2025	01.01.2025 a 30.06.2025	01.04.2024 a 30.06.2024	01.01.2024 a 30.06.2024
	Nota				
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE		(66.998)	(111.186)	(34.754)	(67.990)
Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR's		(523.421)	(999.523)	(426.399)	(855.147)
Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR's - partes relacionadas	29	(18.642)	(37.424)	(17.051)	(34.184)
Regime de Contas de Garantia - CCGF		(80.663)	(161.150)	(84.606)	(170.060)
Regime de Contas de Garantia - CCGF - partes relacionadas		(3.225)	(6.512)	(3.004)	(6.033)
Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear		(32.159)	(64.209)	(36.471)	(73.164)
Risco hidrológico		(38.334)	(30.896)	(1.988)	640
Exposição involuntária		(23.773)	(23.773)	(16.209)	(38.281)
Geração distribuída	26.1.1	(28.563)	(28.563)	18.042	-
Outros		(534)	(1.033)	(447)	(946)
(-) Crédito de PIS e COFINS		63.413	123.810	53.252	109.460
		(752.899)	(1.340.459)	(549.635)	(1.135.705)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA		(36.521)	(73.041)	(30.683)	(61.366)
Total		(789.420)	(1.413.500)	(580.318)	(1.197.071)

26.1.1 A Geração Distribuída - GD permite ao consumidor gerar energia e utilizar essa geração como crédito no seu consumo. Embora as regras de devolução ao consumidor pela GD não estejam consolidadas, a Companhia reconheceu provisão, com base em sua melhor estimativa.

26.1.2 Encargos do uso do sistema de transmissão

		01.04.2025 a 30.06.2025	01.01.2025 a 30.06.2025	01.04.2024 a 30.06.2024	01.01.2024 a 30.06.2024
Uso da rede elétrica		(147.330)	(305.507)	(168.901)	(325.794)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS / EER		(36.844)	(102.812)	(60.469)	(141.749)
Encargos de conexão		(13.101)	(27.610)	(13.784)	(25.400)
(-) Crédito de PIS e COFINS		29.150	51.251	24.122	49.016
Total		(168.125)	(384.678)	(219.032)	(443.927)

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**27. Resultado financeiro**

	Nota	01.04.2025 a 30.06.2025	01.01.2025 a 30.06.2025	01.04.2024 a 30.06.2024	01.01.2024 a 30.06.2024
Receitas financeiras					
Renda de aplicações financeiras		10.477	14.544	4.686	7.306
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes		14.436	28.129	14.962	29.333
Dívida - marcação a mercado		(2.050)	1.084	54.168	57.318
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - marcação a mercado		(11.603)	34.156	(26.147)	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros		(6.188)	777	(1.323)	4.195
Juros fundo de pensão		3	6	5	9
Atualização monetária de ativos financeiros setoriais		43.482	58.429	12.449	38.603
Atualização monetária dos depósitos judiciais		613	758	644	1.288
Atualização de créditos tributários	27.1	3.804	48.250	315	4.192
Outras receitas financeiras		(4.082)	854	2	188
(-) PIS e COFINS sobre receitas financeiras		(3.315)	(7.250)	(1.712)	(4.280)
		45.577	179.737	58.049	138.152
Despesas financeiras					
Dívida - marcação a mercado		6.682	(39.886)	-	-
Custo de transação		(1.435)	(2.486)	(3.922)	(8.593)
Encargos de dívidas		(101.589)	(190.914)	(71.937)	(114.306)
Encargos de dívidas - empréstimos e debêntures		(59.143)	(104.155)	(72.897)	(157.219)
Variação monetária - debêntures		(7.730)	(28.560)	(9.011)	(38.387)
Variação monetária de processos judiciais e outros		(18.006)	(32.839)	(11.134)	(21.313)
Encargos fundo de pensão		(3.303)	(6.611)	(2.614)	(5.229)
Atualização de impostos e multas		(1.013)	(4.448)	(1.935)	(3.437)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - marcação a mercado		3.257	-	(24.815)	(50.305)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros		(15.684)	(40.426)	(6.917)	(34.360)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual		5	10	5	10
Cartas de fiança e seguros em garantia		(2.225)	(6.344)	(1.388)	(2.719)
Imposto sobre operações financeiras - IOF		(2.909)	(6.886)	(6.149)	(11.754)
Atualização monetária de P&D e eficiência energética		(2.215)	(4.233)	(1.442)	(2.585)
Atualização monetária de ativos financeiros setoriais		(67.955)	(86.961)	(8.410)	(35.909)
Juros sobre obrigações de arrendamento		(6.501)	(13.337)	(1.796)	(3.097)
Outras despesas financeiras		(25.664)	(55.901)	(28.612)	(43.271)
		(305.428)	(623.977)	(252.974)	(532.474)
Variações cambiais líquidas					
Variações cambiais de dívidas		5.885	40.031	(94.109)	(122.974)
Variações cambiais de instrumentos financeiros derivativos		(5.892)	(40.039)	94.106	122.951
Outras variações cambiais		(3.221)	(4.644)	(364)	(347)
		(3.228)	(4.652)	(367)	(370)
Total		(263.079)	(448.892)	(195.292)	(394.692)

27.1 Contempla o saldo de R\$ 48.250 da atualização dos créditos tributários relacionados ao tema do indébito tributário (tema 962), conforme detalhado na nota explicativa nº 28.1

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**28. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(a) Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Nos trimestres:**

	01.04.2025 a 30.06.2025		01.04.2024 a 30.06.2024	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos				
Correntes	7.686	2.774	(20.476)	(7.379)
Diferidos	(39.394)	(14.196)	(12.128)	(4.361)
Incentivo fiscal	-	-	9.234	-
Total	(31.708)	(11.422)	(23.370)	(11.740)
Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	126.565	126.565	102.451	102.451
Adições:				
Gratificação a administradores	273	273	340	340
Perdão de dívida	347	347	(181)	(181)
Doações	242	242	247	247
Multas indedutíveis	100	100	27.564	27.564
Total das adições	962	962	27.970	27.970
Base de cálculo	127.527	127.527	130.421	130.421
Alíquota nominal dos tributos	15,00%	9,00%	15,00%	9,00%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10,00%	-	10,00%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(31.864)	(11.477)	(32.606)	(11.740)
SUDENE	-	-	9.234	-
Ajuste de anos anteriores	156	55	2	-
Total	(31.708)	(11.422)	(23.370)	(11.740)
Alíquota efetiva	25,05%	9,02%	22,81%	11,46%

Nos semestres:

	01.01.2025 a 30.06.2025		01.01.2024 a 30.06.2024	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos				
Correntes	-	-	(43.781)	(15.776)
Diferidos	(44.769)	(16.126)	(33.129)	(11.917)
Incentivo fiscal	-	-	20.484	-
Total	(44.769)	(16.126)	(56.426)	(27.693)
Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	178.371	178.371	278.539	278.539
Adições:				
Gratificação a administradores	735	735	845	845
Perdão de dívida	350	350	(182)	(182)
Outras despesas indedutíveis	(221)	(221)	(34)	(34)
Doações	339	339	307	307
Multas indedutíveis	-	-	28.160	28.160
Total das adições	1.203	1.203	29.096	29.096
Base de cálculo	179.574	179.574	307.635	307.635
Alíquota nominal dos tributos	15,00%	9,00%	15,00%	9,00%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10,00%	-	10,00%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(44.870)	(16.162)	(76.909)	(27.688)
SUDENE	-	-	20.484	-
Ajuste de anos anteriores	101	36	(1)	(5)
Total	(44.769)	(16.126)	(56.426)	(27.693)
Alíquota efetiva	25,10%	9,04%	20,26%	9,94%

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**(b) Imposto Diferido**

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão, considerando a sua renovação, vide nota 1.3. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

(b.1) Saldos acumulados dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas, são como segue:

Nota	Balancos patrimoniais		Resultado		Outros resultados abrangentes	
	30.06.2025	31.12.2024	01.01.2025	01.01.2024	01.01.2025	01.01.2024
			a	a	a	a
	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	30.06.2024	30.06.2025	30.06.2024
Tributos diferidos ativos:						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(30.582)	156.847	(187.429)	14.680	-	-
Arrendamento - CPC 06 (R2)	3.148	1.442	1.706	(375)	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa	295.935	114.930	181.005	(25.529)	-	-
Provisão para processos judiciais e outros riscos	112.160	98.301	13.858	11.651	-	-
Provisão perda de bens	1.805	1.805	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	72.416	66.069	-	(1.981)	6.347	-
Instrumentos financeiros derivativos - PL	-	400	-	8.526	(400)	(3.560)
Provisão de compartilhamento	-	48.889	-	-	-	-
Outras provisões	95.397	39.151	7.357	3.741	-	-
	550.279	527.834	16.497	10.713	5.947	(3.560)
Tributos diferidos passivos:						
Correção Monetária Especial - CME e Complementar (CMC)	(1.310)	(1.324)	14	15	-	-
Ativo contratual da concessão	(691.255)	(613.608)	(77.647)	(58.708)	-	-
Desreconhecimento do passivo regulatório	17.583	13.950	3.633	3.414	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - Resultado	(12.294)	(10.560)	(1.734)	(479)	-	-
Realização do benefício fiscal da incorporação	-	-	(1.658)	-	-	-
	(687.276)	(611.542)	(77.392)	(55.758)	-	-
Total	(136.997)	(83.708)	(60.895)	(45.045)	5.947	(3.560)

28.1 Em dezembro de 2024, a Companhia amparada nas avaliações de seus assessores legais registrou (i) imposto a compensar no montante de R\$ 108.010, de saldo negativo referente a reapuração do ano de 2022 e 1º e 2º trimestres do ano de 2023, e (ii) R\$ 14.224 de tributo diferido ativo referente a reapuração dos anos de 2021 a 2024, ambos relacionados com a exclusão da atualização financeira da Taxa SELIC sobre o indébito tributário, referido na nota explicativa nº. 15, em razão do posicionamento do Supremo

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Tribunal Federal – STF, no sentido de que não incidem IRPJ e CSLL sobre a parcela da Taxa SELIC na repetição de débitos tributários (Tema 962). A Companhia em 2024, após discussões setoriais e pareceres jurídicos reavaliou o êxito obtido em ação judicial em trâmite acerca do tema. A Companhia irá adotar os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais.

Dessa forma, no saldo em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 114.930, de Prejuízo fiscal e base negativa, está contemplado o reconhecimento de R\$ 14.224 de tributo diferido ativo, referente a reapuração dos anos de 2021 a 2024, mencionado anteriormente no item ii.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2025, referente ao imposto a compensar, a Companhia registrou R\$ 48.250 de atualização financeira. Quanto ao tributo diferido ativo, não ocorreram compensações

(c) Incentivo fiscal

A Companhia conta com benefícios fiscal SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição de energia. No período findo em 30 de junho de 2025, não houve constituição de incentivo fiscal, devido ao prejuízo fiscal do período, a Companhia não apurou base para registro do incentivo.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**29. Transações com partes relacionadas**

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2025 e 2024.

A seguir são apresentados os saldos a receber e a pagar, e as receitas e despesas das transações, com efeito líquido por parte relacionada, envolvendo a controladora e demais empresas com controle comum.

29.1 Controladora (Enel Brasil)

Natureza da operação	Vigência	30.06.2025	31.12.2024	01.01.2025 a 30.06.2025	01.01.2024 a 30.06.2024
		Passivo	Passivo	Despesas	Despesas
Dividendos a pagar	Dezembro de 2022 a dezembro de 2024	(177.948)	(177.948)	-	-
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura	Agosto de 2027	(66.362)	(29.803)	(13.720)	(39.263)
Mútuo	Vide Nota 15	(2.353.622)	(2.156.527)	(148.907)	(50.105)
Prestação de serviço técnicos e gestão	Março de 2020 a março de 2025	(163.266)	(143.794)	(19.742)	(21.301)
Prestação de despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações	Dezembro de 2025	(107.073)	(110.943)	(17.945)	(2.580)
Comissão de fiança	Abril de 2028	(3.016)	(458)	(524)	(501)
Total		(2.871.287)	(2.619.473)	(200.838)	(113.750)

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



29.2 Empresas de controle comum

		30.06.2025	31.12.2024	01.01.2025 a 30.06.2025	01.01.2024 a 30.06.2024
Natureza da operação	Vigência	Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Benefício pós-emprego					
Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE	Até o final da concessão	(109.685)	(109.767)	(6.611)	(5.220)
		(109.685)	(109.767)	(6.611)	(5.220)
Suprimento de energia - CCEAR					
ENEL Green Power Projetos I S.A.	Até o final da concessão	-	-	-	(5.248)
ENEL Green Power Parapanema	Até o final da concessão	(109)	(104)	(662)	(613)
ENEL Green Power Mourão	Até o final da concessão	(31)	(29)	(186)	(172)
EGP Santa Angela 04	Até o final da concessão	(88)	(89)	(332)	(321)
EGP Santa Angela 19	Até o final da concessão	(81)	(81)	(304)	(294)
EGP Santa Esperança 13	Até o final da concessão	11	(57)	(219)	(209)
EGP Santa Angela 05	Até o final da concessão	(93)	(94)	(351)	(340)
EGP Santa Angela 08	Até o final da concessão	(85)	(86)	(320)	(310)
EGP Santa Angela 03	Até o final da concessão	(92)	(92)	(346)	(335)
EGP Santa Angela 11	Até o final da concessão	(76)	(76)	(285)	(276)
EGP Santa Angela 07	Até o final da concessão	(68)	(68)	(254)	(246)
EGP Santa Angela 06	Até o final da concessão	(94)	(95)	(354)	(342)
EGP Santa Angela 15	Até o final da concessão	(89)	(89)	(333)	(322)
EGP Santa Angela 14	Até o final da concessão	(80)	(80)	(299)	(290)
EGP Santa Angela 09	Até o final da concessão	(83)	(84)	(314)	(304)
EGP Santa Angela 17	Até o final da concessão	(87)	(87)	(327)	(316)
EGP Santa Angela 21	Até o final da concessão	(80)	(80)	(301)	(291)
EGP Santa Angela 1	Até o final da concessão	(91)	(91)	(341)	(330)
EGP Santa Angela 2	Até o final da concessão	(94)	(94)	(353)	(341)
EGP Santa Angela 10	Até o final da concessão	(80)	(81)	(301)	(292)
EGP Santa Angela 20	Até o final da concessão	(91)	(91)	(342)	(330)
Enel Green Power Zeus II - Delfina 8 S.A.	Até o final da concessão	(88)	(86)	(325)	(312)
EGP Santa Esperança 15	Até o final da concessão	(59)	(57)	(216)	(206)
EGP Santa Esperança 17	Até o final da concessão	(17)	(54)	(203)	(195)
ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.	Até o final da concessão	(125)	(130)	(453)	(430)
ENEL Green Power Fazenda S.A.	Até o final da concessão	(84)	(87)	(303)	(288)
ENEL Green Power Salto Apiacas S.A.	Até o final da concessão	(207)	(214)	(748)	(710)
ENEL Trading Brasil SA	Até o final da concessão	(4.731)	(4.524)	(28.249)	(25.350)
ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.	Até o final da concessão	(180)	(173)	(655)	(626)
ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.	Até o final da concessão	(167)	(160)	(608)	(581)
EGP VOLTA GRANDE SA	Até o final da concessão	(927)	(887)	(5.664)	(5.248)
		(8.166)	(8.020)	(43.948)	(45.468)
Prestação de serviços de desenvolvimento					
ENEL X Brasil S.A.	Maio de 2028	(12.697)	189	930	808
		(12.697)	189	930	808
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre partes relacionadas, conforme despacho nº 338 de 06 de fevereiro de 2019					
ENEL Distribuição Rio - AMPLA	Fevereiro de 2024	(2.404)	(2.404)	-	-
ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO	Agosto de 2027	(6.442)	(5.572)	(870)	-
ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.	Agosto de 2027	(1.383)	(1.383)	-	-
ENEL Green Power Projetos I S.A.	Agosto de 2027	461	461	-	-
		(9.768)	(8.898)	(870)	-
Reembolso expatriados					
ENEL SPA	Dezembro de 2025	1.726	1.726	-	201
Enel Colombia S.A. E.S.P	Dezembro de 2025	(343)	(389)	46	-
Enel Global Services S.r.l.	Dezembro de 2025	1.067	1.067	-	251
Enel Grids S.r.l.	Dezembro de 2025	(1.527)	(1.527)	-	(157)
		923	877	46	295
Mútuo					
ENEL Finance International N.V.	Março de 2021 a março de 2025	-	(522.242)	(13.850)	(33.797)
Enel Cachoeira Dourada S.A.	Fevereiro a setembro de 2025	(21.139)	-	(956)	-
		(21.139)	(522.242)	(14.806)	(33.797)
Compra e venda de ativo imobilizado					
ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO	Dezembro de 2024	(9.977)	(9.977)	-	-
		(9.977)	(9.977)	-	-
Multa Contratual					
ENEL X Brasil S.A.	Maio de 2028	-	(310)	-	-
		-	(310)	-	-
Total		(170.509)	(658.148)	(65.259)	(83.382)

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Suprimento de energia – CCEAR: Os contratos de suprimento de energia – CCEAR são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações.

Compartilhamento: O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de recursos humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 06 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem. Os contratos vencidos estão em processo de renegociação.

Mútuos: As informações sobre os contratos de mútuos encontram-se detalhadas nos quadros da nota explicativa nº 16.

Remuneração da Administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2025 e 2024, encontra-se disposta no quadro abaixo. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	01.04.2025 a 30.06.2025	01.01.2025 a 30.06.2025	01.04.2024 a 30.06.2024	01.01.2024 a 30.06.2024
Benefício de curto prazo (salários, encargos, benefícios, bônus)	728	1.445	1.009	2.207
Benefício pós-emprego (previdência - contribuição definitiva)	-	-	17	34
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	60	118	59	119
Total	788	1.563	1.085	2.360



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

30.1 Instrumentos financeiros

30.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**Notas Explicativas**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

			30.06.2025		31.12.2024	
	Categoria	Nível (a)	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	184.548	184.548	214.124	214.124
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	2	496	496	475	475
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	2.020.925	2.020.925	2.048.728	2.048.728
Cauções e depósitos	Custo amortizado	2	23.183	23.183	21.813	21.813
Depósitos vinculados	Custo amortizado	2	65.741	65.741	59.806	59.806
Ativo contratual da concessão	Valor justo por meio do resultado	2	1.495.583	1.495.583	1.514.389	1.514.389
Ativo financeiro indenizável (concessão)	Valor justo por meio do resultado	3	8.037.082	8.037.082	7.228.279	7.228.279
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	-	-	67.700	67.700
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	2	89.325	89.325	81.883	81.883
Total do ativo			11.916.883	11.916.883	11.237.197	11.237.197
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	1.360.186	1.360.186	1.267.060	1.267.060
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	2.508.531	2.508.684	2.838.940	2.185.608
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	Custo amortizado	2	-	-	346.608	340.327
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	Valor justo por meio do resultado	2	379.298	379.298	428.291	428.291
Debêntures	Custo amortizado	2	1.509.218	1.521.261	1.195.514	1.197.215
Debêntures	Valor justo por meio do resultado	2	1.203.583	1.203.583	638.139	638.139
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	178.900	178.900	76.925	76.925
Passivo financeiro setorial	Custo amortizado	2	626.658	626.658	423.045	423.045
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	-	-	2.536	2.536
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	2	15.682	15.682	7.873	7.873
Total do passivo			7.782.056	7.794.252	7.224.931	6.567.019

(a) Conforme detalhado na nota explicativa 30.2 Hierarquia do valor justo.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Operações com instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente remensurado ao seu valor justo.

Os contratos em aberto em 30 de junho de 2025 são os seguintes:

Contraparte	Data do contrato	Data de Vencimento	Categoria	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
Itaú I (8ª Debêntures)	30/05/22	17/05/32	Fair Value Hedge	IPCA + 6,2137%	CDI + 0,83%	200.000
Itaú II (8ª Debêntures)	30/05/22	17/05/32	Fair Value Hedge	IPCA + 6,2137%	CDI + 0,83%	150.000
BTG Pactual (8ª Debêntures)	30/05/22	17/05/32	Fair Value Hedge	IPCA + 6,2137%	CDI + 0,78%	250.000
Scotiabank V	23/09/22	23/09/26	Fair Value Hedge	USD + 5,45%	CDI + 1,62%	230.000
Scotiabank VI	21/11/22	21/11/25	Fair Value Hedge	USD + 5,45%	CDI + 1,38%	130.000
XP (12ª Debêntures 2ª Série)	27/05/25	15/05/30	Fair Value Hedge	IPCA + 7,90%	CDI + 0,40%	500.000
Total						1.460.000

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A movimentação é como segue:

Derivativos

Saldo em 31 de dezembro de 2023	(45.324)
Efeito no resultado financeiro	92.785
Marcação a mercado no resultado	(50.307)
Marcação a mercado no patrimônio líquido	10.472
Pagamento de juros	56.630
Pagamento de principal	17.947
Saldo em 30 de junho de 2024	82.203
Saldo em 31 de dezembro de 2024	139.174
Juros provisionados	(39.649)
Variação cambial	(40.039)
Marcação a mercado no resultado	34.156
Marcação a mercado no patrimônio líquido	1.177
Recebimento de principal	(83.407)
Pagamento de juros	58.192
Pagamento de principal	4.039
Saldo em 30 de junho de 2025	73.643

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (*swap*) em 30 de junho de 2025, estão dispostos a seguir:

Contraparte	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Resultado financeiro
IPCA x DI 24.03.22 Debêntures 8ª Emissão - Itaú I	16.485	26.465	(9.980)
IPCA x DI 24.03.22 Debêntures 8ª Emissão - Itaú II	12.364	19.849	(7.485)
IPCA x DI 24.03.22 Debêntures 8ª Emissão - BTG Pactual	21.127	33.097	(11.970)
Fixo (USD) x DI 23.09.22 - Scotiabank V	3.385	8.261	(4.876)
Fixo (USD) x DI 21.11.22 - Scotiabank VI	1.357	2.121	(764)
IPCA x DI 15.05.25 Debêntures 12ª Emissão 2ª Série - XP	18.925	(1.585)	20.510
Total	73.643	88.208	(14.565)

As operações descritas acima se qualificam para *hedge accounting* e estão classificadas como (i) *hedge* de fluxo de caixa, para as operações de troca de moeda com taxas flutuantes e de taxas flutuantes para fixa (ii) *hedge* de valor justo para a operação de troca de taxas flutuantes e taxa fixa para flutuante. São contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

A estimativa de valor justo das operações de swap foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 30 de junho de 2025.

(i) Hedge de fluxo de caixa

A parcela altamente eficaz do hedge de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A parcela não efetiva do hedge é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variação cambial da operação, se aplicável.

Para cálculo da efetividade do *hedge*, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de hedge de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um hedge de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



diferido e os custos de hedge diferidos existentes no patrimônio são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue: os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito anteriormente.

(ii) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia aplica a contabilidade de hedge de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos e exposição cambial. O ganho ou perda relacionado é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras", bem como as variações no valor justo dos empréstimos.

Assim como no tratamento do hedge de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do hedge a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos), uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

(iii) Sumário da posição dos contratos

O valor justo (contábil) é a diferença entre o efeito das pontas ativa e passiva marcadas à mercado no balanço patrimonial. Os valores da dívida líquidos da posição do hedge estão demonstrados a seguir, posição em 30 de junho de 2025:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Dívida	Taxa de juros contratual a.a.	30.06.2025	Categoria
Scotiabank V	USD + 5,45%	247.069	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 5,45%	(245.712)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,62%	242.327	Fair value hedge
		243.684	
Scotiabank VI	USD + 5,45%	132.229	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 5,45%	(131.503)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,62%	130.146	Fair value hedge
		130.872	
12ª Debêntures - 2ª Série	IPCA + 7,90%	533.639	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 7,90%	(513.212)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,40%	494.287	Fair value hedge
		514.714	
8ª Debêntures	IPCA + 6,2137%	669.943	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,2137%	(216.812)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,83%	200.327	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,2137%	(162.609)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,83%	150.245	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,2137%	(271.038)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,78%	249.911	Fair value hedge
		619.967	

A diferença entre o valor na curva (*accrual*) e o valor justo se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de swap na curva é calculado pelo valor do principal mais juros até 30 de junho de 2025, o saldo do *swap* a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo CDI futuro.

30.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

30.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia adota as diretrizes do Sistema de Controle Interno e de Gestão de Riscos (SCIGR), definidas pela Holding Enel SpA, que estabelecem as normas para a gestão de riscos, incluindo políticas, procedimentos e sistemas. Essas diretrizes são aplicadas em todos os níveis da Companhia, abrangendo os processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos enfrentados continuamente pelos negócios.

A supervisão desse sistema é realizada pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que conta com um comitê de controles e riscos. Este comitê apoia o conselho na avaliação dos controles internos e do sistema de gestão de riscos, além de auxiliar na aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para a Enel Brasil e suas subsidiárias, existe uma política específica de controle e gestão de riscos, revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração. Essa política segue os requisitos locais de gestão de riscos, garantindo aderência às práticas e regulamentações pertinentes.

Adicionalmente, a Companhia possui procedimentos organizacionais que tratam da gestão de riscos de forma abrangente. Esses procedimentos complementam as políticas específicas estabelecidas para riscos em diferentes funções corporativas ou linhas de negócio do grupo. Entre elas, destacam-se: a política de

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



gestão de garantias, a política de controle de risco de commodity, a política de controle de risco de crédito e contraparte, a política de controle de risco financeiro, a política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), e a política de riscos e oportunidades relacionadas às mudanças climáticas, entre outras. Essas políticas incluem limites e indicadores que são monitorados regularmente.

A Companhia também conta com um Comitê de Riscos Local no Brasil, com o objetivo de garantir o envolvimento da alta gestão nas questões de risco significativas. O comitê oferece uma visão integrada da exposição a riscos atuais e futuros, além de assegurar a coordenação entre a unidade de Controle de Riscos (Risk Control Brazil) e as áreas responsáveis pelos processos de negócio relacionados aos riscos. Essa estrutura promove uma cultura em que o risco é considerado em todas as decisões e em todos os níveis da organização.

Por fim, a Companhia utiliza uma taxonomia homogênea de riscos, conhecida como 'catálogo de riscos', também definida pela Enel SpA. Este catálogo contempla seis macrocategorias de risco: financeiros, estratégicos, governança e cultura, tecnologia digital, compliance e operacional, além de 38 subcategorias de risco. Essa estrutura permite uma abordagem uniforme na identificação e gestão dos riscos que podem afetar os objetivos da Companhia.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O SCIGR é composto por três linhas de defesa, com o objetivo de garantir uma gestão eficaz e eficiente. Nessa estrutura, as áreas de negócios formam a primeira linha de defesa, as áreas de Controles Internos e de Controle de Riscos atuam como segunda linha, e, finalmente, a Auditoria Interna representa a terceira linha de defesa. Cada linha tem um papel distinto na governança da organização, sendo responsável por informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos. A alta administração é informada pelas primeiras e segundas linhas, enquanto o Conselho de Administração (diretores) recebe as informações das segunda e terceira linhas.

A área de Controle de Riscos segue a norma internacional ISO 31000:2018 (G31000) e adota suas diretrizes para a gestão de riscos. Seu principal objetivo é identificar preventivamente riscos (endógenos e exógenos), analisá-los, avaliá-los e quantificar o impacto e a probabilidade de materialização desses riscos. Além disso, promove o tratamento adequado por meio do suporte às áreas de negócio na definição de ações de mitigação e planos de ação, juntos com seus respectivos proprietários do risco (risk owners), garantindo as boas práticas de governança corporativa e a continuidade do negócio.

Embora o processo de gestão de riscos seja descentralizado, com cada gestor sendo responsável pelos riscos em seus respectivos processos de negócio, a área de Controle de Riscos desempenha um papel essencial no mapeamento e consolidação de riscos. Ela é responsável por integrar as informações de riscos de todas as unidades de negócio, alinhando-se aos princípios de governança de riscos do Grupo Enel e assegurando a manutenção adequada do processo. Essa abordagem facilita a visualização clara e a priorização dos riscos, apoiando a tomada de decisões estratégicas e a implementação de ações de gestão de riscos mais eficazes.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes ou do descumprimento das obrigações contratuais por parte de uma contraparte em um instrumento financeiro.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; (iii), ativo financeiro setorial; (iv) ativo contratual (infraestrutura em construção); e (v) ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 30 de junho de 2025 é:

	Nota	30.06.2025	31.12.2024
Caixa e equivalentes de caixa	5	184.548	214.124
Títulos e valores mobiliários	6	496	475
Contas a receber de clientes	7	2.020.925	2.048.728
Depósitos vinculados	22.1	65.741	59.806
Ativo contratual da concessão	13.1	1.495.583	1.514.389
Ativo financeiro indenizável (concessão)	13.2	8.037.082	7.228.279
Instrumentos financeiros derivativos	30.1	73.643	139.174
Total		11.878.018	11.204.975

No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

(b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e depósitos vinculados

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatíveis com às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Em 30 de junho de 2025, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência Standard & Poor's (escala nacional):

Equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	30.06.2025	31.12.2024
AAA	166.942	111.737
AA+	-	73.605
Total	166.942	185.342

Instrumentos financeiros derivativos	30.06.2025	31.12.2024
AAA	73.643	139.174
Total	73.643	139.174

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**(b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos**

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via “SMS”, e-mail e “URA” (Unidade de Resposta Audível). Adicionalmente, foi lançado o portal de negociação e realização de negociações através de feirões e do call center. A Companhia utiliza uma solução de análise preditiva (“Predictive Analytics”) possibilitando avaliar a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, para definir a melhor estratégia de cobrança.

Além disto a Companhia tem buscado novos meios de pagamentos de forma a facilitar o pagamento das faturas pelos clientes, como o Cartão de Crédito e Carteiras Digitais, bem como realiza campanhas periódicas de incentivo ao cadastro na fatura digital e débito automático.

A área de Controle de Riscos da Companhia monitora o saldo de contas a receber, utilizando uma ferramenta de monitoramento de crédito. As informações geradas por essa ferramenta são reportadas mensalmente à diretoria por meio de um reporte de riscos, assegurando que a alta gestão esteja constantemente atualizada sobre o perfil de inadimplência e as ações corretivas necessárias.

(b.1.3) Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiros da concessão

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

(b.1.4) Operação com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia aplica o risco de crédito para todas as operações de swap vigentes, que é calculado individualmente por banco e por Companhia.

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	30.06.2025	31.12.2024
Empréstimos e financiamentos	16	2.887.829	3.613.839
Debêntures	16	2.712.801	1.833.653
Instrumentos financeiros derivativos	30	(73.643)	(139.174)
Dívida		5.526.987	5.308.318
Caixa e equivalentes de caixa	5	(184.548)	(214.124)
Títulos e valores mobiliários	6	(496)	(475)
Dívida líquida (a)		5.341.943	5.093.719
Patrimônio líquido (b)	23	5.245.554	5.139.622
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])		50,46%	49,78%

O índice de endividamento em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, calculados pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida, estão demonstrados no quadro acima.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A área de Controle de Riscos da Companhia monitora o gerenciamento do fluxo de caixa, de forma consolidada a nível Brasil, através de procedimentos regidos pela política de controle de risco financeiro, onde há limite anual estabelecido para verificar o nível mínimo de caixa para asseguarção dos recursos financeiros. As informações geradas são reportadas mensalmente à diretoria por meio de um reporte de riscos, assegurando que a alta gestão esteja constantemente atualizada sobre o desempenho do fluxo de caixa e as ações corretivas necessárias.

A Companhia apresentou um caixa positivo gerado de suas atividades operacionais nos últimos exercícios.

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia mantém limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo, cujo montante em 30 de junho de 2025 é de R\$ 500.000. Adicionalmente, a Companhia possui autorização da Aneel para a realização de mútuo com partes relacionadas, sendo ampliado em 20 de maio de 2025 para até R\$ 4.500.000, através do Despacho de Nº 1.517/25.

Do total de dívida no passivo circulante, parte significativa refere-se a créditos com a controladora Enel Brasil, no montante de R\$ 837.354, que possuem exigibilidade flexível e com vencimentos podendo ser renegociados caso seja necessário.

A Companhia conta também com o apoio financeiro da Holding do grupo (Enel Spa) que, por meio da *Enel Finance International* (EFI), disponibiliza recursos para financiar investimentos e capital de giro.

A capacidade de suporte é verificada por meio da posição positiva de caixa e liquidez em 30 de junho de 2025 dos Controladores, e reforçada pela nota de risco de crédito do Grupo classificada como AAA (bra) pela Fitch.

Notas Explicativas

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros da Companhia, que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Nota	Até três meses	De três a doze meses	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	total
Fornecedores	15	1.213.199	77.127	69.860	-	1.360.186
Empréstimos e financiamentos - pré fixados	16	6.835	144.306	251.413	-	402.554
Empréstimos e financiamentos - pós fixados	16	10.144	29.973	95.356	-	135.473
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas		718.751	146.429	2.135.164	-	3.000.344
Debêntures	17	69.122	1.183.574	1.811.433	513.740	3.577.869
Instrumentos financeiros derivativos	30.1	11.604	75.567	142.050	(34.157)	195.064
Total		2.029.655	1.656.976	4.505.276	479.583	8.671.490

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A área de Controle de Riscos da Companhia monitora as flutuações nas taxas de juros e/ou outros indexadores, de forma consolidada a nível Brasil, através de procedimentos regidos pela política de cobertura das taxas de juros e da utilização de uma ferramenta de monitoramento das dívidas, onde há limite anual estabelecido. As informações geradas são reportadas mensalmente à diretoria por meio de um reporte de riscos, assegurando que a alta gestão esteja constantemente atualizada sobre o desempenho das flutuações das taxas de juros e as ações corretivas necessárias.

Em 30 de junho de 2025, a Companhia possuía 100% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI, IPCA, USD SOFR e TJLP).

Equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários

	30.06.2025	%	31.12.2024	%
Selic	166.447	99,70%	111.737	60,29%
CDI	495	0,30%	73.605	39,71%
Total	166.942	100,00%	185.342	100,00%

Ativo indenizável

	30.06.2025	%	31.12.2024	%
IPCA	8.037.082	100,00%	7.228.279	100,00%
Total	8.037.082	100,00%	7.228.279	100,00%

Empréstimos, financiamentos e derivativos

	30.06.2025	%	31.12.2024	%
CDI	5.365.380	97,08%	4.928.432	92,84%
IPCA	185.381	3,35%	393.359	7,41%
TJLP	211	0,00%	232	0,00%
USD SOFR	-	0,00%	984	0,02%
Taxa fixa	(23.985)	-0,43%	(14.689)	-0,28%
Total	5.526.987	100,00%	5.308.318	100,00%

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (cambio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permitam.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos de ativos financeiros e dívidas da Companhia em 30 de junho de 2025 estabelecida por meio da projeção das receitas (despesas) financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração/aumento de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual, conforme definido na nota explicativa nº 16 e 17.

Ativos financeiros	30.06.2025	Projeção receitas financeiras - um ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Selic		7,50%	11,25%	15,00%	18,75%	22,50%
Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	166.447	12.484	18.725	24.967	31.209	37.451
CDI		7,34%	11,01%	14,68%	18,35%	22,02%
Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	495	36	54	73	91	109
IPCA		2,15%	3,22%	4,29%	5,36%	6,44%
Ativo financeiro indenizável (concessão)	8.037.082	172.797	258.794	344.791	430.788	517.588
Total	8.204.024	185.317	277.573	369.831	462.088	555.148

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Dívidas	30.06.2025	Projeção receitas financeiras - um ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI						
Mútuo Coelce - Enel BR XIV	(118.474)	(9.639)	(13.703)	(17.644)	(21.470)	(25.188)
DEBÊNTURES 9ª EMISSÃO	(1.013.837)	(51.468)	(71.840)	(91.596)	(110.772)	(129.403)
Mútuo Coelce - Enel BR XVI	(204.860)	(16.708)	(23.736)	(30.551)	(37.166)	(43.595)
Mútuo Coelce - Enel BR XVII	(32.999)	(2.691)	(3.823)	(4.921)	(5.987)	(7.022)
Mútuo Coelce - Enel BR XIX	(48.558)	(3.922)	(5.587)	(7.203)	(8.771)	(10.294)
Mútuo Coelce - Enel BR XX	(72.757)	(5.876)	(8.372)	(10.792)	(13.141)	(15.424)
Mútuo Coelce - Enel BR XXI	(48.082)	(3.850)	(5.499)	(7.098)	(8.651)	(10.159)
Mútuo Coelce - Enel BR XXII	(31.093)	(2.393)	(3.459)	(4.493)	(5.497)	(6.472)
Mútuo Coelce - Enel BR XXIII	(112.308)	(8.644)	(12.495)	(16.229)	(19.855)	(23.378)
Mútuo Coelce - Enel BR XXIV	(27.440)	(2.112)	(3.053)	(3.965)	(4.851)	(5.712)
Mútuo Coelce - Enel BR XXV	(175.775)	(13.528)	(19.556)	(25.401)	(31.075)	(36.589)
Mútuo Coelce - Enel BR XXVI	(23.426)	(1.803)	(2.606)	(3.385)	(4.141)	(4.876)
Mútuo Coelce - Enel BR XXVII	(163.764)	(12.604)	(18.219)	(23.665)	(28.952)	(34.088)
Mútuo Coelce - Enel BR XXVIII	(29.218)	(2.249)	(3.251)	(4.222)	(5.165)	(6.082)
Mútuo Coelce - Enel BR XXIX	(23.334)	(1.796)	(2.596)	(3.372)	(4.125)	(4.857)
Mútuo Coelce - Enel BR XXX	(427.436)	(35.288)	(49.951)	(64.172)	(77.977)	(91.390)
Mútuo Coelce - Enel BR XXXI	(126.830)	(10.192)	(14.543)	(18.761)	(22.857)	(26.836)
Mútuo Coelce - Enel BR XXXII	(132.157)	(873)	(1.251)	(1.618)	(1.975)	(2.321)
Mútuo Coelce - Enel BR XXXIII	(33.024)	(218)	(313)	(404)	(493)	(580)
Mútuo Coelce - Enel BR XXXIV	(109.942)	(726)	(1.041)	(1.346)	(1.643)	(1.931)
Mútuo Coelce - Enel BR XXXV	(307.428)	(2.030)	(2.911)	(3.765)	(4.594)	(5.399)
Mútuo Coelce - Enel BR XXXVI	(21.783)	(280)	(405)	(526)	(643)	(758)
Mútuo Coelce - Enel BR XXXVII	(32.352)	(627)	(906)	(1.175)	(1.437)	(1.692)
Mútuo Coelce - Enel BR XXXVIII	(52.772)	(666)	(969)	(1.262)	(1.546)	(1.823)
Mútuo I Coelce - CDSA	(21.065)	(399)	(580)	(756)	(926)	(1.092)
DEBÊNTURES 12ª EMISSÃO - 1ª série	(495.381)	(42.042)	(59.430)	(76.292)	(92.660)	(108.565)
IPCA						
BNB Contrato N° 16.2018.204.23875 - SEMIÁRIO	(69.176)	(2.925)	(3.630)	(4.329)	(5.021)	(5.706)
BNB Contrato N° 16.2018.204.23875 - OUTRAS REGIÕES	(62.267)	(2.633)	(3.268)	(3.897)	(4.519)	(5.137)
TJLP						
FINEP - COELCE	(211)	(11)	(16)	(20)	(24)	(29)
SWAP						
DEBÊNTURES 8ª EMISSÃO	(669.943)	(55.527)	(62.521)	(69.450)	(76.313)	(83.114)
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 200MBRL PA	216.812	17.602	19.819	22.015	24.191	26.346
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 200MBRL PP	(200.327)	(16.079)	(22.950)	(29.613)	(36.082)	(42.367)
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 150MBRL PA	162.609	13.201	14.864	16.511	18.143	19.760
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 150MBRL PP	(150.245)	(12.059)	(17.212)	(22.210)	(27.062)	(31.776)
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO BTG PACTUAL 250MBRL PA	271.038	22.004	24.775	27.521	30.241	32.935
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO BTG PACTUAL 250MBRL PP	(249.911)	(19.934)	(28.505)	(36.818)	(44.887)	(52.728)
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	(247.069)	156.358	59.842	(10.642)	(66.490)	(112.898)
SCOTIABANK 4131 SWAP V - COELCE PA	245.712	(155.499)	(59.513)	10.584	66.125	112.278
SCOTIABANK 4131 SWAP V - COELCE PP	(242.327)	(21.354)	(29.671)	(37.737)	(45.567)	(53.175)
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	(132.229)	35.878	14.390	(1.302)	(13.736)	(24.068)
SCOTIABANK 4131 SWAP VI - COELCE PA	131.503	(35.681)	(14.311)	1.295	13.661	23.936
SCOTIABANK 4131 SWAP VI - COELCE PP	(130.146)	(4.668)	(6.535)	(8.345)	(10.102)	(11.809)
DEBÊNTURES 12ª EMISSÃO - 2ª série	(533.639)	(51.791)	(57.255)	(62.667)	(68.029)	(73.342)
DEBÊNTURES - SWAP 12ª EMISSÃO 2ª Série PA	513.212	49.808	55.063	60.269	65.425	70.535
DEBÊNTURES - SWAP 12ª EMISSÃO 2ª Série PP	(494.287)	(37.547)	(54.494)	(70.930)	(86.885)	(102.388)
Total	(5.526.986)	(353.481)	(501.223)	(644.379)	(783.301)	(918.273)

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo *swap* são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

(b.4.2) Risco de câmbio

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para a Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a estas moedas. De forma a evitar este risco, todas as dívidas mais relevantes na modalidade de 4131 indexadas ao dólar, possuem contratos de *swap* (Dólar para Real/Spread para CDI). A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 30 de junho de 2025 (em reais).

Passivos em moeda estrangeira	30.06.2025
Empréstimos e financiamentos	379.298
Exposição patrimonial	379.298
Ponta ativa - instrumentos financeiros	(1.540.887)
Total	(1.161.589)

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são *swaps* de moeda (câmbio) sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

A área de Controle de Riscos da Companhia também monitora as flutuações nas taxas de câmbio, de forma consolidada a nível Brasil, através de procedimentos regidos pela política de cobertura das taxas de câmbio. As informações geradas são reportadas mensalmente à diretoria por meio de um reporte de riscos, assegurando que a alta gestão esteja constantemente atualizada sobre o desempenho das flutuações das taxas de câmbio e as ações corretivas necessárias.

(b.4.3) Risco de preço Regulação

Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa Aneel nº 1.003, de 1º de fevereiro de 2022), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostas pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

(a) Outros riscos

(b.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

(b.2) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia da Companhia consiste nos seguintes componentes: PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 3 a 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 1009, de 22 de março de 2022, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

Um fator que impacta consideravelmente o nível de contratação é a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, e, até o momento, a empresa não possui em seu portfólio contratos vigentes que permitam essa redução. Além disso, a crescente instalação de centrais de geração distribuída na área de concessão da companhia também tem contribuído bastante para a elevação dos níveis de contratação.

A sobrecontratação advinda da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e, portanto, deve ser integralmente repassada aos seus consumidores. De igual maneira, com base na Lei 14.300, de 06 de janeiro de 2022, a Companhia também entende que a sobrecontratação provocada pela instalação de centrais de geração distribuída também é involuntária, e repassada aos consumidores.

Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 1009 de 2022 e participou em quase todos os Mecanismos de Compensação de Sobras e Déicits - MCSD de energia existente e de energia nova.

31. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo estão descritos como segue:

	2027	2028	2029	2030	Após 2030
Compra de energia	6.640.690	2.383.462	2.454.443	2.536.694	38.608.207

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente ao semestre findo em 30 de junho de 2025 que foram homologados pela ANEEL.

32. Seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel Brasil.

As especificações por modalidade de risco, estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data de vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia de garantia sinistro
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/24	31/10/25	10.164.398	6.284.546
Responsabilidade civil geral	31/10/24	31/10/25	N/A	115.775
Responsabilidade civil administradores	10/11/24	10/11/25	N/A	86.382
Riscos ambientais	31/10/24	31/10/25	N/A	125.691
Frota				-

Riscos Operacionais: Estão cobertos as subestações, escritórios administrativos, lojas, almoxarifados, parques, subparques, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios.

33. Informações complementares às demonstrações do fluxo de caixa

33.1 Principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

Não impacta caixa	30.06.2025	30.06.2024
Compensações de PIS e COFINS (ICMS)	(130.878)	(145.669)
Total	(130.878)	(145.669)

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições do ativo de contrato). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Pagamento de juros	30.06.2025	30.06.2024
Apresentados nas atividades operacionais	(153.303)	(252.343)
Apresentados nas atividades de investimento (juros capitalizados)	10	10
Total	(153.293)	(252.333)

33.2 Conciliação das atividades de financiamento:

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das informações financeiras intermediárias avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

O quadro a seguir, apresenta a conciliação das atividades de financiamento com as respectivas notas explicativas:

Efeito caixa	Nota	30.06.2025	30.06.2024
Atividades de financiamentos			
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	580.580
Captação de empréstimos e financiamentos	16	1.070.487	1.025.692
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	16	(1.879.416)	(155.675)
Captação de debêntures	17	1.000.000	-
Pagamento de debêntures (principal)	17	(209.514)	(1.458.081)
Pagamento de arrendamento (principal)		(21.635)	(8.696)
Pagamento de instrumento financeiro derivativo (principal)		79.368	(17.947)
Total		39.290	(614.707)

34. Eventos subsequentes

34.1 Empréstimo MUFG Bank – 4131

Em 10 de julho de 2025, a Companhia com necessidade de capital de giro, captou nova operação com o MUFG BANK LTD, no montante de R\$ 150.000. A operação possui vencimento em 28 de novembro de 2025 a uma taxa de CDI + 0,55% a.a.

34.2 Aumento de capital Social

Conforme Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 17 de julho de 2025, foi aprovado o aumento de capital social mediante capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital, no valor de R\$ 580.580, mediante a emissão de 8.446.720 novas ações nominativas, sem valor nominal, sendo: (a) 5.334.087 ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$67,20 por ação, (b) 2.957.814 ações preferenciais “Classe A”, ao preço de emissão de R\$71,23 por ação, e (c) 154.819 ações preferenciais “Classe B”, ao preço de emissão de R\$73,92 por ação, nos termos do §1º do Artigo 169 da Lei das S.A.

34.3 Direito de preferência

Conforme divulgado em fato relevante em 17 de julho de 2025, a Companhia informou aos acionistas, em decorrência do Aumento de Capital aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, na mesma data, tendo em vista o disposto no artigo 171, caput e §2 da Lei das S.A., fica assegurado aos acionistas que eram titulares de ações de emissão da Companhia no encerramento do pregão de 17 de julho de 2025 (“Data de Corte”), o direito de preferência para a subscrição das ações do Aumento de Capital, ao preço de emissão das ações de R\$ 67,20 por ação ordinária, R\$ 71,23 por ação preferencial “Classe A” e R\$ 73,92 por ação preferencial “Classe B”. O prazo para exercício do Direito de Preferência iniciou em 18 de julho de 2025 (inclusive) e se encerrará em 18 de agosto de 2025 (inclusive).

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentários sobre o comportamento das Projeções Empresariais

a. objeto da projeção

Em novembro de 2024, o Grupo Enel apresentou a atualização do plano estruturado de ações divulgado originalmente em abril do mesmo ano, que visa reforçar a resiliência da sua rede elétrica para enfrentar os crescentes desafios climáticos do Estado, além de garantir a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos clientes da área de atuação da Companhia. As medidas, que começaram a ser implementadas ao longo de 2024, têm o objetivo de satisfazer as necessidades de fornecimento de energia dos consumidores.

O plano tem o respaldo dos acionistas controladores da Companhia e prevê investimentos de R\$ 7,4 bilhões no período de 2025 a 2027 em toda a área de concessão, representando um crescimento de 53% versus o plano anterior, que totalizava R\$ 4,8 bilhões de investimentos previstos para o período de 2024 a 2026.

Um ponto relevante do plano inclui a contratação, neste período, de 1.750 novos colaboradores para atuar, principalmente, na operação em campo até 2027.

Dentre as iniciativas apresentadas anteriormente pela Enel Ceará, além do reforço significativo das equipes de profissionais próprios que atuam em campo, foi destacada a intensificação das manutenções preventivas, o aumento do número de podas preventivas e modernização da rede elétrica. Por ano, a previsão é de realização de mais de 50 mil manutenções, cerca de 320 mil podas e inspeções em 90 mil pontos em todo o Estado.

No período de 2025 a 2027, a Companhia dará sequência na modernização, ampliação e construção de subestações, beneficiando cerca de 2 milhões de clientes, além da construção de mais de 170 km de rede de alta tensão para apoiar os novos pontos de suprimentos. Adicionalmente, até 2027, cerca de 10 mil km de média e baixa tensão serão construídos, para dar apoio às estruturas e conexão de novos clientes. De material, mais de 13 mil transformadores e 123 mil postes estão sendo inseridos na estrutura atual. Na área de atendimento, a Companhia manterá o investimento durante os próximos três anos, em reforma, ampliação e climatização de novas lojas, canais digitais, autoatendimento e unidades móveis.

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

Início em 2025 até o final de 2027 com validade até a materialização do total de investimentos, substituição ou atualização por nova projeção.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Premissas baseadas nos planos estratégicos da Holding e controladora indireta (Enel SpA e Enel Américas respectivamente), que incluem os investimentos por região previstos para o triênio 2025-2027.

Do ponto de vista da Companhia, tais premissas podem ser influenciadas principalmente pelo desenvolvimento da operação, incluindo a supervisão e execução dos contratos de serviços.

Dentre as variáveis que escapam do controle da Administração, destacam-se: (i) fatores macroeconômicos, tais como câmbio, taxa de juros e inflação; (ii) eventuais mudanças regulatórias locais; (iii) condições de mercado, incluindo preço de insumos, serviços e matérias-primas, prestadores de serviços, fornecedores e demais riscos do item 4.1 do Formulário de Referência.

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

O plano tem o respaldo dos acionistas controladores da Companhia e prevê investimentos de R\$ 7,4 bilhões no período de 2025 a 2027, em toda a área de concessão, para uma melhoria contínua do fornecimento de energia.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

e. Acompanhamento das projeções

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*								
	2T25	2T24	Var. %	1T25	Var. % (1)	6M25	6M24	Var. % (2)
Manutenção	144.768	123.742	17,0%	116.835	23,9%	261.602	181.220	44,4%
Crescimento	52.048	47.259	10,1%	66.235	-21,4%	118.283	79.252	49,2%
Novas Conexões	202.813	200.312	1,2%	178.628	13,5%	381.441	438.948	-13,1%
Financiado pela Companhia	399.629	371.313	7,6%	361.698	10,5%	761.327	699.420	8,9%
Financiado pelo Cliente	4.754	2.300	>100,0%	13.836	-65,6%	18.590	8.730	>100,0%
Total	404.383	373.613	8,2%	375.534	7,7%	779.918	708.150	10,1%

(1) Variação entre 2T25 e 1T25; (2) Variação entre 6M25 e 6M24

Durante o 1T25, o Grupo implementou mudanças relacionadas à mudança de taxonomia de algumas rubricas de investimentos. Desta forma, os números de 2024, bem como os demais trimestres de 2024, foram reclassificados para fins de comparação. Cabe destacar, que o montante total permanece o mesmo alterando apenas os valores entre classes.

A Companhia investiu R\$ 404,4 milhões no 2T25, representando um crescimento de 8,2% em relação ao montante investido no mesmo período do ano passado. Do volume investido no 2T25, este foi alocado, principalmente em atividades de novas conexões, no valor de R\$ 207,5 milhões (R\$ 202,8 milhões de recursos próprios e R\$ 4,7 milhões financiados pelos clientes).

Para manutenção foram investidos R\$ 144,8 milhões, sendo R\$ 84,5 milhões para as atividades relacionadas a manutenção corretiva. Na parte de crescimento foram investidos R\$ 52,0 milhões, com destaque para atividades voltadas para voltadas para a confiabilidade no desenvolvimento (R\$15,4 milhões) e ao programa de redução de perdas (R\$8,9 milhões).

No acumulado do ano o montante total investido atingiu R\$ 779,9 milhões, o que representa um aumento de 10,1% ou R\$ 71,8 milhões frente o mesmo período de 2024.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Companhia Energética do Ceará – Coelce Fortaleza - CE

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Companhia Energética do Ceará – Coelce (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais – ITR da Companhia, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2024, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados por outros auditores independentes que emitiram relatórios, datados de 26 de fevereiro de 2025 e 24 de julho de 2024, respectivamente, os quais, não contiveram nenhuma modificação. Os valores correspondentes relativos a Demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 29 de julho de 2025.

Forvis Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8

Tiago de Sá Barreto Bezerra Contador
CRC 1 CE 024436/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Companhia Energética do Ceará ("Enel Distribuição Ceará" ou "Companhia") inscrita no CNPJ/MF Nº 07.047.251/0001-70, com sede na Rua Padre Valdevino nº 150, Bairro Centro, Fortaleza - CE, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Forvis Mazars Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as Informações Financeiras Intermediárias - ITR da Companhia referentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2025.

Fortaleza, 29 de julho de 2025.

José Nunes de Almeida Neto
Diretor-Presidente

Francesco Tutoli
Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relação com Investidores

Alain Rosolino
Diretor de Pessoas e Organização

José Nunes de Almeida Neto
Diretor de Relações Institucionais

José Nunes de Almeida Neto
Diretor de Comunicação

Charles de Capdeville
Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes

Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretora Jurídica

Luiz Flavio Xavier de Sá
Diretor de Mercado

Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretora de Regulação

VAGO
Diretor de Compras

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da Companhia Energética do Ceará ("Enel Distribuição Ceará" ou "Companhia") inscrita no CNPJ/MF Nº 07.047.251/0001-70, com sede na Rua Padre Valdevino nº 150, Bairro Centro, Fortaleza - CE, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Forvis Mazars Auditores Independente, bem como reviram, discutiram e concordam com as Informações Financeiras Intermediárias - ITR da Companhia referentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2025.

Fortaleza, 29 de julho de 2025.

José Nunes de Almeida Neto
Diretor-Presidente

Francesco Tutoli
Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relação com Investidores

Alain Rosolino
Diretor de Pessoas e Organização

José Nunes de Almeida Neto
Diretor de Relações Institucionais

José Nunes de Almeida Neto
Diretor de Comunicação

Charles de Capdeville
Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes

Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretora Jurídica

Luiz Flavio Xavier de Sá
Diretor de Mercado

Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretora de Regulação

VAGO
Diretor de Compras